

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

MÁRIO ACRISIO ALVES JUNIOR

**A ESTRATÉGIA DISCURSIVA DA ROTULAÇÃO:
Léxico, Argumentação e Textualidade**

Vitória
2011

MÁRIO ACRISIO ALVES JUNIOR

**A ESTRATÉGIA DISCURSIVA DA ROTULAÇÃO:
Léxico, Argumentação e Textualidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Hilda de Oliveira Olímpio

Vitória
2011

A Deus

“Mas a sabedoria que do alto vem é, primeiramente pura, depois pacífica, moderada, tratável, cheia de misericórdia e de bons frutos, sem parcialidade, e sem hipocrisia”.

Tiago 3:17

AGRADECIMENTOS

A Deus, o meu Amado Senhor e Pai, que merece o mérito por tudo o que conquistei desde a seleção até o final do mestrado, pois sem ele eu nada teria e nada seria.

À minha amada esposa, Michelle, pelo incentivo e por compreender todas as vezes que tive que dispensar maior atenção a este trabalho do que a ela; por suas orações e por seu amor a mim.

À professora Hilda, por me aceitar como seu aprendiz, pelo interesse sempre sincero em me orientar e por tudo o que pude apreender, em termos de solidariedade e altruísmo, com essa fantástica pessoa.

À professora Penha Lins, pelas preciosas sugestões, pelas várias oportunidades oferecidas e pelo constante incentivo a todos os alunos.

À minha mãe, pelas constantes orações, por mostrar-se sempre feliz por minhas conquistas e por ter sido a primeira orientadora em minha vida, me mostrando, com seu jeito simples, a não complicar as coisas.

Ao meu pai, pelo modelo de ser humano que foi e é para mim; pelo apoio nos estudos, sempre batendo na tecla do “conhecer é muito importante”, e pela amizade que temos um com o outro.

Aos meus sogros, meus segundos pais, pelas orações e pela benção que têm sido em minha vida.

Aos amigos Glória e Geraldo, que sempre torceram muito por mim e que me são muito queridos, bem como aos demais amados irmãos da Igreja Batista da Graça.

À Capes, pelo apoio financeiro.

– Não sei bem o que o senhor entende por “glória” –, disse Alice. Humpty Dumpty sorriu com desdém. – Claro que você não sabe, até eu lhe dizer. O que eu quero dizer é: “eis aí um argumento arrasador para você”.

– Mas “glória” não significa “um argumento arrasador” –, objetou Alice.

– Quando uso uma palavra –, disse Humpty Dumpty em tom escaninho – ela significa exatamente aquilo que quero que ela signifique... nem mais nem menos.

– A questão –, ponderou Alice – é saber se o senhor pode fazer as palavras dizerem coisas diferentes.

– A questão –, replicou Humpty Dumpty – é saber quem é que manda. É só isso.

(Lewis Carroll, Aventuras de Alice)

RESUMO

Esta pesquisa objetiva investigar o comportamento das expressões rotuladoras em textos pertencentes a gêneros do domínio jornalístico/midiático, apoiando-se em uma perspectiva sociointeracional e discursiva de linguagem e orientando-se pela proposta bastante difundida de que o processo de rotulação atua do nível textual ao enunciativo por vias de sua multifuncionalidade: ele opera a organização da superfície textual e do discurso, e desempenha importante papel semântico-argumentativo. Seguindo esta linha de análise, este trabalho se concentra nos tópicos recorrentes na pesquisa sobre o tema da rotulação, bem como em outras questões que merecem discussões mais ampliadas, como a relação entre a rotulação e as sequências tipológicas. Além disso, as análises desenvolvidas também dão conta da função de modalização enunciativa evidenciada pelo emprego dos rótulos nos textos. Os rótulos, portanto, não apenas organizam os textos, mas carregam informações acerca do conteúdo cotextual e opiniões do locutor acerca de determinados tópicos, situando-se, com alta frequência, em enunciados do tipo comentário. Ao longo dos textos, esses comentários aparecem operando a ligação entre unidades textuais de estatuto mais complexo, os quais Bronckart classifica como tipos de discurso.

Palavras-chaves: Referenciação; Rotulação; Argumentação; Tipos de discurso.

ABSTRACT

This research aims to investigate the behavior of labels in texts belonging to genre of the journalistic/media field, based on a social-interactional and discursive conception of language, and being guided by the widespread idea that the labelling process acts from the textual level to the level of enunciation through its multi-functionality: it operates the organization of the textual and discursive surface, besides being an important semantic-argumentative tool. Thus, this study focuses on recurring topics in research about labelling, as well as about other issues that should be better discussed, such as the relationship between labelling and typological sequences. Moreover, the analysis also addresses the role of enunciative modalization demonstrated by the employment of labels in texts. Labels, thus not only organize the text, but carry information about the textual contents and opinions of the speaker about certain topics, standing frequently in sentences such as comment. Throughout the text, these comments appear making the link between textual units of more complex structure which are classified by Bronckart as types of discourse.

Key-words: Referentiation; Labelling; Argumentation; Types of discourse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

A REFERENCIAÇÃO COMO PROCESSO DISCURSIVO

1.1 Referência vs. Referenciação: mudança de paradigma	15
1.2 Anáfora e correferência: problematização	31

CAPÍTULO 2

INVESTIGANDO TRILHAS NA BUSCA DE UM CAMINHO

2.1 Rotulação: uma “anáfora complexa”?	35
2.2 Nominalização e rotulação	49

CAPÍTULO 3

QUESTÕES RECORRENTES

3.1 Anáfora e catáfora	59
3.2 Encapsulamento lexical e gramatical	61
3.3 Configuração formal	67
3.4 Categorias semânticas	80
3.5 Aspectos funcionais	85

CAPÍTULO 4

ROTULAÇÃO E TEXTUALIDADE

4.1 Dos gêneros textuais aos tipos de discurso	95
--	----

4.2	Rotulação, tipos de discurso e enunciação	103
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
	ANEXOS	147

INTRODUÇÃO

A progressão referencial é operada por meio de diferentes processos de referenciação. Quando tais processos são realizados por meio de expressões nominais (e não gramaticais), observam-se, entre os elementos interligados na cadeia referencial, relações semânticas variadas, cuja explicação na dinâmica textual vai além das restrições de coesão. A explicação desse funcionamento desloca-se do texto para o discurso, ou seja, da base linguística para o funcionamento da linguagem. O texto constitui-se, então, como espaço para a atividade discursiva. Esse espaço social pressupõe sujeitos sociais buscando, nas atividades de interação, construir sentidos a partir da língua.

Esse posicionamento indica uma concepção de língua e de linguagem bastante generalizada nos estudos da Linguística textual contemporânea, que prioriza as ações dos sujeitos sobre a língua em lugar de manter o foco nas estruturas linguísticas, essas geralmente tomadas como ponto de partida para as análises. Trata-se de uma visão sociointeracionista do sistema linguístico, visão que, entre outras consequências, levou a deslocar o tratamento estático da referência para o campo dinâmico da referenciação, entendida como um processo textual-discursivo. No cerne das discussões sobre o tema, está a assunção de que os objetos de discurso emergem de práticas interacionais e discursivas e de que as formas nominais referenciais são empregadas como estratégias das mais eficientes na construção de sentidos.

Na esteira das pesquisas acerca dos processos de referenciação, o presente trabalho pretende analisar a estratégia da *rotulação* (FRANCIS,

[1994]/2003),¹ que consiste no uso de sintagmas nominais com a finalidade de sumarizar e conectar partes do texto, contribuindo para a sua organização tópica e sua progressão temática, além de constituir uma estratégia discursiva de argumentação.

Simplificando um pouco, pode-se dizer que a rotulação é um processo pelo qual um sintagma nominal opera o encapsulamento de porções textuais de extensão variada, resultando na criação de um *rótulo*, cuja ocorrência (em contextos prototípicos) deve obedecer a alguns critérios particulares:

1. o elemento rotulado tem *status* de frase e consiste em porções de texto de extensão variada, as quais são encapsuladas numa expressão de natureza nominal;
2. o nome nuclear rotulador tem caráter inespecífico, sendo sua determinação semântica dependente (em maior ou menor grau) dos contextos linguístico e situacional;
3. a operação de encapsulamento atua de maneira multifuncional, daí o rótulo desempenhar várias funções textual-discursivas simultaneamente.

Note-se que o item 1 chama a atenção para o processo discursivo subjacente à rotulação, que consiste em tomar a linguagem como objeto de nomeação; o item 2 põe em foco a inespecificidade dos rótulos, cuja determinação depende, não apenas do contexto linguístico, mas do contexto situacional; o item 3 aponta para uma visão multifuncional dos rótulos e, conseqüentemente, para os diferentes papéis que desempenham na organização dos textos.

Entendemos que todas essas atribuições permitem compreender os rótulos como elementos altamente dinâmicos no processamento textual-

¹ A primeira data corresponde ao ano da publicação original, enquanto a segunda corresponde ao ano de publicação da obra consultada. Esse expediente de datação dupla será usado sempre que se fizer necessário referir a publicação original ou uma edição anterior à incluída nas referências bibliográficas.

discursivo e, portanto, típicos representantes do processo de referenciação. Na dinâmica do discurso, eles podem funcionar anaforica ou cataforicamente, já que fazem referência a porções textuais precedentes – rótulos retrospectivos – ou subseqüentes – rótulos prospectivos. No que respeita a sua multifuncionalidade, desempenham, na organização dos textos e dos discursos, vários papéis simultaneamente.

O estudo da rotulação está inserido no quadro teórico da referenciação textual, que encontra fundamento no trabalho de Mondada & Dubois ([1995]/2003:17), para quem os objetos de discurso “não são nem preexistentes, nem dados, mas elaborados no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos”. Reforçando essa linha de análise, outros expoentes pesquisadores integrarão a base teórica desta pesquisa, tais como Apothéoz ([1995]/2003), Apothéoz e Chanet ([1997]/2003), Koch & Marcuschi (1998), Koch (1998; 2001; 2002), Marcuschi (2005), Zamponi (2003) e Carvalho (2005), todos autores que consideram relevante o estudo em torno das expressões nominais referenciais, bem como o seu funcionamento no discurso.

Adotando-se, pois, uma visão não referencialista e uma concepção interacional e discursiva da linguagem, pretende-se, com esta pesquisa, analisar o comportamento dos rótulos em textos pertencentes a variados gêneros do domínio jornalístico, embora, ocasionalmente, se possa apontar alguma particularidade no funcionamento dos rótulos relativamente a gêneros específicos. Os textos, selecionados entre 2008 e 2010, serão extraídos da mídia impressa e virtual. Em alguns casos, quando se fizer necessário, serão retomados, de outros pesquisadores, exemplos que poderão reforçar nossa argumentação, nem sempre coincidente com a argumentação do pesquisador retomado. Só excepcionalmente, como forma de “entrada” em questões pontuais dentro do tema, poderão ser focalizados exemplos formulados a partir de nossa intuição, estes sem marca de fonte, indicada nos demais casos.

Esse procedimento tem o objetivo de atender a duas convicções ou intuições preliminares: primeiro, a de que a escolha do *corpus*, feita pelo pesquisador, já é uma hipótese sobre a interpretação dos dados, já decorre de um “olhar teórico”; segundo, esse “novo olhar” amplia o foco de análise, permitindo perceber no fenômeno analisado especificidades não observadas na análise anterior.

Assim, é objetivo desta pesquisa identificar as funções que os rótulos desempenham na organização global do discurso, levando-se em conta sua estrutura, suas categorias semânticas e sua funcionalidade. Para tanto, serão considerados desde a função coesiva até o papel argumentativo desempenhado pelos rótulos, passando pelo crivo da correlação entre seu emprego e as sequências tipológicas (ou tipos de discurso) que estruturam o texto.

Vale aqui ressaltar que o tema da referenciação marca o estágio atual da Linguística Textual (LT), a evolução interna da própria disciplina. Por exemplo, até meados dos anos 1990, no Brasil, os manuais de LT restringiam-se a uma perspectiva histórica, relatando, basicamente, três conhecidos momentos nos quais se costumavam dividir, à época, as pesquisas nessa área. Fazia-se, então, uma compilação das ideias dos principais precursores responsáveis pelo estabelecimento e difusão da disciplina. É o caso da obra de Fávero e Koch (1994), cuja primeira edição data de 1983. Nas obras mais atuais, dificilmente se encontram algumas páginas que não sejam dedicadas ao estudo da referenciação, incluindo-se aí a rotulação, tema de nossa investigação.

Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho segue dividindo-se em quatro capítulos. O primeiro compreende a abordagem teórica da referenciação textual e outros tópicos a ela associados, tais como categorização e recategorização, progressão referencial, anáfora e correferência. O segundo aponta questões específicas na definição do fenômeno da rotulação para, a partir daí, tomar uma decisão no tratamento do

tema. Nessa parte, além de apresentar as principais linhas de reflexão já desenvolvidas no campo do que se conhece como rotulação, propõe-se discutir relações de semelhança e diferença entre rotulação e nominalização. O terceiro capítulo traz à tona “questões recorrentes” em pesquisas anteriores acerca dos rótulos, assinalando aspectos formais e funcionais que, consensualmente, caracterizam o funcionamento das construções nominais rotuladoras. O quarto traz à baila as noções de gênero, tipos de discurso e sequências textuais, na tentativa de mostrar o papel dos rótulos na alternância dos tipos de discurso que estruturam o texto. Para auxiliar nessa tarefa, outros autores foram convocados. É o caso de Adam (1992; 2008); Bronckart (1999); Maingueneau (1996); e Charaudeau (2008), que buscam associar as noções de tipologia, sequência ou modalidade com as teorias enunciativas, tendo suas propostas teóricas fundamentadas em autores como Bakhtin ([1953]/1997), Benveniste ([1966]/1989) e Weinrich (1968). Com a intenção de que possa implicar alguma contribuição para o estudo do fenômeno em análise, esse capítulo ainda apresenta, sem a intenção de resolvê-las, algumas inquietações (ou intuições) que vieram à tona ao longo do processo de pesquisa. Para validar os fragmentos de textos empregados como *corpus* deste capítulo final, na seção de anexos, alguns textos serão apresentados na íntegra, em forma de xérox.

O trabalho termina com algumas conclusões abstraídas a partir da articulação entre o percurso teórico feito e as análises desenvolvidas.

CAPÍTULO 1

A REFERENCIAÇÃO COMO PROCESSO DISCURSIVO

1.1 Referência vs. Referenciação: mudança de paradigma

É consenso entre os pesquisadores da área de Linguística textual que existem duas tendências que se opõem radicalmente para se conceber a maneira como a linguagem refere o mundo. A primeira delas, tida como clássica, corresponde a uma visão puramente referencial da linguagem na qual referir significa representar extensionalmente os referentes do mundo. Algumas analogias foram propostas a fim de explicar a questão da referência dentro desse paradigma. A metáfora do espelho, por exemplo, sugere uma visão especular da língua, em que as palavras refletem adequadamente os objetos e entidades do mundo. Já a metáfora do mapeamento (*mapping, matching*) denota a ideia de localização ou de cartografia de palavras prontas para referir, sem que seja necessária a interferência dos sujeitos.

Opondo-se a essa tendência, alguns teóricos admitem que essas comparações pressupõem a noção de *referência* como satisfatória para a explicação de como a língua refere o mundo, ilustrando claramente a hipótese de “um poder referencial da linguagem que é fundado ou legitimado por uma ligação direta (e verdadeira) entre as palavras e as coisas” (MONDADA & DUBOIS, [1995]/2003:19). Questionando o quadro hipotético anterior, segundo o qual há uma estabilidade lógica e direta entre as palavras e as coisas, as autoras supracitadas operam um aprofundamento na noção de referência e reconsideram a questão ancoradas num relevante questionamento à linguística e à psicologia cognitiva. Seguindo essa nova linha teórica, passa-se a

descartar uma relação de correspondência e estabilidade entre as palavras e os objetos do mundo, e a questionar os próprios processos de discretização do mundo pela linguagem. Ocorre que, com a virada cognitivista (e, logo depois, com o sociocognitivismo-interacionista), foi impossível deixar de levar em conta a questão da percepção ou experiência perceptiva, considerada um processo não-verbal de cognição, de construção e de ordenação do universo. Assim, aos poucos, conforme Blikstein (1985:45),

“a Linguística acaba por confessar a necessidade de incluir a percepção/cognição no aparelho teórico da semântica, pois é evidente que a significação linguística é tributária do referente e que este, por sua vez, é constituído pela dimensão perceptivo-cognitiva”.

Congruentemente a tal linha de pensamento é que Mondada & Dubois ([1995]/2003) propuseram a substituição do termo referência por referenciação, buscando ressaltar não mais a relação referencial, mas o processo desencadeado a partir dessa relação e, assim, compreender “como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas, estruturam o mundo e lhe dão um sentido” (p.20). Retomando essa linha de análise, Mondada (2001:09) esclarece, de modo muito pontual, essa proposta:

La question de la *réf érence* est un thème classique de la philosophie du langage, de la logique et de la linguistique; dans ces cadres elle a été historiquement posée comme un problème de représentation du monde, de verbalisation du référent où la forme linguistique choisie est évaluée em termes de vérité et de correspondance avec lui. La question de la *référenciation* opere un glissement par rapport à ce premier cadre: elle ne privilegie pas la relation entre les mots et les choses, mais la relation intersubjective et sociale au sein de laquelle des versions du monde sont publiquement élaborées, évaluées em termes d'adequation aux finalités pratiques et aux actions em cours des énonciateurs.²

² A questão da **referência** é um tema clássico da filosofia da linguagem, da lógica e da linguística: nestes quadros ela foi historicamente posta como um problema de representação do mundo, de verbalização do referente, em que a forma linguística selecionada é avaliada em termos de verdade e correspondência com ele (*o mundo*). A questão da **referenciação** opera um deslizamento em relação a este primeiro quadro: ela não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social em cujo seio as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciatóres [tradução extraída de Koch, 2005].

O certo é que, dentro desta perspectiva, lá fora, a referenciação textual tem-se configurado como foco de pesquisas altamente relevantes para autores como Apothéoz (1995; 1997), Chanut (1997), Dubois (1995) e Mondada (1995; 2001). Aqui no Brasil, os pioneiros na divulgação, discussão e aprofundamento do tema são Koch (1998; 2001; 2005) e Marcuschi (1998; 2005; 2008), que defendem uma abordagem discursiva e “interacionista de base sociocognitiva” (MORATO, 2007:338) nos processos de referenciação.

Dentro dessa visão, Koch e Marcuschi (1998:173) fazem uma observação relevante:

Referir não é mais atividade de "etiquetar" um mundo existente e inicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva de tal modo que os *referentes* passam a ser *objetos-de-discurso* e não realidades independentes. Não quer isso dizer que tudo se transforma numa panacéia subjetivista, mas que a discretização do mundo pela linguagem é um fenômeno discursivo. Em outros termos, pode-se dizer que a realidade empírica, mais do que uma experiência estritamente sensorial especularmente refletida pela linguagem, é uma construção da relação do indivíduo com a realidade.

Enfim, a partir do momento em que, em oposição à clássica visão realista/extencionalista da referência, emerge uma nova concepção de linguagem vista como prática social, o estudo da referenciação vem permitindo uma reformulação cada vez mais consensual de que os referentes são construídos e reconstruídos no curso das atividades discursivas/interacionais.

Conceber a língua meramente como um meio de comunicação ou simplesmente admitir “um poder referencial da linguagem” é não levar em conta a predisposição do homem, como ser socialmente situado, para se estabelecer como tal. Isso implicaria não reconhecer a língua como o espaço privilegiado de interação e, portanto, de constante elaboração e reelaboração da realidade e dos sentidos. Considerar que é nessa atividade interacional que os sujeitos negociam os sentidos através de experiências, intenções e processos cognitivos complexos é admitir uma perspectiva sociointeracionista e

discursiva do funcionamento da linguagem. É dentro dessa perspectiva que inserimos nossa pesquisa.

Aliás, o termo interacionismo é algo a se esclarecer. Conforme Morato (2007:314), “nem sempre foi e é fácil discernir as tendências que se reivindicam ou se reputam interacionistas, seja no campo linguístico, seja fora dele”. A perspectiva à qual se recorre aqui é de base sociocognitiva, a partir da qual autores de peso como Koch e Marcuschi “têm conferido um estatuto interacional aos processos conversacionais e textuais que analisam, como a conversação face a face, o processamento textual, a referenciação, a construção de objetos de discurso etc.” (cf. MORATO, 2007:338).

A inserção da interação na análise linguística emerge, nos anos 1960, a partir de estudos oriundos da Análise da Conversação, das teorias enunciativas, da Linguística Textual e da Análise do Discurso, domínios que, segundo Morato (2007:345), elevam “com peso teórico distinto a interação à condição de princípio explicativo dos fatos da linguagem”. A autora segue afirmando que isso se dá devido à

inclusão no quadro teórico geral desses domínios da Linguística, da noção de interação como parte da explicação para a questão do sentido. É precisamente este o enfoque digno de nota de uma perspectiva trazida à Linguística pelo viés do dialogismo postulado por Bakhtin (p.345).

Ao penetrar na Linguística, a noção bakhtiniana de dialogismo, propondo a ideia fundamental de um diálogo interdiscursivo, acaba por constituir a base para o quadro teórico interacionista. A abordagem interacionista, portanto, alimentada pela proposta dialógica, abre-se às mais diversas formas de produção discursiva. Assim, são igualmente situações interativas uma conversação face a face, a ida ao teatro ou ao cinema, a leitura de um romance, um bate-papo na Internet etc. Nesse sentido, e partindo da ideia de que toda ação discursiva é intencional, “o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que –

dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos” (cf. KOCH, 2004:33). Da mesma forma, “os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais”. De acordo com Koch (2002:44),

a língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais mobilizam seus saberes quer de ordem linguística, quer de ordem sociocognitiva, ou seja, seus modelos de mundo.

Estando esclarecida a noção de interação como perspectiva teórica, é necessário lembrar que tal visão da língua justifica-se pelo fato de que os objetos não são dados “de acordo com o que está no mundo”, o que significa afirmar que a língua não exerce mero papel mediador entre as palavras e o mundo. Os objetos são dinamicamente construídos nas práticas de linguagem, posição reiterada em Marcuschi (2007a:96), para quem “a língua não pré-existe; ela se dá emergencialmente nas situações concretas de uso. Uma visão praxeológica e interacionista da língua não analisa as formas *per se*, mas como fontes para as interações”.

Das práticas interativas com a linguagem dá-se a construção colaborativa dos objetos de discurso, ou seja, “objetos cuja existência é estabelecida discursivamente, emergindo de práticas simbólicas e intersubjetivas” (MONDADA & DUBOIS, [1995]/2003:35). Os objetos do mundo são, pois, entidades dinâmicas pelas quais o discurso é processado e fruto das práticas discursivas dos sujeitos.

Nessa perspectiva, paralelamente ao deslizamento da ideia de referência para a observação dos processos de referenciação, tem-se uma nova concepção, que propõe não uma relação direta entre as palavras e os objetos de mundo, mas uma relação intersubjetiva, a partir da qual se constroem os objetos de discurso.

A referenciação apoia-se na noção de instabilidade categorial e, assim, aspectos como variabilidade e flexibilidade tornam-se características essenciais

dos processos de referenciação e de categorização. As ciências cognitivas associadas aos estudos em linguística formam a base para defender a tese da inexistência de categorias naturais e estáveis, exatamente por não haver um mundo naturalmente categorizado, constituído de unidades discretas, objetivas e estáveis (MARCUSCHI, 2007; 2008).

Discutindo essa instabilidade categorial, Mondada & Dubois ([1995]/2003:24) lançam mão do exemplo do “piano”, que, no contexto de um concerto, pode ser categorizado como “um instrumento musical” ou, no contexto de uma mudança, como “um móvel pesado e incômodo”. Voltando-se a argumentação para o campo de objetos mais abstratos, admite-se que a notícia de que “duas carretas se chocam sobre a ponte Rio-Niterói” pode ser rotulada como “o choque” ou “o acidente”. Aliás, dependendo das consequências (para a ponte, para as pessoas que ali trafegam, e até para o meio ambiente), o acontecimento pode ser categorizado como “a catástrofe”.

Tome-se, ainda, para exemplificação, trechos de matérias veiculadas, em sites de jornais conceituados, noticiando o ataque (ocorrido em 31 de maio de 2010) de tropas israelenses a um comboio de navios com ajuda humanitária aos habitantes da Faixa de Gaza:

“Os EUA lamentam profundamente a perda de vidas humanas e o saldo de feridos, e neste momento tentam entender as circunstâncias em que **esta tragédia** ocorreu”, sinalizou o porta-voz da Casa Branca, Bill Burton”.

“(…) **O ataque** motivou forte reação na comunidade internacional. A Turquia já pediu à ONU (Organização das Nações Unidas), uma reunião urgente sobre **o tema**” (Folha Online, 31/05/2010 - Notícia).

“Em conversa com jornalistas (...), o presidente [Lula] voltou a criticar **a abordagem militar que resultou na morte de ao menos 9 pessoas**. ‘Obviamente o presidente da República tem que ter todas as

informações necessárias para poder se pronunciar. As informações são de que **o bombardeio** foi feito em águas internacionais e que, portanto, Israel não tinha direito de ter feito o que fez. Vamos esperar que haja melhores investigações’, disse” (Globo.com, 01/06/2010 - Notícia).

“Israel conduziu uma investigação interna sobre **o ocorrido**, rejeitando os pedidos da Organização das Nações Unidas (ONU) para que a equipe de inspeção incluísse membros internacionais e independentes” (Estadao.com, 12/07/2010 - Nota).

Nesses exemplos, é possível verificar que o caso do ataque israelense foi rotulado por meio de diversas categorizações, como **esta tragédia, o ataque, o tema, a abordagem militar..., o bombardeio, o ocorrido**. Outras expressões como **o massacre, a matança, a ofensiva, a investida, essa brutal violência**, ou **esse crime bárbaro** caberiam perfeitamente nesse contexto e acentuariam ainda mais a responsabilidade de Israel. Contudo, um veículo que quisesse minimizar as consequências desse fato usaria **o incidente, o episódio** ou **o evento** para se referir ao caso. Aliás, esse parece ser o efeito obtido com **a abordagem militar...** (penúltimo exemplo); e com **o ocorrido** (último exemplo). Na eventualidade de querer distribuir a responsabilidade entre os dois grupos, o respectivo veículo (ou um outro veículo) poderia usar **o confronto** ou **o embate**. Essa variação lexical se explica porque, de acordo com Marcuschi (2004:269),

a nomeação e a referência são processos complexos que precisam ser analisados na atividade sociointerativa. A depender do ponto de vista dos interlocutores, vamos construir os seres e objetos do mundo de uma ou outra forma.

Nesse quadro, o ajustamento das palavras no fluxo discursivo ocorre no curso do próprio processo de organização do discurso. Nas palavras de

Mondada & Dubois ([1995]/2003:25), “a variação e a concorrência categorial emergem notadamente quando uma cena é vista de diferentes perspectivas, que implicam diferentes categorizações da situação, dos atores e dos fatos”.

Nesse processo, portanto, deve-se levar em conta uma atuação cotextual e contextual do homem ao nomear, designar ou categorizar simbolicamente objetos ou representações do mundo, pois nada que se nomeia tem uma existência *per se*, mas uma existência coletivamente construída no discurso, no processo de referenciação.

Visto isso, é possível compreender o motivo de os estudiosos voltarem sua atenção não mais para as categorias, tidas por naturais, mas para os processos de discretização e de categorização. O sentido não depende somente da codificação da estrutura textual por parte de um receptor passivo, mas requer, por vezes, a ativação de processos cognitivos inferenciais pelos quais os objetos de discurso são contextualmente interpretáveis. Nessa linha de reflexão, Mondada & Dubois ([1995]/2003:25) salientam:

Mesmo se nos debruçamos sobre os problemas de denotação dos objetos, observamos que uma modificação do contexto pode levar a mudanças tanto no léxico, como na organização estrutural das categorias cognitivas.

Dentro do quadro proposto, ancorado na noção de referenciação, o léxico não é um mero instrumento de etiquetagem da realidade. Afinal, “dizer o mundo não é o mesmo que dar nome às coisas”. como bem afirmam Koch & Marcuschi (1998). O deslizamento operado no interior do paradigma clássico da referência nos permite afirmar que a variação de itens lexicais na designação de referentes é que moveu os precursores da teoria a observar os processos referenciais, afastando-se de uma suposta lógica preestabelecida entre as palavras e o mundo. O sentido das formas do léxico é construído estrategicamente no discurso, e o sentido dessas formas pode variar (e varia) dependendo do contexto. Conforme explicitam Koch & Marcuschi (1998:178),

“o importante é ter presente que, no decorrer de um discurso, o indivíduo tem ao seu dispor uma série de alternativas para designar referentes... [e] a significação será sempre e essencialmente *contextualizada*” [grifo dos autores]. Essa afirmação, é bom observar, acaba ressaltando ainda mais a improdutividade de se trabalhar com a ideia de significação literal.

Nas palavras de Marcuschi (2004:270), o léxico constitui “o nível da realização linguística tido como o mais instável, irregular e até certo ponto incontrolável”. Com uma visão de língua como atividade sociointerativa, e também à luz de uma hipótese cognitivista, a questão não é mais observar o papel do léxico como mero elemento representacionista e referencialista da língua. A questão está muito mais ligada às habilidades de manuseio da língua por seus usuários, isto é, como eles agem sobre o léxico para produzir sentido. Marcuschi (2008:90) assevera que “a maneira como nós dizemos aos outros as coisas é decorrência de nossa atuação linguística sobre o mundo”. Assim, nossas escolhas, ao nomear os objetos e o mundo, devem ser consideradas no sentido de que a língua, sendo espaço para a interação, é também o meio pelo qual se dá a argumentatividade.

Dentro de um outro quadro teórico (que articula estruturalismo e enunciação), Oswald Ducrot (1980, 1984, 1990) também tem feito, na sua trajetória no campo dos estudos semânticos, um esforço de se afastar de uma concepção referencialista e logicista da linguagem. No bojo da sua fundamentação, está a ideia de que a função fundamental da língua não é a comunicação (a transmissão de informações), mas a argumentação, que está inscrita na própria língua.

Inicialmente (1980), o autor tomou, como campo privilegiado de suas pesquisas, os operadores e articuladores argumentativos. Nos últimos anos, vem estendendo suas indagações para o léxico, reconhecendo que toda a língua é argumentativa. A informação seria, então, uma função derivada. “O modo como a linguagem ordinária descreve a realidade consiste em fazer dela o tema de um debate entre indivíduos” (DUCROT, 1990:50).

Congruente com essa linha de pensamento, Koch (1996:29) afirma:

Quando interagimos através da linguagem temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é, pretendemos *atuar* sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas ações (verbais ou não verbais). É por isso que se pode afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (...). Em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa.

É certo que sem o léxico não há língua, mas o léxico, por si só, é apenas um sistema limitado com regras também limitadas. Como explicar, então, o fato de que os falantes da língua são capazes de construir sentidos variados, fazendo uso de um limitado aparato linguístico que têm à disposição, a fim de serem compreendidos? Ocorre que essa compreensão só é possível à luz de uma perspectiva sociointerativa, que conduz à construção de sentido no interior de práticas discursivas reais, como explicitam Mondada & Dubois ([1995]/2003), ao postular que

“o discurso aponta explicitamente para a não-correspondência entre as palavras e as coisas, e a referenciação emerge da exibição dessa distância, da demonstração da inadequação das categorias lexicais disponíveis – a melhor adequação sendo construída por meio de sua transformação discursiva” (p.33).

Tal posição é reiterada por Marcuschi (2004:272) ao destacar que “o léxico é apenas um sistema indiciário, e o cálculo desses indícios para a determinação referencial é feito no discurso”. Para o autor, as palavras não podem referir o mundo sem a interferência de “atores” sociais no discurso, sujeitos ativos constantemente construindo e reelaborando o mundo e os sentidos. Esse entendimento leva a crer que adotar uma perspectiva sociointeracionista da linguagem é a melhor maneira de abordar a questão da referenciação como atividade discursiva.

Aqui no Brasil, como já se adiantou, essa posição tem sido reconhecida e defendida por vários pesquisadores, entre os quais se destaca Ingedore Koch, por sua ampla e confiável produção científica. É relevante observar alguns pressupostos defendidos pela autora no tratamento da referenciação, especialmente quando efetuada por meio de construções nominais, isto é, de formas que têm como núcleo um nome substantivo (KOCH, 2001:75):

1. a referenciação é uma atividade cognitivo-discursiva e interacional, realizada por sujeitos sociais;
2. os “referentes” não são “coisas” do mundo real, mas objetos de discurso, construídos no decorrer dessa atividade;
3. o processamento do discurso, por ser realizado por sujeitos ativos, é estratégico, isto é, implica, da parte dos interlocutores, a realização de escolhas significativas entre as múltiplas possibilidades que a língua oferece.

Não é difícil explicar tal posicionamento interacionista e discursivo ante a observação dos processos de referenciação por meio de expressões nominais referenciais como, por exemplo, as rotulações, que constituem o foco central deste trabalho. Os nomes genéricos, anafóricos ou catafóricos, empregados no processamento dos textos, são elementos capazes de denominar “n” referentes, já que a limitação do aparato lexical força os sujeitos a atribuir-lhes diferentes sentidos. Vejam-se alguns exemplos:

O governo espanhol vai introduzir 3 mil pulseiras incorporadas com GPS que serão colocadas em infratores para assegurar que cumpram as ordens de manter distância em casos de violência.

A medida entrará em vigor em todo o território, a partir do próximo dia 24, segundo informações, e em uma fase inicial os dispositivos cobrirão cerca de 10% das ordens de distância [Extraído de ALVES Jr. (2010)³].

³ Trata-se de um artigo entregue como requisito avaliativo à professora Dra. Maria da Penha Pereira Lins, para a disciplina Linguística Textual. O artigo intitulado “O Processo de Rotulação em Textos de Teor Informativo” foi, posteriormente, publicado em obra organizada pela referida professora.

“O Ministério da Saúde pôs em prática na quarta-feira 21 o novo Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes. **A medida** visa a amenizar a angústia dos cerca de 63 mil pacientes que estão na fila à espera de um órgão” (ISTOÉ, 28/10/2009).

Eram 7h 30 da quarta-feira quando quatro homens num Citroën fecharam uma das pistas do Elevado Paulo de Frontin, no Rio Comprido, Zona Norte do Rio de Janeiro. Eles desceram do carro carregando pistolas e começaram a saquear motoristas. A cozinheira P., de 29 anos, seguia para o trabalho, de carona, num dos carros abordados. “Fiquei tão nervosa que não consegui soltar o cinto para pegar a carteira”, afirma, descrevendo a sensação de ter uma arma apontada para sua cabeça. **A cena** se repetiria horas depois, em Botafogo, na Zona Sul. Mais uma vez, quatro homens fecharam a rua e gritaram exigindo dinheiro. A arquiteta J., de 32 anos, só viu uma “arma prateada” que não conseguia identificar. [...] (Época, 11-10-2010 – Reportagem).

Nas várias audiências que movimentaram os fóruns da Região Metropolitana de Belo Horizonte na semana passada, **uma cena** se repetiu: o goleiro Bruno, ex-jogador do Flamengo e principal suspeito do desaparecimento e da morte de sua ex-amante Eliza Samudio, passou mal todas as vezes em que foi convocado. Na terça-feira, Bruno teria sentido fortes dores de cabeça e enjoo na penitenciária Nelson Hungria, onde está detido, em Contagem, Minas Gerais. [...] (Época, 11-10-2010 – Reportagem).

Quando não se dispõe de um elemento específico do léxico para caracterizar um dado referente com o qual se depara pela primeira vez (primeira e única, se levarmos em conta que cada discurso é um evento único), a tendência é fazê-lo por meio de categorias já existentes e previamente disponíveis em nossos sistemas linguístico e cognitivo. É por esse motivo que

nomes bastante genéricos e inespecíficos são usados para categorizar diferentes e diversos referentes possíveis, como mostram os substantivos **medida** e **cena** nos exemplos acima.

No entanto, mais importante do que essa limitação imposta aos usuários da língua, é necessário considerar, em tais exemplos, que as formas nominais em negrito, empregadas para nomear seus respectivos referentes, constituem importantes indícios para se averiguar a atitude enunciativa, a postura do produtor do texto, uma vez que é ele quem opera a interpretação do conteúdo encapsulado (nomeado) e a apresenta ao leitor.

Dessa forma, verifica-se que muitas categorias são construídas a partir de posturas ideológicas, pontos de vista coletivamente partilhados e contextos situados. Marcuschi (2004) lança mão de vários exemplos que clareiam e corroboram tal posição. Vale aqui mencionar a reflexão que faz acerca da figura de Tiradentes, que “para alguns (...), é um *traidor*; e para outros, um *herói*, a depender do período histórico ou da posição ideológica dos enunciadores” (p.269). O autor ainda levanta relevantes questionamentos em relação aos atos de fala realizados no texto de um telegrama com o seguinte enunciado: “*Chego amanhã.*”

Em primeiro lugar, para saber que dia é “amanhã” deve-se considerar o dia da remessa como indexador temporal. Em seguida, deve-se saber quem o mandou para começar a ter alguma pista de sua interpretação; por fim precisamos saber as relações entre remetente e endereçado. A depender disso pode-se ler esse telegrama como uma informação, uma ameaça; uma promessa; uma previsão e assim por diante (p.270/1).

Verifica-se, por esses e outros exemplos anteriormente citados, que os sentidos dos enunciados são cultural e historicamente situados, constituindo-se num trabalho coletivo nas relações dos interlocutores entre si e com o mundo.

As expressões nominais referenciais operam categorizações e recategorizações na medida em que, analisadas contextualmente, constituem indícios para a determinação referencial e para a observação da postura do

produtor. Koch (2008a) afirma que, à luz de uma concepção enunciativa, tanto a categorização quanto a recategorização desempenham função argumentativa. Partindo do princípio de que a orientação argumentativa é um dos elementos que contribuem para a construção textual dos sentidos, a autora conclui seu posicionamento defendendo

a indiscutível importância das expressões nominais nos processos de construção, categorização e recategorização dos objetos de discurso. Sem elas, tornar-se-ia complicado dar conta de tudo aquilo que se encontra, de forma explícita ou implícita, na base referencial do texto (p.112).

No caso das rotulações, quando uma expressão nominal sumariza um segmento textual, encapsulando-o sob um determinado rótulo, tem-se sempre uma categorização, como na sequência (4):

A Igreja Católica deu no Brasil **um pequeno passo** na questão da saúde pública: admite se unir ao Ministério da saúde em campanhas para que as pessoas que têm comportamento de risco façam o quanto antes o teste de HIV (ISTOÉ, 28-10-2009).

No trecho exemplificado acima, a revista ISTOÉ, ao nomear como **um pequeno passo** a decisão da Igreja Católica de se unir ao Ministério da saúde (...), dá sua interpretação sobre essa decisão. Quando, em uma cadeia referencial, uma sucessão de rótulos encapsula uma mesma extensão de texto, verifica-se uma sequência de recategorizações:

“A estratégia do governo Lula de transformar o pré-sal em bandeira política para ser agitada pela ministra-candidata Dilma Roussef lançou o país em uma guerra federativa. O descaso com que o tema foi tratado pelo Planalto resultou na chamada emenda Ibsen Pinheiro, que alterou as regras da divisão dos royalties da extração de petróleo. O texto, aprovado no último dia 10 por 369 votos a favor e 72 contra, pode

simplesmente arruinar as finanças dos dois maiores estados brasileiros produtores de petróleo: Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Depois de patrocinar toda **essa barafunda** que pode redundar em uma tanga aos dois estados, o presidente Lula e sua ministra-candidata agora se eximem de qualquer responsabilidade e jogam **a bola dividida** para o Congresso resolver. Convenientemente, esqueceram-se de que, depois de mais de dois anos de debates intramuros no Planalto, enviaram um arremedo de projeto que desestrutura o bem sucedido setor de petróleo e gás para votação em regime de urgência” (A GAZETA, 28-03-2010).

Tratar da relação linguagem-mundo sem pensá-la como uma atividade interativa, realizada no discurso, seria restringir a análise das relações referenciais a observações linguísticas muito superficiais. Tal relação deve ser concebida como uma atividade complexa e criativa na qual é fundamental a interferência dos interlocutores na construção do sentido e do conhecimento.

A seguir, busca-se apresentar, de forma bem sucinta, os pressupostos dos processos referenciais. Para isso, entende-se ser necessário acompanhar de perto alguns aspectos vinculados à noção de progressão referencial claramente abordada em Koch (2002; 2004).

O pressuposto defendido por Koch (2004) é o de que “a referenciação, bem como a progressão referencial, consistem na construção e reconstrução de objetos de discurso” (p.60). Para a autora (2002), na construção de um modelo textual, estão envolvidos três princípios básicos de referenciação:

1. ativação: ocorre quando um referente textual é introduzido de forma inédita no texto, permanecendo a expressão linguística que o representa cognitivamente disponível na memória de curto termo;
2. reativação: um nóculo (“endereço” cognitivo, locação) já introduzido é reativado por meio de uma forma referencial;

3. de-ativação: desloca-se o foco de atenção para um outro referente textual, desativando-se o referente anterior. O referente anteriormente em evidência, contudo, “continua a ter um endereço cognitivo (locação) no modelo textual”, podendo ser reativado a qualquer momento.

Retomando Schwarz (2001), Koch salienta que, “pela repetição cíclica de tais procedimentos, estabiliza-se, por um lado, o modelo textual; por outro lado, porém, ele é continuamente elaborado e modificado por meio de novas referências” (p.83).

De acordo com Koch (2002:85), o uso de pronomes ou elipses, de expressões nominais definidas e de expressões nominais indefinidas são as principais estratégias de progressão referencial, que “permitem a construção, no texto, de cadeias referenciais por meio das quais se procede à categorização ou recategorização discursiva dos referentes”.

Interessa aqui, principalmente, a referenciação processada por intermédio de expressões nominais definidas, indefinidas e demonstrativas. Segundo Koch (1998:41), o emprego de tais expressões

implica sempre a escolha entre as propriedades ou qualidades que caracterizam o referente, escolha esta que será feita de acordo com aquelas propriedades ou qualidades que, em dadas situações de interação, em função dos propósitos a serem atingidos, o produtor de um texto tem interesse em ressaltar, ou mesmo tornar conhecidas de seu(s) interlocutor(es).

Dando sequência ao seu pensamento, a autora continua (p.42):

Por outro lado, o locutor pode também, através do uso de uma descrição definida, dar a conhecer ao interlocutor dados que acredita desconhecidos deste, relativamente ao referente textual, com os mais variados propósitos; ou ainda categorizar, classificar, resumir a informação previamente apresentada de uma certa maneira: a **hipótese**, a **cena**, a **tragédia** etc.

Como já explicitado nas páginas iniciais deste trabalho, a investigação se concentrará nas formas nominais referenciais com função encapsuladora, as quais são designadas como rótulos (FRANCIS, 1994). No entanto, como a análise busca apreender os processos de referenciação na dinâmica textual, foi privilegiado, em todas as fases do trabalho, o termo *rotulação*, exatamente para enfatizar o processo dinâmico da criação de rótulos.

Antes de entrar formalmente no tema central desta pesquisa, é pertinente esclarecer alguns questionamentos que, de certa forma, abrirão o caminho para um prosseguimento coerente das reflexões pretendidas.

1.2 Anáfora e correferência: problematização

Na verdade, não se trata de problematizar a relação entre anáfora e correferência, mas retomar a ideia, já bastante difundida, de que é possível considerar as duas noções como fenômenos nem sempre paralelos, já que hoje se concebe que a correferência se restringe às anáforas diretas.

Desde o advento da Linguística Textual, a questão da correferência é constantemente abordada. Nos momentos iniciais, os processos correferenciais (anafóricos e catafóricos) constituíam basicamente o centro do estudo das relações referenciais. Eram poucos os autores que faziam referência, por exemplo, às anáforas indiretas, hoje consideradas fenômenos remissivos não correferenciais. Ainda nesse momento inicial,

pouco se levava em conta, também, a possibilidade de retomada anafórica de porções textuais de maior ou menor extensão, como acontece com muita frequência quando do uso de demonstrativos, geralmente neutros (isto, isso, aquilo, o) (KOCH, 2004:4).

Resumidamente, o que se considerava, nas primeiras abordagens do tema, eram as relações coesivas, anafóricas ou catafóricas, com retomada

explícita de elementos textuais. Aliás, somente em estudos mais recentes sobre progressão referencial é que tem sido conferido maior espaço às relações referenciais anafóricas operadas entre dois (ou mais) itens *lexicais* do texto, o que, de acordo com Jubran (2003:95), “engloba e ultrapassa a definição tradicional de anáfora como estratégia de retomada, *geralmente pronominal*, de um item lexical colocado anteriormente no texto, com correferencialidade entre os elementos em relação” (grifo nosso).

Com a evolução dos estudos em Linguística de Texto e, sobretudo, com a abordagem interacionista da linguagem, cresce o interesse pelo fenômeno da referenciação, bem como por outras questões decorrentes (progressão referencial, progressão tópica, formas de articulação textual e outras), e hoje é mais do que consensual que o emprego de formas de ativação ‘ancoradas’ – isto é, formas remissivas cuja interpretação é viabilizada por inferenciação ou por associação, a partir de um *frame* ou de conhecimentos enciclopédicos – constituem fatos da língua, e mais: configuram-se como formas dinamicamente atuantes na progressão do texto e na organização do discurso.

Às anáforas correferenciais, ficam reservados casos de retomada direta, alguns dos quais ocorrendo:

- quando o núcleo da forma nominal repete, na íntegra ou parcialmente, o núcleo do antecedente que está sendo retomado;
- quando a retomada ou a predição referencial se efetuam por meio de expressões sinônimas ou quase-sinônimas (parassinônimas);
- quando a retomada se dá por meio de um hiperônimo, um nome genérico, ou de uma descrição nominal.

Sobre as anáforas diretas (AD), Marcuschi (2005) faz uma observação esclarecedora:

Em geral, postula-se que as AD retomam referentes previamente introduzidos, estabelecendo uma relação de correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente. Parece haver uma equivalência semântica e, sobretudo, uma identidade referencial entre a anáfora e seu antecedente. Na realidade, a anáfora direta seria uma espécie de substituto do elemento por ela retomado. A noção de correferencialidade é nestes casos crucial, embora nem sempre se dê de modo estrito (p.55).

Assim sendo, pode-se fazer a seguinte afirmação: o texto, nessa perspectiva, não é construído de forma linear, como se fosse processado numa soma progressiva de partes. “Em sentido estrito, pode-se dizer que a progressão textual se dá com base no *já dito*, no que *será dito* e no que é *sugerido*” (KOCH, 2002:85). O texto é, então, processado num revezamento dos movimentos anafóricos e catafóricos, que orientam as relações entre os elementos do cotexto, mas há ainda “movimentos abruptos, há fusões, alusões” correspondentes às formas ancoradas de ativação pelas quais “a progressão textual renova as condições de textualização e a conseqüente produção de sentido” (cf. KOCH, 2002:85).

Visto dessa forma, o processamento textual está relacionado à noção de referenciação, na medida em que, “sendo a referenciação um caso geral de operação de elementos designadores, todos os casos de progressão referencial são baseados em algum tipo de referenciação, não importando se são os mesmos elementos que recorrem ou não” (KOCH, 2002:84). Buscando distinguir algumas categorias equivocadamente tidas como sinônimas, Koch (2002:84) estabelece a seguinte relação:

- a) a retomada implica remissão e referenciação;
- b) a remissão implica referenciação e não necessariamente retomada;
- c) a referenciação não implica remissão pontualizada nem retomada.

Diante dessas premissas, a ocorrência de uma anáfora não significa obrigatoriamente a existência de uma relação direta, isto é, de correferência

entre ela e o termo anaforizado. É nesse sentido que é atribuído grande destaque às anáforas indiretas, salientando-se seu caráter inferencial.

Da mesma forma, os rótulos são também representantes de uma classe de anafóricos cuja ativação é ancorada, não implicando correferência, uma vez que, no processo discursivo de constituição dos rótulos, o elemento anaforizado é uma sequência com *status* de enunciado frasal, e não uma construção nominal. Em vista disso, a rotulação, assim como as anáforas indiretas, representa um campo privilegiado para questionar a relação de correferência nas cadeias anafóricas.

CAPÍTULO 2

INVESTIGANDO TRILHAS NA BUSCA DE UM CAMINHO

2.1 Rotulação: uma anáfora “complexa”?

A questão que se coloca é: o que se tem entendido, na literatura linguística, por *anáforas complexas*? Segundo Koch (2001), essa classificação foi proposta, inicialmente, em texto de Schwarz (2000), que abordava especificamente as anáforas indiretas. No entanto, Koch (2001:78) emprega o mesmo termo para classificar as anáforas com função rotuladora, afirmando tratar-se, “nesses casos, segundo Schwarz (2000), de anáforas ‘complexas’, que não nomeiam um referente específico, mas referentes textuais abstratos, como ESTADO, FATO, EVENTO, ATIVIDADE etc.”.

Recentemente, em artigo intitulado “The function of complex anaphors in texts”, Consten, Knees & Schwarz-Friesel (2007:83) rediscutem a questão das anáforas complexas, admitindo tratar-se de expressões nominais anafóricas cujo referente é uma estrutura proposicional igual ou maior que a oração:

Our notion of complex anaphor includes two criteria that do not completely depend on each other: First, the antecedent has to be a complex linguistic entity, which means that it consists of (at least) a clause. Second, the referent has to be a conceptually complex item (...).⁴

⁴ Nossa noção de anáfora complexa inclui dois critérios que não dependem completamente um do outro. Primeiro, o antecedente deve ser uma entidade linguística complexa, o que significa que ele consiste de (pelo menos) uma oração. Segundo, o referente deve ser um item conceitualmente complexo [tradução nossa].

Assim, nesse momento, as anáforas complexas incluiriam as formas nominais conhecidas como *rótulos*. Em nota, as autoras esclarecem que o antecedente dessas expressões constituiria uma “âncora” e, nessa leitura, fica claro que o que as autoras tratam como anáforas complexas é um fenômeno mais amplo: elas correspondem a todas as formas de retomada não correferenciais (ou ancoradas), tais como as rotulações e as anáforas associativas e indiretas. Os exemplos seguintes são extraídos desse mesmo texto, e refletem a preocupação das autoras em classificar as rotulações como anáforas complexas:

After a long period of oppression by the communistic powers, the churches are looking for their “own roots in the new situation of liberty” and they do not want to arrange their way following the western example. The EKD has to face up to **this development** urgently, Peter Beier, chairman of Rhineland Evangelic Church, reminded.⁵

All at once we were in a big room of freedom in which we unconsciously got the impression that life is unlimited. I often compare **this state** with the mood of someone who got set free suddenly after a long period of arrest.⁶

Mas que conotação o adjetivo “complexa” poderia realmente exprimir nesse contexto? O critério apresentado para que se classifiquem os rótulos como anáforas complexas é que o referente textual a que se faz remissão deve consistir minimamente de uma oração. Mas é também interessante notar que o próprio processo interpretativo é, em si, complexo, pois requer, assim como as

⁵ Depois de um longo período de opressão por parte das forças comunistas, as igrejas estão buscando suas “próprias origens na nova situação de liberdade” e elas não querem proceder seguindo o exemplo ocidental. O EKD deve enfrentar **esse progresso** urgentemente, lembrou Peter Beier, presidente da Igreja Evangélica de Rhineland [tradução nossa].

⁶ Frequentemente nos encontrávamos em uma enorme situação de liberdade em que, inconscientemente, tínhamos a impressão de que a vida é infinita. Eu sempre comparo **esse estado** à sensação de alguém que ganha sua liberdade após longo período de prisão [tradução nossa].

anáforas indiretas, um amplo esforço cognitivo, o que torna a própria atividade de construção dos objetos de discurso mais dependente da interferência dos sujeitos e do contexto sociocultural em que se encontram.

Dessa forma, ante a observação dos processos de rotulação nos textos que compõem nosso *corpus*, concluímos que se trata de uma complexa atividade referencial. Somos levados a essa conclusão pelas seguintes razões:

1. a porção de texto rotulada constitui uma estrutura variável: pode ser uma oração simples ou uma sequência de extensão superior a um parágrafo;
2. as expressões nominais rotuladoras constituem uma modalidade não correferencial de anáfora, o que demanda um elevado esforço cognitivo na atividade de interpretação;
3. por vezes, os elementos anaforizados não são facilmente rastreáveis na superfície textual; mais do que isso, em alguns casos, os rótulos remetem a conteúdos não explicitados no contexto, mas inferidos a partir de uma interpretação ancorada num contexto sociocultural específico.

Aliás, esta última seria, a nosso ver, a principal razão que pode estar associada a essa ideia de complexidade. Vai além do que Francis ([1994]/2003) denominou “referência difusa”, situação em que não é possível delimitar precisamente a porção do discurso que uma expressão rotuladora encapsula. No caso que está sendo apontado, o que se rotula é uma relação entre constituintes, relação que depende da interpretação do locutor negociada com o interlocutor. Nesses casos, certamente a interpretação dessas formas anafóricas requer uma complexa atividade sociocognitiva. Veja-se, nos exemplo a seguir, como se dá essa relação:

No ano passado, o índice de homicídios em nosso Estado foi de, aproximadamente, 8.000 mortes. (2) Este ano, até o mês de junho, já

se ultrapassou a casa dos 8.300 assassinatos. **Esse aumento**, fruto do descaso das autoridades competentes,...

O ator carioca Bruno Gagliasso, 28 anos, já soma 11 papéis em novelas e minisséries. Mas nunca arrancou tantas gargalhadas do público como agora. O motivo é o seu atual personagem, o mulherengo italiano Berilo, aquele que tenta mas não consegue viver com uma só. Graças à sua atuação espirituosa, Gagliasso transformou o núcleo cômico da novela “Passione” em um dos mais aguardados da trama global das nove.

O crescimento de sua popularidade mostrou-se uma surpresa maior que a tão esperada revelação do “segredo de Gerson” (personagem com estranhas manias, vivido por Marcello Antony). [...] (ISTOÉ, 29-12-2010 – Resenha crítica).

O rótulo **esse aumento** cumpre, além de seu papel central de encapsulamento, a função de relacionar os dois enunciados anteriores a ele. A relação proporcional evidenciada pelo número de homicídios em dado ano (1) e em dado período do ano seguinte (2) resulta no **aumento** dos índices de assassinatos.

No outro exemplo, a determinação dessa relação só é possível a partir de processos de *inferenciação*, por meio dos quais é possível *pressupor* o conteúdo a ser encapsulado pelo rótulo **o crescimento de sua popularidade**. Em virtude da ativação do conhecimento de mundo que o locutor prevê compartilhar com a comunidade de leitores, o texto é iniciado com uma expressão nominal definida – *o ator carioca Bruno Gagliasso* –, seguido do predicado *já soma 11 papéis em novelas e minisséries*. Essas duas constatações já pressupõem alguma **popularidade**. A ideia de **crescimento** é evidenciada especialmente pelo enunciado *nunca arrancou tantas gargalhadas do público como agora*, em que os conteúdos pressupostos são: 1) o ator já arrancou gargalhadas do público; 2) agora ele arranca mais gargalhadas do

público do que antes. Portanto, o conteúdo encapsulado pelo rótulo **o crescimento de sua popularidade** não é explicitado no contexto, mas sugerido por ele, e a ativação do conhecimento de mundo e de conteúdos pressupostos constituem atividades cognitivas essenciais na interpretação da expressão rotuladora.

O que Francis classifica como referência difusa é também uma forma de reativação referencial que exige um complexo empenho sociocognitivo, e a competência interpretativa do interlocutor torna-se mais relevante do que a simples tarefa de decodificação do texto. A autora atenta para o fato de que “nem sempre é possível decidir onde se encontra o limite inicial de sua base de referência” (p.200). A sequência a seguir pode ilustrar essa ideia:

“Sob a justificativa de conter a criminalidade, a polícia paulista mata cada vez mais. Relatos sobre abusos policiais e casos de inocentes assassinados por engano por PMs aumentaram de modo alarmante este ano, chocando a população e até as autoridades do Estado. Em 2009, a Polícia Militar matou 524 pessoas em supostos confrontos em São Paulo – 33,7% a mais do que em 2008. De janeiro a março, **a letalidade** saltou 40,8%, se comparada ao primeiro trimestre do ano passado. E apesar **do banho de sangue** não se verificou a alegada redução nos índices de criminalidade. Os delitos contra o patrimônio permanecem em níveis elevados e os homicídios, que vinham em queda desde o início da década, voltaram a crescer [...] Embora **a explosão de truculência** seja preocupante, especialistas afirmam que a Polícia Militar não está fora de controle, mas sim sob um equivocado comando das autoridades responsáveis por ela” (ISTOÉ, 19-05-2010 - Reportagem).

Embora seja possível proceder a algumas suposições, a tarefa de delimitar com precisão a exata porção de texto encapsulada pelos SNs **a letalidade** e **o banho de sangue** se torna complexa.

Assim, pode ser que o referente transformado em objeto de discurso pelo rótulo retrospectivo **o banho de sangue** seja o período anterior [De janeiro a março, a letalidade saltou 40,8%, se comparada ao primeiro trimestre do ano passado.] ou até os dois períodos anteriores [Em 2009, a Polícia Militar matou 524 pessoas em supostos confrontos em São Paulo – 33,7% a mais do que em 2008. De janeiro a março, a letalidade saltou 40,8%, se comparada ao primeiro trimestre do ano passado]. E não se pode desprezar o fato de que todo o conteúdo anterior ao SN **o banho de sangue** pode ser compreendido como a porção de discurso por ele encapsulada.

Para Cavalcante (2001b:01), ocorre que, por vezes, os rótulos são restritamente vistos “como recursos coesivos anafóricos, negligenciando-se o fato de que a abrangência referencial desses elementos é tão ampla e difusa que eles se diferenciam das anáforas comuns”. Dessa forma, nem sempre o rótulo opera a remissão a algo apresentado no texto. Frequentemente, a remissão é feita a partir de algo que é “*sugerido pelo cotexto*” (KOCH, 2008b:63).⁷

Mas, na leitura não analítica de um texto, verifica-se que essa dificuldade aqui evidenciada não compromete a interpretação do texto. Francis ([1994]/2003) afirma que “a extensão precisa do discurso a ser seccionada pode não importar: é a mudança de direção assinalada pelo rótulo e seu ambiente imediato que é de crucial importância para o desenvolvimento do discurso” (p.200). Ao observar esse “ambiente imediato”, verifica-se que o rótulo **o banho de sangue**, além de ser extremamente avaliativo em si, também aponta para uma série de argumentações do produtor do texto. Para

⁷ Grifo nosso.

ressaltar essa constatação, vale a pena repetir o trecho do exemplo anterior em que se encontram essas evidências:

[...] E apesar do **banho de sangue** não se verificou a alegada redução nos índices de criminalidade. Os delitos contra o patrimônio permanecem em níveis elevados e os homicídios, que vinham em queda desde o início da década, voltaram a crescer” (ISTOÉ, 19-05-2010).

No primeiro enunciado, o rótulo avaliativo **o banho de sangue** tem a sua direção argumentativa negada/contrariada por [não se verificou a alegada redução nos índices de criminalidade], ou seja, a justificativa da polícia para o banho de sangue era a redução da criminalidade, que, entretanto, não tem ocorrido. Todo o primeiro enunciado, a nosso ver, constitui, literalmente, um pré-texto para o período subsequente [Os delitos contra o patrimônio permanecem em níveis elevados e os homicídios, que vinham em queda desde o início da década, voltaram a crescer]. Isto é, este segundo enunciado vai justificar a contraposição presente no primeiro, assinalando uma mudança de direção argumentativa.

A observação de Francis é muito pertinente para quem se compromete a realizar uma análise que leve em conta aspectos discursivos e enunciativos do uso de certas expressões nominais. Afinal, as restrições sobre coesão e outros elementos de análise textual não são suficientes para uma análise que se preste à observação da argumentação pelo léxico ou de aspectos enunciativos como a polifonia evocada por algumas formas linguísticas.

Mas, voltando à discussão anterior, é possível observar que os casos de referência difusa (em que há dificuldade em delimitar a exata porção textual encapsulada), no emprego de rotulações, põem em xeque a clássica noção de que os rótulos retrospectivos (anafóricos) se restringem ao encapsulamento de porções de texto imediatamente anteriores. Essa observação pode ser

evidenciada em textos relativamente longos, como é o caso da reportagem. Geralmente, as reportagens introduzem um tema, apresentando-o nos parágrafos iniciais, e, linhas depois, retomam uma parte anterior do discurso por meio de um rótulo. No entanto, a identificação precisa da realização lexical exigida pelo rótulo fica comprometida, embora haja ciência de que ela é acessível no discurso.

Nesse ponto é que a noção de “anáfora complexa” se amplia, pois a expressão nominal rotuladora “reativa não exatamente um referente em foco, porque não há uma âncora específica sendo correferencialmente retomada, mas o encapsulamento de proposições” (CAVALCANTE, 2005:140) diluídas no cotexto, e o referente não é facilmente detectável. Essa característica verificada no fenômeno da rotulação remete diretamente às palavras de Mondada & Dubois ([1995]/2003:21) que afirmam não haver “uma cartografia perfeita entre as palavras e as coisas”.

Casos como este atestam que a abrangência referencial dos rótulos é tão intrincada que obriga a ampliação da noção de coerência. Koch (2004:40) afirma que não é suficiente admitir a coerência como o “modo como os elementos subjacentes à superfície textual entram numa configuração veiculadora de sentidos”,⁸ sendo tal conceituação bastante redutora. Essa visão de Koch é retomada por Marcuschi (2005:58) que, tratando de modalidades não extensionalistas de anáforas, explica que, nesses casos, se deve tomar a coerência “como uma operação cognitiva que se dá no processamento textual” e, logo, “como um princípio de interpretação e não como um princípio de encadeamento enunciativo ou de boa-formação textual”.

Retomando o último exemplo, quando o rótulo constitui uma expressão metafórica, como é o caso de **o banho de sangue**, a localização da porção de texto rotulada parece ficar ainda mais dependente da interpretação global do co(n)texto por parte do leitor, tornando mais evidente a complexidade do

⁸ Conceito de coerência proposto por Beaugrande e Dressler.

processo de rotulação. O exemplo a seguir vem em sequência ao exemplo anterior (p.36):

[...] Embora **a explosão de truculência** seja preocupante, especialistas afirmam que a Polícia Militar não está fora de controle, mas sim sob um equivocado comando das autoridades responsáveis por ela (ISTOÉ, 19-05-2010 - Reportagem).

Embora os SNs **o banho de sangue e a explosão de truculência** aparentem apontar para uma mesma parte do discurso, há, entre a ocorrência do primeiro e a do segundo, uma série de acontecimentos narrados que vão culminar na construção da metáfora **a explosão de truculência**, ainda que esse rótulo não estabeleça uma relação pontual com os fatos já apresentados no cotexto. Voltando a atenção para o funcionamento dos rótulos, vale ressaltar, acompanhando Koch (2001:84), que “a escolha da metáfora adequada é importante para realizar a avaliação e, em decorrência, estabelecer a orientação argumentativa do texto”.

É válido destacar aqui que essa dificuldade de se delimitar a exata porção do discurso encapsulada fica restrita aos rótulos de conteúdo – incluindo-se aí os metafóricos –, visto que os rótulos metadiscursivos designam entidades discursivas facilmente rastreáveis na superfície linguística, conforme testificam os seguintes fragmentos:

No fim de setembro, a duas semanas do primeiro turno, o candidato do PSDB à Presidência, José Serra, participou de uma reunião com o comando da campanha para avaliar a mobilização na reta final. Serra ouviu de um de seus colaboradores um diagnóstico dramático sobre a situação das finanças da campanha, com gastos muito acima da arrecadação. Por causa da iminência da vitória de Dilma Rousseff nas urnas, o relato veio acompanhado de uma proposta de cortes em despesas em viagens, propaganda e produção dos programas para TV.

“Se não fizermos isso, nós corremos o risco de terminar derrotados e quebrados financeiramente”, disse o colaborador. Serra ficou enfurecido com **a sugestão**. “Não quero nem saber. Não passa pela minha cabeça jogar a toalha. Faça o que tem de ser feito. A campanha não vai parar. Vou para o segundo turno e vou vencer”, afirmou. [...] (Época, 11-10-2010 – Reportagem).

Todo Congresso tem suas figuras controversas. São artistas pornográficos (como a italiana Cicciolina, eleita em 1987), campeões de luta livre, políticos xenófobos ou acusados de corrupção. Trata-se de um fenômeno presente em qualquer democracia do mundo. No Brasil, porém, há um exagero de figuras polêmicas. O melhor exemplo é Francisco Everardo Oliveira Silva, o palhaço Tiririca, eleito deputado federal no dia 3 com 1,3 milhão de votos. Apenas para efeito de comparação, Cicciolina conseguiu...20 mil votos – concorrendo com propostas de proteção ao meio ambiente e pacifismo. As propostas de Tiririca eram puro deboche, como explicitava **seu slogan de campanha**: “Pior que está não fica, vote no Tiririca”. [...] (Época, 11-10-2010 – Reportagem).

[...] Não há unanimidade com relação às causas da crise no Estado. “Cerca de 80% dos homicídios e de toda violência na Bahia decorrem da popularização do crack”, afirma Nunes. “Esse dado não tem embasamento, pois menos de 20% dos homicídios são elucidados”, diz o professor Eduardo Paes-Machado, do departamento de sociologia da Universidade Federal da Bahia. Kátia Alves, a delegada que, mesmo com a arma na cintura, se vê apavorada com o aumento dos crimes, também discorda **do discurso oficial** [...] (ISTOÉ, 26-05-2010 - Reportagem).

É importante frisar que a noção de referência difusa abordada por Francis no tratamento da rotulação não é um caso raro. Ampliando essa noção,

verifica-se, com certa frequência, que, em algumas situações, os rótulos são dados como se o conteúdo encapsulado já fosse conhecido, embora não haja no cotexto uma sequência linguística à qual eles possam estar relacionados. Essas formas anafóricas retomam um discurso anterior como se este fosse de conhecimento público, dando a impressão de que *rotulam* parte de um conteúdo presente na superfície do texto. Algumas dessas ocorrências foram verificadas em nosso *corpus*:

“Um dos aspectos que diferenciam os homens das bestas-feras é que enterramos os nossos mortos, em sua integridade corporal, como uma forma de reverência à sua memória. Quando alguém mata, o que já é repulsivo, e ainda profana o corpo da vítima, o crime se afigura mais chocante por ferir aquilo que também nos torna humanos. **A morte de Eliza Samudio** é um desses episódios. A jovem, de 25 anos, foi morta, segundo a polícia, a mando do goleiro do Flamengo Bruno Fernandes em vingança pelo fato de ter-se recusado a abortar um filho que seria dele. Seus últimos dias, de acordo com **as investigações**, foram de um sofrimento excruciante” (VEJA, 14-07-2010 - Reportagem).

A evidência inicial para identificar as expressões nominais em negrito como sendo anafóricas é que o trecho acima é o início de uma reportagem (ver na seção anexos). Trata-se do caso do brutal assassinato de Eliza Samudio, amante do ex-goleiro do Flamengo, Bruno, até então, principal suspeito de encomendar a morte da vítima. O episódio foi notícia principal na mídia durante várias semanas, e já o era quando a reportagem analisada foi publicada. Isso explica o fato de as expressões **a morte de Eliza Samudio** e **as investigações** serem produzidas como dadas – por meio da determinação definida –, embora não possuam nenhum referente registrado no cotexto anterior.

Ao empregar essas formas anafóricas, os produtores da reportagem dão continuidade a um discurso que está em andamento e contam com o a memória discursiva de seus interlocutores para a construção colaborativa do sentido. Ao apontar para um discurso alheio ao evento discursivo em questão, as formas anafóricas **a morte de Eliza Samudio** e **as investigações** pressupõem, respectivamente, que Eliza Samudio morreu e que o crime está sendo investigado. Dessa forma, cria-se, nas palavras de Olímpio (2006), “a ilusão de objetividade referencial”, que, conforme a autora “decorre exatamente do fato de que os referentes [...] foram construídos fora, em um discurso anterior, de responsabilidade pública, embora partilhado pelo locutor e construído a partir de sua perspectiva” (p.11).

Para explicar esse fenômeno, essa autora, ao analisar casos semelhantes, recorre à noção de pressuposição, buscada em Ducrot ([1984]/1987). Analisando o processo da nominalização, a autora aponta – nos casos em que as expressões nominais encabeçam certos textos – como “uma estratégia de referenciação e de textualização ancorada na memória discursiva, esta pressupostamente partilhada pelos interlocutores” (p.10). Olímpio trabalha, então, com a ideia de um “*continuum* discursivo”, uma vez que essas anáforas sem antecedente no cotexto retomam outros discursos.

Do ponto de vista semântico, essas expressões anafóricas veiculam um conteúdo exterior ao que é dito no evento discursivo. De uma perspectiva discursivo-argumentativa, tais anáforas convocam vozes anteriores para a continuidade da cadeia anafórica dentro de um novo evento discursivo.

É necessário, nesses casos, refletir que a rotulação, como processo discursivo, constitui o indício de uma relação interdiscursiva, isto é, os rótulos podem operar o diálogo entre um discurso presente, no qual a expressão nominal é materializada, e um discurso exterior e alheio, ao qual o rótulo se refere. Nesse sentido, a rotulação poderia ser vista como expressão de

polifonia. Seria possível então o estabelecimento de uma categoria de rótulos “polifônicos”, caracterizados linguisticamente pela determinação definida⁹.

Esse posicionamento parece esclarecer como os chamados objetos de discurso são elaborados, recuperados e modificados a cada evento discursivo, na medida em que evoluem as negociações de sentido intersubjetivamente construídas.

A rotulação, entre as estratégias de referenciação, não apenas possibilita a construção de novos objetos de discurso, mas ao fazê-lo, permite que um discurso anterior/exterior, não explicitado no cotexto, seja atualizado por uma unidade de *status* nominal, estabelecendo uma relação entre a enunciação presente e uma memória discursiva. Este ponto será retomado mais à frente.

Durante a análise, outras ocorrências chamaram a atenção. Alguns dos elementos que, por vezes, se associam ao nome nuclear das expressões rotuladoras parecem, a princípio, contribuir para o controle dos movimentos anafóricos e catafóricos no processamento textual. Veja-se a sequência a seguir, extraída de uma das várias reportagens publicadas sobre o desaparecimento e morte de Eliza Samudio:

[...] O psiquiatra americano Michael Stone, da Universidade Columbia, hoje uma referência mundial no estudo de assassinos, dissecou o padrão de comportamento de dezenas de criminosos para criar uma “escala de maldade”. Ao analisar, a pedido de VEJA e à luz da hipótese policial, o caso do goleiro Bruno, ele situou o jogador no nível 16 de sua escala, que vai de 1 a 22. “Veem-se nele altas doses de narcisismo, egoísmo e frieza. Tudo indica que ordenou um assassinato [o de Eliza Samudio] para eliminar o que era para ele um obstáculo”, avalia o psiquiatra. “Trata-se, sem dúvida alguma, de um psicopata”.

⁹ Essa ideia é claramente discutida e analisada por Olímpio (2006), conforme mencionado nas páginas 57/8 deste trabalho.

O vínculo de jogadores do Flamengo com o banditismo já produziu **outros escândalos**. Mas, quando Vagner Love foi filmado na companhia de traficantes armados, e quando o também atacante Adriano admitiu ter dado dinheiro a um chefe do crime organizado, os cartolas do clube reagiram da mesma forma [...] (VEJA, 14-07-2010 - Reportagem).

De fato, o rótulo **outros escândalos**, ao mesmo tempo, encapsula uma parte anterior do discurso e permite ao leitor predizer a informação subsequente, a saber: [quando Vagner Love foi filmado na companhia de traficantes armados, e quando o também atacante Adriano admitiu ter dado dinheiro a um chefe do crime organizado]. Nesse caso, diz-se que o rótulo opera de forma retrospectiva (anafórica) e prospectiva (catafórica) simultaneamente.

Nesse caso, é essencial focar a atenção no determinante **outros**, porquanto seu papel na construção de uma expressão rotuladora é decisivo na condução do fio enunciativo. Quanto a essa questão, Cavalcante (2001b:02) posiciona-se da seguinte forma:

A instrução para refocalizar certos pontos do discurso não se concentra, pois, no significado lexical do rótulo em si mesmo, mas nessas formas que acompanham o nome. São elas que, ao modo de qualquer dêitico, guiam os destinatários dentro do espaço metaforizado do texto e realizam o procedimento dêitico de controlar-lhes os *flashes* de atenção a cada momento.

Para concluir esta parte, pode-se dizer, a partir do que foi apresentado até aqui, que os rótulos são típicos representantes dos movimentos de progressão e retroação no processamento textual. Melhor dizendo, o processo de rotulação atua em todos os níveis da referenciação textual, baseando-se, para isso, “no já dito, no que será dito e no que é sugerido” (cf. KOCH, 2002:85). Dessa forma, testifica-se que um texto não se constrói por meio de uma progressão contínua e linear, mas através de atividades referenciais,

inferenciais, cognitivas e interacionais, nas quais o processo de rotulação é altamente privilegiado. Os exemplos apresentados nesta seção demonstram que a construção do sentido é fruto da proposta do locutor e da atividade interpretativa operada pelo interlocutor no discurso.

2.2 Nominalização e rotulação

Conforme o capítulo anterior, a progressão referencial se dá por meio de várias estratégias de referenciação. Destaca-se, neste trabalho, a atividade de rotulação (*labelling* – FRANCIS, [1994]/2003), pela qual uma expressão nominal opera o encapsulamento de porções precedentes ou subseqüentes do contexto, de extensão igual ou maior que a oração. Assim, como já se observou, as rotulações são formas nominais bastante atípicas, pois não representam casos-padrão em que anaforizantes e anaforizados são de natureza nominal, como no exemplo a seguir:

Da Vinci e Michelangelo deixaram seus nomes marcados na história da arte. As obras **esses fenomenais artistas** demonstram a inferioridade da arte contemporânea.

Nesta seqüência, tem-se um sintagma nominal [**esses fenomenais artistas**] que remete a **Da Vinci e Michelangelo**, estabelecendo uma relação direta entre o elemento anafórico e o anaforizado.

O funcionamento dos rótulos obedece a uma dinâmica diferente. Francis ([1994]/2003) afirma que, como conectores e organizadores do discurso escrito, os rótulos operam a “substituição” de uma ou mais orações, por meio dos movimentos retrospectivo (anafórico) e prospectivo (catafórico). Para

Conte ([1996]/2003:179), essas formas nominais (os rótulos)¹⁰ “são muito diferentes dos exemplos-padrão de anáfora”, pois seus referentes “não são indivíduos”, como no exemplo acima, “mas referentes com um *status* ontológico diferente”, como *eventos, situações, processos, fatos, proposições, atos de enunciação*, conforme podem ilustrar os exemplos a seguir:

Cadê os donativos?

O Governo alagoano apura a participação de bombeiros no desvio de parte dos donativos enviados para socorrer as vítimas das chuvas que atingiram Alagoas e Pernambuco no fim de junho. **A investigação** partiu do próprio Corpo de Bombeiros do Estado [...] (ÉPOCA, 26-7-2010 – Nota).

Sobre a educação de crianças, aposto **numa regra simples**: premiar e recompensar (não obrigatoriamente com coisas materiais) as atitudes positivas e ignorar e reprovar as negativas, sem apelar para nenhum tipo de violência. Os pais podem impor limites sem ser autoritários (VEJA, 28-7-2010 – Carta do leitor).

Primeira-ministra se casa com uma mulher

A primeira-ministra da Islândia, Johanna Sigurdardottir (foto), casou-se com a escritora Jonina Leosdottir – ela se tornou em todo o mundo a primeira chefe de governo nacional a oficializar uma união homossexual. Johanna e Jonina estavam juntas há anos. Elas inauguraram no país a lei recém-aprovada que define casamento como união consensual entre duas pessoas, independentemente do sexo. **A notícia** foi divulgada na terça-feira 29. Johanna já foi hetero e tem filho do casamento anterior (ISTOÉ, 7-7-2010 – Nota).

¹⁰ Conte ([1996]/2003) trabalha com a noção de *encapsulamento*, e não, como optamos neste trabalho, com a noção de *rótulos* e *rotulação*, proposta por Francis (1994/2003).

[...] As chuvas são normalmente mais intensas na região no mês de julho. O que estava debaixo de água e escombros segue escorrendo, tirando o fio de esperança dos que sobreviveram. **A pergunta** continua no ar: onde estão os candidatos a comandar o País que ainda não se instalaram de mala e cuia nas localidades mais afetadas para ajudar os desabrigados? [...] (ISTOÉ, 7-7-2010 – Editorial).

[...]

São 600 crianças estudando aos pés de um barranco sem vegetação sobre o qual se penduraram mais de 20 mil caminhões. O risco de desabamento é evidente e desde o início do ano assusta os pais dos alunos matriculados na Escola Municipal Júlio de Grammont, no bairro Planalto em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. Em vez de providenciar logo uma solução para **o problema**, as autoridades da cidade acham melhor acobertar a ação de policiais que agrediram uma equipe de televisão que esteve na escola para denunciar **a situação** [...] (ISTOÉ, 7/7/2010 – Reportagem).

Em uma espécie de "contra-ataque dos céticos do aquecimento", o órgão da ONU foi obrigado no início deste ano a admitir que se equivocou em um dado que apontaria para a possibilidade de as geleiras do Himalaia derreterem até 2035. [...]

Jones, que é diretor da Unidade de Pesquisa Climática da Universidade de East Anglia, disse estar "100% confiante" de que o planeta está se aquecendo e de que **este fenômeno** é causado pelo homem (Globo.com, 15-2-2010 – Notícia).

Os exemplos acima atestam o poder condensador das expressões rotuladoras, que utilizam, em seu núcleo, nomes inespecíficos para encapsular e categorizar segmentos textuais com *status* de frase. De acordo com Cavalcante (2001b:01), "tal caráter inespecífico dos nomes rotuladores lhes confere o poder de abraçar extensões variadas de discurso e condensá-las em

denominações adequadas aos propósitos do falante”, fazendo com que o significado genérico do rótulo se particularize “no próprio texto”. Nas palavras de Conte ([1996]/2003:177), tal expressão nominal “funciona como uma paráfrase resumitiva” de uma porção textual, resultando, por meio desse processo de encapsulamento, num rótulo.

A noção de *encapsulamento*, vale ressaltar, abrange tanto as expressões nominais (definidas, demonstrativas e indefinidas) quanto as formas gramaticais pronominais (por exemplo: **isso**, **esse**, **o**), ou advérbios (**assim**) e expressões adverbiais (**por isso**, **para isso**, **com isso**). Logo, é fundamental esclarecer que, quando se fala em *rotulação*, o interesse recai exclusivamente nos encapsulamentos de base nominal.

Nesse ponto, é importante frisar que o emprego de expressões nominais na progressão referencial é um recurso que vai além das restrições sobre a coesão textual. As várias estratégias de referenciação possíveis a partir da inserção de formas nominais referenciais no texto evidenciam seu caráter multifuncional e sua importância na construção de sentidos. “Em outras palavras: a função das expressões referenciais não é apenas referir” (KOCH, 2002:106). Além de atuarem no nível textual, as formas referenciais funcionam dinamicamente nos níveis cognitivo-discursivo, semântico-pragmático, argumentativo e interacional. Portanto, a análise dessas expressões no processamento textual não se restringe ao nível da superfície linguística, mas ao sentido construído a partir dela. Aliás, para ilustrar a constatação de que o sentido do texto não é dado, mas construído, muitos autores, como Koch (1998:25), recorrem à metáfora do *iceberg*.¹¹

como este, todo texto possui apenas uma pequena superfície exposta e uma imensa área imersa subjacente. Para se chegar às profundezas do implícito e dele extrair um sentido, faz-se necessário o recurso aos vários sistemas de conhecimento e a ativação de processos e estratégias cognitivas e interacionais.

¹¹ Esta metáfora é de autoria do filósofo e linguista brasileiro Marcelo Dascal.

No processo de rotulação e nas operações de categorização e recategorização de referentes, fica evidente o caráter subjetivo/argumentativo das escolhas feitas. A esse respeito, Koch (2008a:110) afirma:

pode-se certamente afirmar que tanto a categorização como a recategorização de um objeto-de-discurso têm função argumentativa. Ao recategorizar um objeto já categorizado anteriormente, o locutor o apresenta sob novas luzes, enquadra-o em novas categorias, procurando chamar a atenção para novas qualidades/propriedades deste que considera necessário enfatizar para a realização de seu projeto de dizer.

No caso de o rótulo retrospectivo ser constituído de um nome deverbal, associado a um verbo presente no enunciado anaforizado, esta função argumentativa fica atenuada, em proveito de uma função mais coesiva na progressão textual.

Aliás, Zamponi (2003:199) enfatiza bem essa ideia, afirmando que as nominalizações, bastante similares às rotulações no que tange ao processo discursivo aí implicado,

talvez constituam o fenômeno anafórico que mais deixa à mostra, no texto escrito, os bastidores da construção de objetos-de-discurso pela atividade referencial. Com efeito, quando um sintagma nominal transforma em referente o processo denotado por uma proposição, que, obviamente, não tinha esse estatuto anteriormente, testemunha-se claramente a operação discursiva da referenciação. Não é à toa que a própria denominação do processo – *nominalização* – indica... um processo.

A separação entre os fenômenos de rotulação e nominalização, se há uma separação, é representada por uma linha muito sutil, uma vez que os dois processos se confundem em muitos aspectos.

Neste estudo entendemos que, embora haja, no fenômeno de nominalização, um funcionamento encapsulador – o que o aproxima da rotulação – as duas operações não são totalmente equivalentes.

Apothéloz ([1995]/2003) defende que a nominalização ocorre quando um sintagma nominal transforma em objeto de discurso uma proposição previamente apresentada como referente. A partir desse ponto de vista, a nominalização é entendida como um processo discursivo, não obstante o termo “nominalização” referir-se tanto ao processo quanto ao nome nuclear da expressão nominalizadora. A fim de eliminar esse conflito, Apothéloz & Chanet ([1997]/2003) reservam o termo “nominalização” exclusivamente à operação discursiva, ao passo que ao nome nuclear da expressão que marca tal operação os autores denominam “substantivo-predicativo”. O conjunto de elementos linguísticos que compõem o conteúdo da predicação antecedente ou subsequente, objeto da nominalização, é denominado “informação-suporte”.

Pelas ilustrações utilizadas em Apothéloz & Chanet ([1997]/2003) para exemplificar o que os autores chamam de nominalização, percebe-se que se trata mais de um processo de transformação do núcleo do predicado das informações-suporte em um nome derivado dele. Em outras palavras, o substantivo-predicativo é um nome morfológicamente derivado do verbo nuclear do referente encapsulado. Essa transformação é claramente observada nos três primeiros exemplos de que os autores lançam mão (pp.132-3):

A polícia local de Schwytz prende um suposto falsificador de dinheiro. (...) **A prisão** aconteceu em colaboração com a Interpol (Le Matin 1-6-1994).

Os sérvios da Bósnia anunciaram ontem que eles iriam fechar a única estrada que permite aos civis, há quatro meses, entrar e sair de Sarajevo. Segundo a porta voz das Nações Unidas, Claire Grimes, **o fechamento da estrada** deverá sobrevir a partir de hoje (L'Express, 27-7-1994).

O Dicionário da Academia é, pela primeira vez, publicado em edição de bolso (de A a Z; estando o segundo volume previsto para 1996, e o

terceiro, para 1999). **Esta publicação** coincide com um aniversário, porque foi em 24 de agosto de 1694 que uma delegação da Academia francesa remeteu ao rei dois volumes da primeira edição de seu Dicionário (Le Monde des débats, junho de 1994).

Seria imprudente negar que em casos como esses, em que **“prisão”** retoma **“prende”**, **“fechamento”** retoma **“iriam fechar”** e **“publicação”** retoma **“é publicado”**, a função sumarizadora e encapsuladora fica evidente. Aliás, de acordo com Koch (2001:77), as nominalizações “sumarizam as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, encapsulando-as sob a forma de um substantivo-predicativo e transformando-as em objetos-de-discurso”.

Essa função encapsuladora permite que as nominalizações atuem na organização do texto, no sentido de estabelecer ligações coesivas; e no processamento cognitivo, permitindo ao receptor do texto um acesso mais simplificado à informação dada, uma vez que a informação nova é veiculada por um nome derivado do verbo de uma proposição previamente dada, operando, nas palavras de Schwarz (2000), “uma tematização-remática”. Quanto a essa propriedade, também comum às rotulações, Francis ([1994]/2003) afirma: “Ele [o rótulo] funciona para trás e para frente: para trás para encapsular e reintroduzir como dada a situação descrita no parágrafo precedente; e para frente para avaliá-la” (p.200).

De fato, a rotulação tem sido considerada como uma eficaz estratégia textual-discursiva no desenvolvimento dos textos. Por ela, uma construção nominal encapsula uma porção textual oracional, categorizando-a sob determinado rótulo, e fazendo o texto progredir numa direção argumentativa.

Mesmo no emprego de rótulos mais ‘neutros’, como veremos à frente, observa-se uma tomada de posição, ou, nas palavras de Koch (2008:108), “há sempre uma escolha e esta será sempre significativa em maior ou menor grau”.

Francis ([1994]/2003) encara a rotulação como um recurso de coesão textual, mas não deixa de mencionar o poder dos rótulos retrospectivos ao “adicionar algo novo ao argumento indicando a avaliação do escritor das proposições que eles encapsulam” (2003:211).

De acordo com Carvalho (2005), o que afasta as rotulações das nominalizações é a constatação de que a rotulação

é uma operação linguística resultante de atividades cognitivo-discursivas, e não se prende a um item lexical particular, um verbo e sua predicação, como é o caso das nominalizações. Neste sentido, o rótulo amplia o funcionamento encapsulador: estende-se ao discurso e ultrapassa os limites da materialidade linguística (p.66).

A autora conclui seu posicionamento afirmando ainda:

Se apenas for observado o efeito encapsulador, comum à nominalização e ao rótulo, pode-se afirmar que a nominalização é um rótulo, mas se se observar como tal efeito é operado, verificar-se-á, conforme se postula nesta tese, que há ressalvas a se fazer: o rótulo não é um lexema derivado de outro presente no contexto, tal como a nominalização, sua escolha lexical resulta, conforme já se afirmou, de operações cognitivo-discursivas: categorização e recategorização. A nominalização não categoriza nem recategoriza, o que a leva a apresentar um menor grau de argumentatividade (p.66).

A rotulação, portanto, constitui uma atividade discursiva mais ampla do que a nominalização, no sentido em que, indo além da organização morfossintática das unidades do texto e do processamento cognitivo, os rótulos indicam uma maior reflexividade do sujeito sobre a linguagem, o que evidencia o caráter argumentativo marcante nas rotulações.

Contudo, não se pode afirmar peremptoriamente que as nominalizações refletem uma neutralidade em todos os seus usos. Ao admitir uma concepção interacionista e discursiva da linguagem, é necessário refletir que optar por um substantivo morfológicamente derivado de algum item do referente constitui uma entre outras “escolhas” ou tomadas de posição possíveis ao locutor –

construtor de sentidos. Investigando os efeitos dessa escolha, Apothéloz (1995:144) ressalta que

du point de vue de la dynamique communicative, il importe de noter que les nominalisations representent, em présumant son existence, un procès qui a été signifié prédicativement, qui vient donc juste d'être pose.¹²

Nessa linha de análise (levando em conta a articulação entre posto e pressuposto), o trabalho de Olímpio (2006) demonstra, com muita propriedade, que as nominalizações, em casos específicos, podem ter como âncora um discurso anterior, não expresso no cotexto, mas pressuposto. A partir de um *corpus* constituído por editoriais e artigos de opinião, colhidos em A Gazeta – Vitória/ES, Olímpio (2006) chama a atenção para os textos encabeçados por construções nominais definidas. Tais formas emergem de uma memória discursiva e, nesses casos, encadeiam-se sobre um discurso anterior, dado como previamente discursivizado e partilhado. Os exemplos seguintes são extraídos do *corpus* da autora:

O falecimento de João Paulo II significa para a humanidade a perda de um de seus maiores líderes, em todos os tempos (03-04-2005).

A aprovação da chamada MP do Bem foi um avanço importante para o setor produtivo e para o país (03-04-2005).

Nos dois fragmentos acima, as expressões nominais em destaque apontam para um discurso anterior, suscitando outras vozes que não a do produtor do texto. Ao fazer uso da determinação definida no início dos textos, é possível pressupor que “*João Paulo II faleceu*” e que “*a chamada MP do Bem foi aprovada*”. Embora esses pressupostos não sejam o objetivo da

¹² “do ponto de vista da dinâmica comunicativa, importa notar que as nominalizações retomam, pressupondo a sua existência, um processo que foi significado predicativamente, que acaba de ser posto”. [tradução nossa]

enunciação, não se pode negar que eles estão subjacentes ao conteúdo afirmado. A partir da ocorrência dessas construções definidas no “encabeçamento” dos editoriais analisados, Olímpio destaca o caráter polifônico dessas nominalizações e frisa que, em casos como esses,

a nominalização é uma estratégia de referência e de textualização ancorada na memória discursiva, esta pressupostamente partilhada pelos interlocutores. Como estratégia de textualização, retoma e trabalha outros discursos, criando, com isso, a imagem de um continuum discursivo.

Nesse sentido, a nominalização (e não só o uso das rotulações sem processo derivacional) constitui uma estratégia altamente argumentativa, uma vez que cria uma espécie de afastamento em relação à voz do locutor, que, nesse caso, divide com a comunidade dos leitores a responsabilidade pelo conteúdo pressuposto.

Diante do que foi exposto até aqui, é possível trabalhar com a ideia de que rotulação e nominalização se cruzam no seu funcionamento discursivo, seja encapsulando a informação-suporte lexicalizada no cotexto, seja rotulando/nomeando conteúdos inferíveis a partir da memória discursiva dos interlocutores.

CAPÍTULO 3

QUESTÕES RECORRENTES NA INVESTIGAÇÃO

3.1 Anáfora e catáfora

Para Francis ([1994]/2003), a exigência de realização lexical no contexto é a principal característica de um rótulo: Estes podem funcionar tanto cataforicamente (para a frente), quanto anaforicamente (para trás) (p.192). Por isso ela os classifica em:

- Prospectivos: quando precedem a sua lexicalização e correspondem àqueles que funcionam cataforicamente;
- Retrospectivos: quando seguem a sua lexicalização e correspondem àqueles que atuam anaforicamente.

Aos retrospectivos Francis atribui especial atenção, alegando que sua ocorrência, nos textos escritos por ela analisados, é bem superior, se comparada aos prospectivos. Aliás, no âmbito da Linguística Textual, parece haver um consenso de que os movimentos anafóricos são mais comuns na linguagem se comparados aos catafóricos, o que relega a análise destes últimos a um segundo plano. No entanto, é preciso considerar que, não obstante os dois movimentos contribuírem para a organização da superfície textual, os rótulos prospectivos cumprem um papel diverso dos rótulos retrospectivos. Segundo Francis ([1994]/2003),

Quando um rótulo prospectivo é usado, a motivação para seu uso não tem sido ainda fornecida e daí sua lexicalização única nas orações que substitui pode ser predita: sua função é dizer ao leitor o que esperar. O uso de um rótulo retrospectivo, por outro lado, exige uma explanação diferente, já que ele já foi lexicalizado (p.195).

A intenção de Francis é enfatizar que, enquanto um rótulo prospectivo atua em função de prever precisamente a informação subsequente, “um rótulo retrospectivo serve para encapsular ou empacotar uma extensão do discurso” (p.195). Assim, numa oscilação dos movimentos de retrospectivação e de prospecção, os rótulos organizam não só o texto, estabelecendo elos coesivos, mas também o discurso. Carvalho (2005) atesta que os rótulos, como organizadores textual-discursivos, podem introduzir tópicos, promover a sequenciação de ideias e encaminhar o desfecho do discurso.

No caso dos anafóricos, Francis ([1994]/2003) ainda ressalta seu caráter não correferencial:

Meu critério maior para identificar um grupo nominal anaforicamente coesivo como um rótulo retrospectivo é que não há nenhum grupo nominal particular a que ele se refira: não é uma repetição ou um “sinônimo” de nenhum elemento precedente. Em vez disso ele é *apresentado como equivalente* à oração ou orações que ele substitui, embora nomeando-as pela primeira vez (p.195).

Reflexão semelhante é feita por Apothéloz & Chanet (2003:134), considerando os casos de nominalização/nomeação:

em contraste com as operações de correferência no sentido usual do termo, a principal particularidade das nomeações reside no fato de elas darem um estatuto de referente, ou de *objeto de discurso*, a um conjunto de informações (as informações-suporte) que antes não tinham esse estatuto discursivo. Na medida em que se trata das “mesmas” informações, as nomeações se parecem com a correferência; mas elas diferem no fato de que seu objeto não foi previamente estabelecido nem individuado por meio de uma expressão referencial.

No caso dos prospectivos, o rótulo, geralmente, tem um papel organizador que se estende para todo o parágrafo ou para o parágrafo seguinte, permitindo ao leitor predizer a informação específica que se seguirá, conforme ilustram os próximos exemplos:

Em ofício encaminhado às comissões, Blat disse que tinha compromissos anteriormente marcados que o impediam de comparecer ao Senado. “Não poderei atender ao convite pelos **seguintes motivos**: tenho agendada tomografia computadorizada do tórax, no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, atendendo a recomendação médica por ser um paciente oncológico desde 2008. Além disso, há diligências marcadas para esta data sobre o caso Bancoop”, afirmou. (Folha *on line*, 30-3-2010 – Notícia).

Um cenário bucólico. As águas do rio Paraíba do Sul serpenteiam por entre as pedras, caem em cachoeiras e colorem a paisagem das estradas sinuosas e cheias de obstáculos, com trechos íngremes, enlameados, esburacados, por vezes ocupados por gado e repletos de ribanceiras. Por elas, carros 4x4 passam de minuto em minuto e alteram a rotina das fazendas de Mar de Espanha e Santana do Deserto, em Minas Gerais. Na beira da pista, crianças em polvorosa saúdam os heróis indômitos, capazes de domar todas as dificuldades do caminho. Mal sabem elas que os vidros adesivados escondem várias mulheres. [...] (ISTOÉ, 6-10-2010 - Reportagem).

3.2 Encapsulamento lexical e gramatical

Tal como anteriormente exposto, entende-se que a rotulação diz respeito à operação de encapsulamento por meio de formas nominais – os rótulos. Trata-se, nesses casos, de encapsulamento lexical.

Aliás, tem-se observado que as noções de sumarização e encapsulamento são comumente empregadas para classificar uma função restrita aos rótulos ou pronomes que retomam porções de texto de extensões variadas, correspondentes a pelo menos uma oração. No entanto, levando-se em conta o caráter resumitivo do processo de sumarização, é perfeitamente possível observar construções nominais (ou pronominais) retomando (ou predizendo) outras construções nominais mais complexas em sua extensão (ou uma série de SNs separados por vírgulas), de forma a encapsulá-las e, assim, garantir o encadeamento coesivo do texto. Vejam-se os exemplos:

O sr. ou a sra. embarcariam em um cruzeiro que celebrará os 100 anos do mais trágico e famoso naufrágio de todos os tempos, o do luxuoso transatlântico Titanic? Segundo organizadores **dessa viagem** – entre eles Philip Littlejohn, neto de um sobrevivente –, já há reservas feitas em todo o mundo. [...] (ISTOÉ, 25-08-2010 – Nota)

[...] Mas, no ponto alto da noite da última terça-feira, o leiloeiro exhibe **a principal atração do evento**: o terno usado pelo presidente Lula na sua primeira posse, em 2003. [...] (ISTOÉ, 25-08-2010 – Artigo de opinião).

Essas nações são a nova fronteira da configuração global formada por dinheiro barato, novas tecnologias acessíveis e excesso de mão de obra. **Nesse conjunto** se destacam, particularmente, países com dimensões continentais e mercados internos de consumo de massa, como o Brasil e a China [...] (Época, 26-7-2010 – Artigo de opinião).

A relação referencial entre o termo sublinhado e o termo em negrito é SN(s)→SN. Casos como esses não poderiam ser enquadrados como operações de rotulação, uma vez que esta é, por tradição, entendida como um processo de sumarização de ‘entidades’ de nível superior na hierarquia frasal.

A ideia de sumarizar, entretanto, parece constituir um fenômeno bem amplo, que abrange desde sintagmas nominais mais extensos, como no exemplo anterior, até sequências com *status* de frase e parágrafos de dimensão maior.

É importante salientar que nosso foco está centrado nas operações de rotulação – aquelas que sumarizam e rotulam porções de texto correspondentes, minimamente, a uma porção textual com *status* de frase. Dessa forma, objetiva-se, nesta pesquisa:

- “identificar, descrever e ilustrar um dos principais meios pelos quais os grupos nominais são usados para conectar e organizar o discurso escrito” (FRANCIS, 2003:191);
- verificar como esse recurso de coesão pode também ser “um poderoso meio de manipulação do leitor” (CONTE, 2003:177);
- apontar e discutir casos de rotulação “interpretativa” resultantes de relações semânticas mais complexas observadas entre partes da porção “retomada” ou “antecipada”;
- associar o fenômeno da rotulação à progressão tópica do texto e ao encadeamento dos diferentes tipos de discurso nele materializados.

O encapsulamento gramatical, que ocorre quando uma proposição anterior ou posterior do texto é sumarizada por um elemento pronominal não será posto em discussão. É o caso do exemplo abaixo:

“A partir de julho, a Caixa Econômica fará mais um sorteio da Timemania – às quartas feiras. Até aqui, só aos sábados. Com **isso**, as dez loterias federais correrão no mínimo duas vezes por semana”.
(ISTOÉ, 16-6-2010 - Nota)

O pronome **isso** encapsula toda a parte do texto sublinhada e, associado à preposição que o antecede (**com isso**), pode perfeitamente ser

substituído pelo advérbio **assim**, outra forma de encapsulamento gramatical. Uma importante ressalva é que os encapsulamentos realizados por meio de formas pronominais permitem ao falante despender menor esforço cognitivo se comparados aos encapsulamentos lexicais. Isso porque não há necessidade de o produtor do texto escolher um nome que designe mais apropriadamente suas intenções comunicativas. Dessa forma, quando não se pretende acrescentar nenhum conteúdo argumentativo, parece ser mais cômodo, dado seu alto grau de genericidade, o emprego de uma pró-forma resumitiva (ZAMPONI, 2003:206). Veja-se o exemplo (fabricado) abaixo:

Na última terça-feira (11), o técnico da seleção brasileira, Dunga, divulgou a lista de convocação para os jogos da Copa da África do Sul. Se for confirmada oficialmente, o time brasileiro não contará com as presenças de Neymar, companheiro de Robinho no ataque do Santos, e nem de Ronaldinho Gaúcho. **Isso** poderá resultar em motivos de sobra para uma “enxurrada de críticas” ao técnico e tetra-campeão Dunga.

Em casos como esse, é possível observar que o emprego do pronome demonstrativo, apesar de aparentemente evidenciar a neutralidade do produtor do texto, parece constituir apenas uma ponte para o encaminhamento do argumento posterior, fortemente marcado no predicado **poderá resultar em motivos de sobra para uma “enxurrada de críticas” ao técnico Dunga**. Esse caráter de neutralidade não fica restrito ao uso de pronomes. Muitas vezes, um SN pode não acrescentar nenhum conteúdo avaliativo, mas pode introduzir um enunciado avaliativo que revele a força argumentativa pretendida por seu produtor:

Na última terça-feira (11), o técnico da seleção brasileira, Dunga, divulgou a lista de convocação para os jogos da Copa da África do Sul.

Se for confirmada oficialmente, o time brasileiro não contará com as presenças de Neymar, companheiro de Robinho no ataque do Santos, e nem de Ronaldinho Gaúcho. **A decisão** pode resultar em motivos de sobra para uma “enxurrada de críticas” ao técnico e tetra-campeão Dunga. (Adaptado/exemplo anterior)

Nesse exemplo, o sintagma nominal em negrito parece desempenhar muito mais um papel coesivo na progressão tópica do texto do que uma função argumentativa, não obstante o fato de que se trata de uma escolha entre várias do universo lexical. Assim, na tarefa de encapsular uma porção precedente do texto, o SN escolhido poderia ser substituído por outros SNs, como “**a determinação**” ou “**o anúncio**”. Nesse caso específico, o direcionamento argumentativo recai, na verdade, no predicado **pode resultar em motivo de sobra para uma “enxurrada de críticas” ao técnico Dunga**.

Para reforçar essa tese, alguns exemplos foram extraídos do *corpus* de Carvalho (2005). Embora a autora não esteja preocupada em demonstrar o direcionamento argumentativo que os rótulos operam (pelo menos não como está sendo sugerido aqui), é perfeitamente possível verificar esse funcionamento em alguns de seus exemplos, todos fragmentos de artigos de opinião da revista *Caros Amigos*:

[...] Pinochet feriu os direitos do homem, e, portanto, deve uma explicação ao conjunto da humanidade. Isso seria verdade mesmo se a maioria da população chilena o apoiasse (Hitler foi eleito em 1933, por uma grande maioria dos votantes alemães). O contrário seria dizer, por exemplo, que os governos da Turquia, da Síria e do Iraque têm o direito de reprimir e assassinar os curdos, apenas porque representam, supostamente, os interesses majoritários de seus povos contra um grupo étnico minoritário. **Essa argumentação** é tão ridícula quanto insustentável. É a defesa dos princípios universais que justifica a reação de boa parte da comunidade europeia [...] (p.156).

A “comemoração” dos quinhentos anos da chegada de Cabral ao Brasil terminou transformando-se em feio espetáculo. A imagem que nossos inimigos querem para nós.

Constrangeu-nos o envolvimento de indígenas que, quinhentos anos depois, ainda existem em estágio selvagem ou vivendo em “reservas”.

O quadro criado foi pungente e lastimável [...] (p.181).

[...] O Brasil sempre foi generoso com os que aqui aportaram , vindo compartilhar conosco a bela aventura de construir grande e justa civilização dos trópicos – impossível sem soberania –, quer já estivessem aqui há quinhentos anos ou tenham chegado há poucos meses. Por que só admitir como legítimos os que aqui estavam antes de 1500? Trata-se, na realidade, da montagem artificial de ódios com claras conotações raciais. O mesmo vale para os negros – existe raça pura no Brasil? Na Bahia, que conheço bem, não existe mais graças a Deus são morenos, pardos o que quiserem, mas negros puros, não. **Essas novidades de separação de raças no Brasil** estão sendo promovidas com o objetivo de nos dividir, quando necessitamos desesperadamente da união de todos – a união da família brasileira –, acabando para sempre com as injustiças que esse modelo videofinanceiro perverso nos impõe [...] (p.182).

[...] Fico imaginando o que será de nós, passageiros, quando as nossas companhias aéreas trocarem a obsoleta tecnologia dos aviões pela teleportação. Do jeito que ainda perdem a nossa bagagem, não será improvável que errem também o destino dos viajantes e que a gente se descubra materializado, por exemplo, numa estação científica o pólo sul, quando partiu aos parques temáticos de Orlando. Fico pensando também na cara dos passageiros, quando estiverem pegando um “voo” da TAM, num teleportador fabricado pela Fokker [...] Teleportadores terão reverso nas turbinas? As situações de emergência serão eficientemente indicadas no painel de controle dos pilotos? Se algum

maluco levar uma bomba para bordo, ela explodirá na desintegração?
Dúvidas atrozes, sem dúvida, que devem dar uma boa sobrevida aos
bons e velhos aviões [...] (p.143).

No *corpus* de Carvalho, é possível notar, em uma análise não muito criteriosa, que, a voz do locutor, em certos trechos (enunciados) não se confunde ou se mistura com nenhuma outra “voz coletiva”. É a opinião do locutor, isto é, do articulista responsável pela elaboração do texto, que fica em evidência. Esse fato pode ser observado nos exemplos acima, nos enunciados iniciados pelos rótulos em negrito. Observando o *corpus* dessa autora em sua totalidade, e extraíndo dele 25 fragmentos, diagnosticou-se, em aproximadamente 75% dos casos, essa atitude enunciativa/persuasiva por parte do locutor (que assume o texto como seu). Empregando-se os termos de Charaudeau (1983), em sua Teoria Semiolinguística do Discurso, parece tratar-se de um “ser social” mais do que de um “sujeito discursivo”.

Em síntese, os rótulos em destaque estão relacionados com a argumentação proposta na medida em que introduzem e encaminham uma sequência avaliativa. Melhor dizendo, os rótulos representam o marco inicial de um ponto de vista do produtor do texto. De forma muito interessante, os rótulos assinalam a transição de uma sequência informativa/expositiva/narrativa para uma sequência avaliativa, ou de uma sequência menos avaliativa para uma mais avaliativa. Nesses casos, os rótulos estão situados, geralmente, no início do enunciado. Em vista desta constatação, esta questão será abordada com maior relevância, no último capítulo deste trabalho.

3.3 Configuração formal

As expressões nominais podem ser precedidas de determinantes (definidos, indefinidos e demonstrativos); e precedidas e/ou seguidas de

modificadores (adjetivos, locuções adjetivas ou orações adjetivas). Segundo Koch (2002), tais expressões podem assumir as seguintes configurações:¹³

(Determinante)	(Modificador (es))	Nome	(Modificador (es))
Determinante:	<ul style="list-style-type: none"> Artigo indefinido Artigo definido Pronome demonstrativo 		
Modificador:	<ul style="list-style-type: none"> Adjetivo SP* Oração relativa 		

* SP = sintagma preposicional

Nesta seção do trabalho, serão apresentados os elementos constituintes que se associam aos nomes substantivos na configuração formal dos rótulos, bem como a relevância e a função de cada um deles. São eles os determinantes e os modificadores.

- Determinantes

A escolha dos determinantes pode ser fundamental para o funcionamento de expressões referenciais e várias pesquisas têm empreendido discussões relevantes nesse campo, sobretudo no que concerne à oposição definido/demonstrativo.

De acordo com Apothéloz e Chanet ([1997]/2003), existem alguns fatores que favorecem o emprego de um artigo definido ou de um pronome

¹³ O uso dessa configuração comprometida com a sintaxe estrutural é apenas para demonstrar as formas que as expressões nominais podem assumir.

demonstrativo como determinantes das formas nominais referenciais. Retomando esses autores, Koch (2002) faz uma exposição mais detalhada para caracterizar os contextos linguísticos em que é mais comum o emprego do demonstrativo e do definido.

Conforme a divisão proposta por Koch, o uso do demonstrativo permite a categorização e a recategorização de elementos dados no contexto. Se essa ideia é correta, o emprego de pronomes demonstrativos como determinantes de expressões nominais referenciais coincide com uma forte marcação argumentativa do enunciado em que se insere, uma vez que a categorização, bem como a recategorização operam, conforme Maingueneau (2001:187), “uma nova apreensão do referente”. Os demonstrativos, então, apontam para uma particularidade, um traço do referente em relação a outros. Trata-se, nas palavras de Zamponi (2001:147), “de apresentar o referente como ‘aquele que eu mostro, aquele de que eu falo’”. Vejam-se os próximos fragmentos, o primeiro, extraído de Koch (2001:81); e o segundo, de Zamponi (2003:249):

As lideranças sindicais estão promovendo, em todo o território nacional, mutirões de esclarecimento da população sobre a aflitiva situação do país e as alternativas possíveis para enfrentá-la. Só **esta tomada de consciência**, que se vem fazendo necessária há tanto tempo, poderá levar a mudanças significativas (Sem fonte).

Mudanças na estrutura social tornam certas leis obsoletas. É o caso do crime de adultério ou, de modo ainda mais chocante, dos dispositivos do Código Civil que dão dez dias “para anular o matrimônio contraído com mulher já deflorada”. **Essas excrescências** felizmente se tornaram letra morta (FSP, 16/03/2001 – A2).

A particularidade do referente assinalada pelo uso do pronome demonstrativo, diferentemente do artigo definido, como se verá, não indica uma

unicidade e uma existência pressupostas, mas, antes, uma função dêitica: as expressões nominais demonstrativas parecem apontar para o referente, que, mesmo sendo abstrato, é objetificado no discurso. Ao usar o demonstrativo em **essas excrescências**, o locutor, além de categorizar o referente, afiança (e não pressupõe) sua existência, ao mesmo tempo em que sugere haver outras excrescências.

Como se pode verificar, além de recuperar a informação do contexto anterior, o demonstrativo apresenta um referente como novo para o destinatário e velho para o locutor, pois este é quem, ao mesmo tempo, observa e avalia o referente, conforme sua intenção.

Portanto, os pronomes demonstrativos seriam mais frequentes nas rotulações, essencialmente nos casos em que se verifica um juízo de valor, uma classificação mais subjetiva por parte do locutor. Conte ([1996]/2003) defende que “quando o nome encapsulador é um nome axiológico, o determinante demonstrativo é quase inevitável, já que existe um tipo de afinidade eletiva entre demonstrativos e termos avaliativos” (p.183). Mas, mesmo o julgamento de um rótulo como avaliativo (ou não) é, por vezes, subjetivo, e uma análise que não atente para isso estaria comprometida.

Se fosse comprovada como regra a preferência pelo demonstrativo em expressões nominais avaliativas, seria mais ajustada a determinação definida em expressões nominais com uma carga argumentativa menos acentuada. Adotando esse posicionamento, o emprego da determinação definida ficaria restrito a uma função meramente referencial. Entretanto, não é isso que pesquisas anteriores têm apontado.

Perelman (1999), fazendo referência aos efeitos argumentativos do artigo definido, dá como exemplo os experimentos em química: “experimenta-se em corpos particulares e tiram-se daí afirmações concernentes a ‘o cloro’, ‘o fósforo’; o artigo definido permite tratar as amostras como representantes de uma espécie” (p.184). Nesse caso, deve-se levar em consideração que o definido, ao mesmo tempo em que opera como pressuposto de existência,

apontando para um discurso anterior ao discurso em andamento, pode ser inserido na compreensão de “valorização do único” (PERELMAN, 1999:101), estabelecendo também um pressuposto de unicidade.

Dentro dessa linha teórica, Dittrich (2001) aponta que a função do determinante definido na constituição de expressões referenciais se resume “aos pressupostos de existência e unicidade” (p.70). Suas análises “procuram situar as descrições definidas ao longo de um espectro referencial cujos extremos são ocupados pela dimensão informativa e argumentativa” (p.71). Partindo de um *corpus* que reúne reportagens sobre economia e tomando como referência o enunciado “O ministro da Fazenda é o responsável pelo quadro de estabilidade que o país atravessa”, Dittrich (2001:64) salienta aí o papel do artigo definido na determinação da direção argumentativa:

O artigo definido em “*o quadro de estabilidade que o país atravessa*” dá a entender que esse quadro existe, é real, é atual. A argumentação se constrói a partir do pressuposto indicado pelo artigo e, mesmo que assim não queira, o enunciado encaminha para esse tipo de leitura: tenta persuadir, assim, o leitor sobre o estatuto de “fato” que a descrição definida procura impor.

Com base em observações como a descrita acima, o autor conclui, entre outras coisas, que a determinação definida é fundamental no encaminhamento da argumentação, bem como no controle dos movimentos de informação e argumentação do discurso. Portanto, “restringi-la à dimensão referencial, além de redundante, significaria desconsiderar sua característica múltipla” (DITTRICH, 2001:183).

Puxando a argumentação do autor para o campo da presente pesquisa, torna-se essencial verificar o comportamento das descrições definidas que operam como rotulações, observando de que forma elas orientam o discurso, de modo a garantir o “equilíbrio” essencial entre informação e argumentação.

No caso de operar uma rotulação cujo referente é uma porção do discurso de delimitação não pontualizada, a recorrência à determinação

definida fica claramente patente, como se verificará na análise desenvolvida no capítulo 4. O uso do artigo definido, nesses casos em que se verifica uma referência complexa e difusa, parece ser o que distingue esses determinantes dos demonstrativos, em contraposição a uma ideia bastante difundida de que definidos e demonstrativos podem ser intercambiáveis. Não que isso não ocorra, mas o fato é que essa intercambialidade não constitui uma regra a ser invariavelmente observada.

Já o emprego de expressões nominais introduzidas por artigos indefinidos é um tema menos debatido na literatura sobre os processos referenciais em geral, uma vez que os autores privilegiam as operações de retomada por meio do definido e do demonstrativo.

Tradicionalmente, tem-se reconhecido que as descrições indefinidas servem para introduzir informações novas, como no seguinte exemplo:

“... **um fato** preocupou a cúpula da campanha da candidata petista. O Ministério Público Eleitoral emitiu parecer pedindo ao Tribunal Superior Eleitoral a cassação do programa e a aplicação de multa por suposta prática de campanha antecipada (ISTOÉ, 12-5-2010 - Nota).

Mais recentemente têm-se apontado casos de determinação indefinida para fazer retomadas na cadeia referencial, o que caracterizaria aí um valor anafórico. É claro que esses usos ocorrem em situações muito específicas. As construções nominais introduzidas por artigo indefinido geralmente não são apropriadas para a retomada de referentes já introduzidos no texto, embora ocasionalmente possam desempenhar tal função, sobretudo quando se seleciona um referente no interior de um conjunto já mencionado, como mostra o seguinte exemplo, de minha autoria:

Várias pessoas passaram pela portaria do prédio nesta manhã. **Uma simpática senhora** chamou a atenção ao acenar para mim.

Segundo Maingueneau (2001:188), “o artigo indefinido retira, da classe indicada pelo nome, um elemento particular que não foi identificado anteriormente e que é identificado exclusivamente por sua inclusão nessa classe”.

Embora haja alguma especulação em torno de uma classificação definitiva dos casos em que o indefinido pode ou não ser utilizado, existem alguns fatores que, segundo as palavras de Cunha-Lima (2003:140), “merecem investigação aprofundada para o esclarecimento do tema, sobretudo a busca de um conceito de anáfora que incorpore” tais ocorrências “e o papel do léxico em possibilitar ou não o uso do indefinido”.

- Modificadores

Para Francis ([1994]/2003), “a coesão de rótulos é uma função do grupo nominal inteiro, não apenas do nome nuclear” (p.214). Zamponi (2003) partilha dessa posição, afirmando que os rótulos devem ser analisados em sua totalidade, o que significa que o nome-núcleo é apenas um dos componentes (o maior na hierarquia dos constituintes da expressão nominal rotuladora). Além dele e dos determinantes vistos acima, os rótulos ainda podem ser constituídos por modificadores que, com muita frequência, desempenham importante papel, principalmente, no que diz respeito ao seu funcionamento argumentativo. Para Koch (2002), “a seleção dos modificadores avaliativos é feita de acordo com a orientação argumentativa que se pretende dar ao texto” (p.98).

Francis ([1994]/2003) observa, no *corpus* de sua pesquisa, que os modificadores das expressões nominais rotuladoras atuam em diferentes níveis:

- Existem modificadores que se juntam ao significado do nome nuclear, classificando-o ou definindo-o, e tornando seu papel identificador mais explícito:

Eu estava viajando hoje na InterCity 125 de Plymouth para Paddington, sentado a poucos metros de uma porta que explodiu quando o trem entrou em um túnel em alta velocidade, ao sul de Taunton.

A partir da minha própria observação e da opinião de três pessoas profundamente chocadas que estavam ao lado da porta, há uma forte evidência de que **este incidente espontâneo** tenha sido provocado por falha do material (extraído de FRANCIS, 2003:215).

[...] Há um número muito maior de freiras do que de sacerdotes no mundo hoje, mas as religiosas têm **atribuições limitadas**, quando comparadas aos homens: não podem consagrar a hóstia, ungir enfermos ou atender confissões, por exemplo. [...] (ISTOÉ, 29-12-2010 – Reportagem).

- Em outros casos, o modificador parece acrescentar pouca informação adicional ao significado do rótulo, situação que deixa mais evidente seu valor argumentativo:

A pressão determina o ritmo e, embora possa ser previsível por uma boa pesquisa de opinião, ela não nos diz nada sobre qualquer eleição que não seja a de hoje em Monmouth.

Contudo, ninguém tem interesse **nessa verdade básica**. A comunidade política está viciada em toda corrida de cavalo que puder encontrar [...] (extraído de FRANCIS, 2003:217).

Três cidades da Hungria se tornaram cenário do que parece um filme de ficção científica. O reservatório da refinaria de alumínio MAL Zrt, no

oeste do país, estourou e liberou o equivalente a 700 milhões de litros de um lodo vermelho altamente tóxico. A onda de lama se espalhou por 40 quilômetros quadrados, destruiu casas, arrastou carros e deixou ao menos quatro mortos e 120 feridos até a quinta-feira. As causas do vazamento ainda eram desconhecidas. A lama é um resíduo da purificação da alumina (matéria-prima do alumínio) e contém soda cáustica, capaz de provocar graves queimaduras. **O desastre ambiental** poderá aumentar porque a lama atingiu o Rio Danúbio, o mais extenso da União Europeia, que corta a capital húngara, Budapeste. Autoridades estimam que a limpeza total poderá levar pelo menos um ano (Época, 11-10-2010 - Nota).

- Alguns modificadores têm, simultaneamente, significado ideacional e interpessoal, pois, além de acrescentarem informação adicional ao rótulo, revelam um ponto de vista particular em relação às informações encapsuladas:

Boa parte da Europa irá esfriar e regiões quentes – como o Oeste da China e o Oriente Médio – sofrerão elevações de 7° C nas temperaturas médias até o ano 2100. Na floresta Amazônica, as temperaturas serão mais altas, e as estações de secas estarão mais longas a cada ano.

Essas previsões inquietantes sobre possíveis alterações do clima causadas pelo aquecimento global podem ser lidas (...) em trecho do livro “O Aquecimento Global”, da “Série Mais Ciências”, da Publifolha. (Folha Online, 17-10-2009 - Notícia).

No início da tarde da quinta-feira 29, o repórter Hugo Marques, da sucursal de ISTOÉ em Brasília, recebeu um telefonema na redação. Imediatamente reconheceu a voz do senador e ex-presidente da República Fernando Collor de Melo e ligou o gravador. Fez bem. Collor ameaçou agredi-lo e ainda o xingou [...].

A **reação destemperada** de Collor se deveu a uma matéria publicada na última edição de ISTOÉ, que revela que os três principais candidatos ao governo de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, Collor e Ronaldo Lessa, correm o risco de ter as candidaturas impugnadas pelo TER. [...] (ISTOÉ, 4-8-2010 – Notícia).

- Há, ainda, casos em que o modificador é tão importante na construção do sentido que o substantivo-base do rótulo se reduz a mero suporte:

Os motoristas de táxi londrinos levaram uma surra aristocrática na última edição de sua revista Táxi. O conde de Winchilsea e Nottingham, parceiro liberal-democrata e leal defensor dos taxistas, escreveu com palavras entusiasmadas sobre o comércio em geral, mas bombardeou aqueles motoristas que se recusam a pegar passageiros no bairro do Parlamento porque não gostam dos destinos.

“Por causa **desta atitude estúpida e impensada**, está se tornando cada vez mais difícil continuar a lutar contra os mini-táxis”, fuzila o conde (extraído de FRANCIS, 2003:219).

Atraída para uma emboscada, Eliza foi mantida em cativeiro, seguidamente espancada e psicologicamente torturada. Experimentou o terror de pressentir a aproximação da própria execução e chegou a ouvir a sua sentença de morte – antes de ser sufocada até perder a vida. Morta, teve o corpo esquartejado e atirado a cães ferozes. Reside aí **outro detalhe repugnante** de um crime que parece ultrapassar os limites conhecidos da crueldade. A polícia tem razões para suspeitar que os cães da raça rottweiler que receberam os restos mortais de Eliza já haviam se alimentado de carne humana antes. (VEJA, 14-07-2010 - Reportagem).

Depois de décadas de leniência e populismo que entregaram a chave da cidade aos bandidos, a população carioca e suas autoridades estão juntas fazendo notáveis avanços nas regras de convívio urbano, restabelecendo o primado das leis sobre o culto da malandragem.

Alguns tristes episódios recentes podem produzir uma noção equivocada sobre esse saudável movimento de reconquista da glória perdida da antiga capital do país. O primeiro foi a bala perdida que matou um menino de 11 anos em sala de aula, vítima inocente de uma outra batalha campal entre polícia e facínoras. Outro, a morte do filho da atriz Cissa Guimarães, atropelado por um carro que supostamente disputava um “racha” dentro de um túnel fechado para o tráfego durante a madrugada. O terceiro, a prisão do herdeiro de um restaurante popular da Zona Norte da cidade, acusado de mandar matar o próprio pai e outras seis pessoas [...] (Veja, 28-7-2010 – Carta ao leitor).

Nos fragmentos acima, é possível verificar que, muitas vezes, o modificador se sobressai ao nome-núcleo da expressão nominal, e torna-se fundamental para a averiguação do ponto de vista do produtor do texto. É esse o caso de **outro detalhe repugnante**: enquanto o substantivo **detalhe**, em sua neutralidade, serve apenas como base ao modificador **repugnante**, este evidencia, de maneira marcante, a opinião do locutor. A expressão rotuladora como um todo opera, portanto, uma avaliação dos conteúdos do contexto precedente, revelando a atitude subjetiva do locutor sobre esses conteúdos. É nesse sentido que Conte ([1996]/2003:182) afirma que “a categorização e a avaliação são operações cognitivas e *emotivas* relevantes do falante”.¹⁴ Diante disso, Francis deduz que

os escritores parecem escolher o recurso de rotulação por causa das opções de modificação que ele oferece: escolhendo uma nomeação semelhante a *atitude*, eles podem chegar a suas avaliações sem precisar insistir especialmente nisso (p.219).

¹⁴ Grifo nosso.

Diante da exposição feita por Francis, a respeito dos diferentes níveis em que operam os modificadores, é possível observar uma distinção entre dois grandes grupos de modificadores: aqueles que, associados a um nome substantivo, não acrescentam nenhuma informação adicional ou valor axiológico à expressão; e aqueles que modificam o nome nuclear, tornando seu papel argumentativo mais explícito.

Não obstante considerar que as expressões nominais rotuladoras cumprem importante função argumentativa, pelo valor axiológico atribuído a certos modificadores e núcleos dessas expressões, é necessário salientar que os rótulos não são os únicos elementos responsáveis pela argumentação de um texto. Tão importante quanto o léxico dessas expressões é o contexto global de realização de um evento discursivo. Por vezes, um nome não possui, em si, uma autonomia avaliativa e, nesses casos, o que realmente homologa a construção do sentido pretendido pelo locutor são outros fatores que circundam um evento discursivo, a saber, os contextos linguístico e situacional, a intenção do produtor do texto, o compartilhamento de uma memória discursiva, entre outros.

Admitir que certos nomes carregam, invariavelmente, um valor axiológico, positivo ou negativo, é crer que, independentemente do contexto e de outros fatores, eles sempre impõem uma carga avaliativa predeterminada. Para comprovar esse posicionamento, basta acompanhar os próximos dois exemplos:

Três cidades da Hungria se tornaram cenário do que parece um filme de ficção científica. O reservatório da refinaria de alumínio MAL Zrt, no oeste do país, estourou e liberou o equivalente a 700 milhões de litros de um lodo vermelho altamente tóxico. A onda de lama se espalhou por 40 quilômetros quadrados, destruiu casas, arrastou carros e deixou ao menos quatro mortos e 120 feridos até a quinta feira. As causas do **vazamento** ainda eram desconhecidas. A lama é um resíduo da

purificação da alumina (matéria-prima do alumínio) e contém soda caustica, capaz de provocar graves queimaduras (Época, 11-10-2010 - Nota).

No campeonato alemão de futebol, o jogador Peter Niemeyer, do Hertha Berlin, foi cumprimentar a árbitra da partida, Bibiana Steihaus, com um tapinha nas costas. O problema é que o tapinha pegou no seio dela. Em vez de um cartão vermelho pela **imprudência**, Peter ganhou um sorriso constrangido de Bibiana. [...] (Época, 11-10-2010 – Nota).

Em um contexto de tragédia ambiental, tal como descrito no primeiro exemplo, o rótulo **o vazamento** indica uma postura de neutralidade do locutor. No entanto, a mesma expressão teria sentido totalmente diverso se o contexto em questão fosse o de informações sigilosas que vieram à tona. Da mesma forma, o sentido do rótulo **a imprudência** varia se o contexto for o de uma situação embaraçosa, como no último exemplo, ou se estiver encapsulando o conteúdo relacionado a um grave acidente automobilístico.

Casos como esses reforçam a ideia de que, diferentemente de outros sistemas da língua (o sistema fonológico, por exemplo) que possuem um conjunto fechado de possibilidades de realização, o léxico recebe sempre usos renovados nas atividades sociointeracionais. Para Marcuschi (2004:271), isso ocorre porque “a língua é opaca por natureza, e as palavras não operam em ‘estado de dicionário’”. O autor ainda explica que “a questão não é qual o papel do léxico na produção de sentido e sim qual a nossa forma de operar com o léxico para produzir sentido” (p.270).

No campo dos modificadores, essa instabilidade pode até ser controlada observando o nome que é modificado. O qualificador **espontâneo** (em exemplo examinado páginas atrás) tem, obviamente, diferentes conotações em **esse incidente espontâneo** e em **esse gesto espontâneo**. Entretanto, a correta interpretação de uma e de outra apenas é possível se observada toda a

expressão nominal dentro de um nível textual mais amplo, dependendo ainda da aceitação ou não da avaliação por parte do interlocutor: se ele não concordar que determinado incidente é, de fato, espontâneo, ou que determinado gesto é espontâneo, a argumentação sugerida não terá logrado êxito.

3.4 Categorias semânticas

No que concerne à sua tipologia, os rótulos são, normalmente, divididos em dois grandes grupos. Para Francis ([1994]/2003), existem rótulos que constituem uma espécie de “retomada” ou de “paráfrase” do conteúdo da informação-suporte; e outros que rotulam, não o conteúdo aí vinculado, mas o ato de fala ou a entidade do discurso que lhe é subjacente. Os primeiros são rótulos de conteúdo; e os segundos, metadiscursivos.

No primeiro caso, têm-se nomes do tipo *aspecto*, *caso*, *problema*, *fenômeno*, *movimento*, *coisa*, *modo*, *elemento*, *medida*, entre outros. Contudo, é importante ter em mente que não é possível compilar uma lista de nomes nucleares passíveis de atuar como rótulos. É o que se pode inferir da seguinte afirmação de Francis ([1994]/2003:201):

Meus critérios para reconhecimento são muito simples: qualquer nome pode ser o nome nuclear de um rótulo, desde que seja inespecífico e requeira realização lexical em seu contexto, anterior ou posterior.

Conforme exposto no primeiro capítulo, o que possibilita a um nome com caráter de inespecificidade fazer sentido no discurso é a capacidade dos sujeitos de manusear o léxico, operando escolhas significativas no contexto de cada ato enunciativo. Como se sabe, de acordo com a abordagem interacionista, a construção de sentido é fruto desse trabalho dos sujeitos sobre os sistemas da língua (morfológico, sintático, lexical etc.), ou seja, a língua ou,

mais especificamente, o léxico é um meio do qual o falante se apropria a fim de dar novos significados a novas situações. No caso das rotulações, nomes comuns de nosso vocabulário são aptos a rotular *N* referentes, como na série de exemplos a seguir:

O presidente Lula estará em Minas, nesta segunda-feira 14, para inaugurar o Anel Rodoviário Norte de Belo Horizonte e assinar a ordem de serviço para a duplicação da BR-050. A oposição promete ficar de olho, caso o **evento** se transforme em pré-campanha de Dilma (ISTOÉ, 16-6-2010 – Nota).

Foi preso no Maranhão o lavrador José de Ribamar Brito. Abusou sexualmente das filhas e manteve uma delas (hoje com 29 anos) por mais de uma década em cárcere privado. Engravidou-a sete vezes, teve sete filhos. Um deles, com cinco anos, também foi violentado. O **caso** tornou-se público após uma denúncia anônima (ISTOÉ, 16-6-2010 – Nota).

O chefe do Gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho, reuniu-se com dirigentes nacionais do PSC numa nova tentativa de atrair o pequeno partido para a base de apoio à candidatura de Dilma Rousseff. Num dos movimentos mais surpreendentes da **negociação**, Carvalho propôs uma trégua do PT com relação ao ex-governador do DF Joaquim Roriz (ISTOÉ, 16-6-2010 - Nota).

A top Gisele Bündchen dá sua receita para combater o desperdício de água que tanto preocupa ambientalistas e qualquer cidadão de bom senso: fazer xixi durante o banho. Segundo ela, a cada grupo de 19 pessoas que assim procederem, corresponderá a uma economia de cerca de 83 mil litros de água. Há porém um alerta que deve ser feito em relação ao **método Bündchen**: banho se toma duas vezes ao dia, xixi se faz muito mais vezes. Não vale, portanto, confundir as coisas e

entrar debaixo do chuveiro cada vez que a bexiga der sinal de existência (ISTOÉ, 16-6-2010 - Nota).

Como visto nos exemplos apresentados, um nome inespecífico torna a interpretação da expressão nominal fortemente dependente do contexto discursivo. Os nomes **evento**, **caso**, **negociação** e **método** adquirem significados muito particulares e a sua interpretação se dá por meio de um processo referencial anafórico no qual um segmento do texto é transformado em objeto de discurso.

Para Francis ([1994]/2003:202), a especificação do nome nuclear de um rótulo é uma escolha única a partir de uma infinidade de lexicalizações possíveis, e é encontrada em orações com as quais entra em relação de substituição”. De fato, para a boa formação do texto e para o sucesso interpretativo do rótulo, a semântica do nome nuclear deve estar em harmonia com o conteúdo expresso na informação-suporte. Isso significa que não se poderia substituir, por exemplo, o nome **evento** por qualquer outro nome inespecífico. O emprego de determinado nome nuclear na base de um rótulo supõe escolhas significativas dentro de um campo limitado de possibilidades.

A segunda classe de rótulos, constituída por nomes metadiscursivos, é assim denominada porque o nome nuclear da expressão nominal rotuladora é sempre uma forma particular de linguagem, uma entidade discursiva. Nesse sentido, o objeto de discurso é o próprio discurso, o que evidencia o caráter *meta* das rotulações. Francis distingue os rótulos metadiscursivos em quatro subcategorias: nomes ilocucionários, nomes de atividades de linguagem, nomes de processos mentais e nomes de textos. Vale antecipar que, no nosso *corpus*, os rótulos metadiscursivos são raros. Por isso, a exposição acerca dessa modalidade, nesta pesquisa, se faz de forma objetiva e sucinta.

- a) Nomes ilocucionários: normalmente são rotulações de caráter deverbal ou atos de comunicação, como *acusação*, *aviso*, *alegação*, *proposta*,

protesto, argumento, resposta, comentário, queixa, relatório, promessa, pedido, sugestão, conselho, declaração etc.

“Afirma-se que o ‘Sistema S’ não deveria cobrar dos técnicos (o que ocorre em alguns estados), e sim oferecer-lhes ensino gratuito, uma vez que recebe verbas públicas. **Esse argumento é tolo**”. [...] (VEJA, 02-7-2008 – Artigo de opinião).

Na longa entrevista exclusiva que concedeu à ISTOÉ, na tarde da quinta-feira 5, no gabinete improvisado, montado no Centro Cultural Banco do Brasil, de onde despacha desde que o Planalto entrou em reforma há mais de um ano, Lula manda **um recado**: “Minha relação com a sociedade ninguém pode destruir” (ISTOÉ, 11-8-2010 - Editorial).

- b) Nomes de atividades de linguagem: são semelhantes aos nomes ilocucionários, excluindo-se o caráter de verbal, nem sempre observável. A exemplo, tem-se: *consideração, ambiguidade, comparação, consenso, contraste, controvérsia, critério, debate, discussão, mito, conversa, tema, disputa, ilustração, exemplo, diagnóstico etc.*

O Google está próximo do lançamento do seu próprio tablet, segundo informa a edição do jornal norte-americano "The New York Times" desta segunda-feira (12). O dispositivo, diz o jornal, deve ser "um e-reader que teria funções de computador". O tablet rodaria em Android, sistema operacional de código aberto da companhia, que também já estaria com diversas editoras para colocar livros e revistas no aparelho. A plataforma também seria desenhada para ser sensível ao toque. Quem teria dado **essa descrição** seria o próprio executivo-chefe da companhia, Eric Schmidt, para amigos em uma festa recente na cidade de Los Angeles (Folha Online, 12-4-2010 – Notícia).

- c) Nomes de processos mentais: podem ser nomes de estados e processos cognitivos ou de resultados desses processos, tais como *análise, suposição, crença, conceito, convicção, dúvida, hipótese, ideia, insight, noção, opinião, filosofia, posição, princípios, suspeita, modo de pensar, ponto de vista* etc.

O primeiro-ministro britânico, James Cameron, disse hoje que o mundo precisa da ajuda da Turquia para fazer com que o Irã preste atenção nas preocupações internacionais a respeito de seu programa nuclear. A empresários turcos, ele também declarou que o Reino Unido apoia firmemente o pedido da Turquia de ingressar na União Europeia (UE). O premiê ainda criticou o ataque israelense contra uma flotilha que se dirigia para a Faixa de Gaza com ajuda humanitária em 31 de maio e que acabou com a morte de nove ativistas que estavam a bordo de um navio turco.

[...]

A forte referência de Cameron ao episódio com a flotilha deve agradar seus anfitriões, embora ele diga que a investigação israelense sobre o incidente deva ser rápida e transparente. **Essa opinião** difere da postura pública turca, que defende que o inquérito deveria ser internacional (Gazeta do Povo.com, 27-7-2010 – Notícia).

- d) Nomes de textos: de acordo com Francis, “são nomes que se referem à estrutura textual formal do discurso” e “não há nenhuma interpretação envolvida”. A autora cita como exemplos *frase, pergunta, sentença, página, parágrafo, citação, palavra, termo, terminologia* e outros.

“Que tal ganhar US\$ 1 milhão jogando videogame? O americano Wade McGillberry, 23 anos, é quem pode responder a **essa questão**”. [...] (ISTOÉ, 12-5-2010 - Nota).

[...] A parte menos informada do eleitorado é em tese a mais sujeita à manipulação. Isso é um problema para a democracia porque, segundo esceveu o cientista político Leonardo Barreto na Folha de S. Paulo, “ela é um sistema interminável que funciona na base da tentativa e do erro: punindo os políticos ruins e premiando os bons”. O melhor **da frase de Barreto** é a classificação da democracia como um “sistema interminável” (VEJA, 28-7-2010 – Artigo de opinião).

3.5 Aspectos funcionais

Um dos aspectos relevantes no uso das rotulações é a sua multifuncionalidade, ou seja, sua capacidade de desempenhar várias funções textuais e discursivas simultaneamente. Normalmente, nas pesquisas sobre o tema, elencam-se três funções:

- De organização textual-discursiva (coesiva, conectiva, de saliência)

De fato, os rótulos constituem importantes recursos coesivos responsáveis pela estruturação micro e macrotextual. Enquanto os rótulos prospectivos exercem importante função preditiva na organização textual, dizendo ao leitor o que esperar, os rótulos retrospectivos, nas palavras de Francis ([1994]/2003:198), “assinalam que o escritor está se movendo para a fase seguinte de seu argumento, tendo-se utilizado da fase anterior encapsulando-a ou empacotando-a em uma única nomeação”. Conte ([1996]/2003) acrescenta que

o sintagma nominal encapsulador produz um nível mais alto na hierarquia semântica do texto. De modo muito interessante, o

encapsulamento anafórico [a rotulação]¹⁵ muito frequentemente ocorre no ponto inicial de um parágrafo e, então, funciona como um princípio organizador na estrutura discursiva.

Como ponto de início de um novo parágrafo, o encapsulamento anafórico é a sumarização imaginável mais curta de uma porção discursiva precedente. Em outras palavras, é um tipo de subtítulo que simultaneamente interpreta um parágrafo precedente e funciona como ponto de início para um outro (p.184).

Ao encapsular uma porção de texto mediante o recurso a um determinado rótulo, não se procede apenas a uma conexão de enunciados. Efetua-se a interpretação do conteúdo encapsulado por parte do locutor (interpretação que é também proposta ao interlocutor) e, simultaneamente, a ligação interativa entre duas unidades maiores. Observe-se o exemplo:

A tendência é mundial. Jovens britânicos, australianos, neozelandeses e israelenses terminam o ensino médio e, antes de entrar na faculdade, tiram o seu *gap year*. O termo significa um “ano em suspenso”, dedicado a viagens pelo mundo, trabalhos voluntários ou cursos específicos – de preferência, realizados longe de conhecidos e de casa. A pausa é uma maneira de viver experiências diferentes, uma forma de amadurecer, de adquirir bagagem para a vida adulta e de pensar com calma a profissão futura. **A prática** começa a ganhar força no Brasil. Embora a maioria dos jovens que terminam o ensino médio emende cursinho, faculdade e trabalho, alguns estão tirando uma espécie de período sabático, que pode durar até um ano. Ficam longe do frisson profissional, mas ganham experiência de vida. O que, segundo especialistas, pode ser um diferencial na hora de batalhar espaço no mercado de trabalho, especialmente se a viagem proporciona o aprendizado de outra língua ou alguma especialidade. [...] (ISTOÉ, 6-10-2010 - Reportagem).

¹⁵ O fenômeno da rotulação é o mesmo que Conte ([1996]/2003) classifica como encapsulamento anafórico, embora se entenda que esse termo abrange apenas as rotulações anafóricas, excluindo-se as catafóricas.

Após apresentar o assunto *gap year* como um fenômeno mundial, o texto focaliza como “**a prática** começa a ganhar força no Brasil”. O rótulo, então, se situa exatamente na fronteira entre duas sequências maiores: a primeira, apresentando o fenômeno *gap year* e situando-o no âmbito mundial; e a segunda, cujo conteúdo se concentra especificamente em como a prática é vivenciada pelos jovens no Brasil. Essas duas unidades maiores são mediadas pelo enunciado [**A prática** começa a ganhar força no Brasil].

- De interpretação cognitiva

O funcionamento cognitivo consiste na própria atividade de sumarização/encapsulamento e, posterior categorização de porções textuais, o que Koch (2006:87) afirma permitir “ao leitor/ouvinte a alocação, na memória, de um novo referente textual, que fica disponível para servir de base a novas predicções”.

Partindo dessa ideia, pode-se afirmar que os rótulos atuam na formação de “complexos”, cuja delimitação e interpretação emergem de atividades sociocognitivas e interacionais de construção de sentido.

Essa função, a nosso ver, está mais associada a um diálogo interdiscursivo¹⁶ desencadeado, por exemplo, por formas nominais definidas que encabeçam determinados textos, como mostra a pesquisa de Olímpio (2006), já mencionada neste trabalho, estabelecendo um “pressuposto de existência” (para usar a nomenclatura adotada por Dittrich (2001)).

- De orientação argumentativa

¹⁶ A ideia de diálogo interdiscursivo à qual me refiro, remete à noção bakhtiniana de dialogismo. Vale ressaltar que essa noção atravessa toda a obra de Bakhtin, além de estar na base teórica de concepções como a teoria polifônica da enunciação, proposta por Oswald Ducrot, a heterogeneidade discursiva, preconizada por Jacqueline Authier-Revuz, e o conceito de interdiscurso, defendido pela Análise do Discurso de linha francesa.

O uso de expressões nominais no encaminhamento da direção argumentativa do discurso é um tema que, somente nas últimas duas décadas, vem ganhando relevância significativa nos estudos sobre texto e discurso. Na perspectiva de Koch (2001:87), até poucos anos atrás, uma parte considerável dos estudos sobre referência textual ocupava-se essencialmente

com a questão das restrições sobre a anáfora, sem levar em conta as funções semânticas, pragmáticas e interativas das diversas formas de expressões referenciais, que precisam ser vistas como multifuncionais (Apothéoz & Reicheler-Béguelin, (1995) falam em *poli-operadores*). Todas elas têm, além disso, uma dimensão simultaneamente construtiva e intersubjetiva.¹⁷

Dessa forma, a autora considera que as expressões nominais referenciais devem ser observadas em todas as suas dimensões, uma vez que a atividade de referenciação tem, na configuração estrutural do texto, apenas seu ponto de partida, e vai além das operações anafóricas e coesivas:

Em outras palavras: a função das expressões referenciais não é apenas a de referir. Pelo contrário, como multifuncionais que são, elas contribuem para elaborar o sentido, indicando pontos de vista, assinalando direções argumentativas, sinalizando dificuldades de acesso ao referente, recategorizando os objetos presentes na memória discursiva. (KOCH, 2001:87)

Assim sendo, na medida em que veiculam pontos de vista do locutor/produtor, os rótulos são orientadores argumentativos, carregando opiniões a partir das escolhas linguísticas mais adequadas à sua proposta comunicativa. Nas palavras de Koch (2005:46), as rotulações, bem como as demais expressões nominais remissivas,

funcionam como uma espinha dorsal do texto, que permite ao leitor/ouvinte construir, com base na maneira pela qual se encadeiam e remetem umas às outras, um “roteiro” que irá orientá-lo para determinados sentidos no texto e, conseqüentemente, para as leituras possíveis que, a partir dele, se projetam.

¹⁷ Grifo da autora.

Acompanhando Koch (1996:60), defende-se a ideia de que “a argumentatividade permeia todo o uso da linguagem humana, fazendo-se presente em qualquer tipo de texto e não apenas naqueles tradicionalmente classificados como argumentativos”. As rotulações, na verdade,

são meios privilegiados de condução e explicitação de pontos de vista do produtor não só no que diz respeito aos conteúdos veiculados, como também aos seus enunciadores, inscrevendo, desta forma, a argumentatividade no texto. (KOCH, 2008b:67)

Em muitos dos exemplos até aqui utilizados, nota-se que a força argumentativa, em maior ou menor grau, pode estar concentrada no nome nuclear das expressões rotuladoras, bem como no(s) modificador(es) que acompanham os núcleos, ou ainda, no contexto mais amplo em que eles estão inseridos. Aliás, mais importante do que focalizar a argumentatividade do nome em si, é atentar para o seu papel como articulador de diferentes partes na organização macro e microtextual. Veja-se o exemplo:

“... **um fato** preocupou a cúpula da campanha da candidata petista. O Ministério Público Eleitoral emitiu parecer pedindo ao Tribunal Superior Eleitoral a cassação do programa e a aplicação de multa por suposta prática de campanha antecipada. **A notícia** gerou um corre-corre no QG do PT” (ISTOÉ, 12-5-2010 - Nota).

Mesmo quando um rótulo aparenta representar neutralidade em relação a alguma porção de texto encapsulada, verifica-se uma tomada de posição: o produtor do texto opta por manter-se neutro, o que não deixa de evidenciar argumentatividade, ainda que menos marcada.

Não obstante os rótulos **um fato** e **a notícia** serem desprovidos de força argumentativa, as proposições em que estão inseridos (**o fato [preocupou a cúpula da candidata petista]**) e (**a notícia [gerou um corre-corre no QG do PT]**) é que serão responsáveis por uma reflexão subjetiva sobre a porção de

texto encapsulada e, logo, pela direção argumentativa pretendida pelo produtor do texto. Quando um rótulo se mostra muito neutro ou imparcial, “afivelando a máscara da neutralidade” (cf. KOCH, 2008a:109), é notável que, por vezes, a força argumentativa se encontra no contexto mais amplo em que se situa a expressão rotuladora, seja no predicado que se associa a essa expressão, ou em outras marcas linguísticas (advérbios modalizadores, por exemplo) que possam constituir indícios de subjetividade no discurso.

Este é, por sinal, um dos pontos a ser verificado nesta pesquisa: da mesma forma que o nome nuclear pode, por vezes, constituir apenas um suporte para um modificador altamente avaliativo, defende-se que toda uma construção nominal rotuladora pode também servir como um suporte para a organização de um enunciado argumentativo, articulando um argumento a uma conclusão, não importando, nessa relação, a ordem linear. Essa maneira de organizar o discurso permite aos rótulos cumprir importante papel de ligação entre duas estruturas do texto. Nas palavras de Francis ([1994]/2003:200), o rótulo, nesses casos, “fica na fronteira entre as seções de Situação e de Avaliação”. Recortando o exemplo anterior, é possível observar essa articulação:

“O Ministério Público Eleitoral emitiu parecer pedindo ao Tribunal Superior Eleitoral a cassação do programa e a aplicação de multa por suposta prática de campanha antecipada. **A notícia** gerou um corre-corre no QG do PT.”

Neste recorte, o enunciado [**A notícia** gerou um corre-corre no QG do PT] constitui uma conclusão cujo argumento é representado pelo enunciado anterior [O Ministério Público Eleitoral emitiu parecer pedindo ao Tribunal Superior Eleitoral a cassação do programa e a aplicação de multa por suposta prática de campanha antecipada]. Aqui, o rótulo **a notícia** aparece como um articulador da relação de causa e consequência, que corresponde,

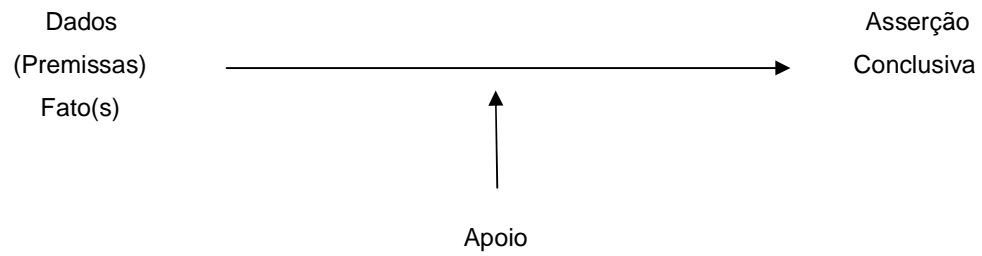
respectivamente, ao argumento e à conclusão na sequência argumentativa. Partindo da observação de dados semelhantes, Francis ([1994]/2003:200) afirma que o rótulo “funciona para trás e para a frente: para trás, para encapsular e reintroduzir como dada a situação descrita no parágrafo precedente; e, para a frente, para avaliá-la”.

Na primeira parte do exemplo citado, ocorre o inverso:

“... **um fato** preocupou a cúpula da campanha da candidata petista. O Ministério Público Eleitoral emitiu parecer pedindo ao Tribunal Superior Eleitoral a cassação do programa e a aplicação de multa por suposta prática de campanha antecipada.”

Neste caso, a ordenação verificada é de consequência – causa. O enunciado [**um fato** preocupou a cúpula da campanha da candidata petista] constitui uma conclusão que, obviamente, pressupõe um argumento. Este, por sua vez, é representado pela sequência informativa [O Ministério Público Eleitoral emitiu parecer pedindo ao Tribunal Superior Eleitoral a cassação do programa e a aplicação de multa por suposta prática de campanha antecipada]. O rótulo **um fato** precede o argumento, antecipando como a conclusão deve ser interpretada, cumprindo, como rótulo prospectivo, um papel preditivo/antecipativo na organização das sequências. Essa análise segue de perto o diagrama proposto por Toulmin¹⁸ (conforme esquema abaixo) e adotado por Adam (2008:232). Trata-se de uma estruturação básica para a sequência argumentativa:

¹⁸ TOULMIN, S. E. **Les usages de l'argumentation**. Paris: PUF, 1993 [1958].



Para esclarecer melhor o funcionamento dos rótulos nos diversos níveis de organização do texto, será feita, no próximo capítulo, uma análise mais aprofundada.

CAPÍTULO 4

ROTULAÇÃO E TEXTUALIDADE

Nos três primeiros capítulos, foram feitas algumas revisões teóricas pertinentes ao estudo do fenômeno da rotulação. Observou-se, de maneira geral, que esta estratégia discursiva vem, nos últimos anos, sendo estudada no interior do quadro teórico da referenciação textual, em que se postula uma instabilidade na relação entre as palavras e o sentido que produzem em um contexto específico de uso. Nessa linha, alguns autores optam por trabalhar com a noção de *objeto de discurso*; outros continuam trabalhando com a noção de *referente*, chamando a atenção para o novo sentido dado ao termo na Linguística textual de hoje. Nas palavras de Cavalcante [et. al.] (2010:235),

o perfil do que hoje se entende como *referente*, em LT, sofreu radical transformação: saiu da relação entre expressões referenciais e marcas contextuais explícitas para uma entidade construída de forma conjunta, negociada, e, ao mesmo tempo, representada na mente dos participantes da enunciação. A dinamicidade dos fatores envolvidos nessa ação contínua, mesmo que gere uma ilusão ou um efeito de estabilidade, torna os processos referenciais recategorizáveis no transcurso da interação.

Ao longo do trabalho, contudo, um terreno extremamente fértil para fins analíticos foi sendo recortado para que agora, neste capítulo final, possa ser investigado com maior clareza e fundamentação teórica específica. Trata-se do papel dos rótulos na construção da textualidade e na organização do discurso. Vale lembrar que autores pioneiros no tratamento dessas expressões nominais já chamavam a atenção para o papel das nominalizações (incluindo nesse campo o que se tem denominado rótulos) na organização heterogênea dos textos. Entre esses autores, há quem tenha apontado, entre a informação-

suporte e o nome resumidor que a interpreta, uma diferença de nível: um conteúdo *posto*, na predicação retomada; e um conteúdo *pressuposto*, na forma nominalizada (APOTHÉLOZ, 1995/2003).

Com preocupações semelhantes, há também quem tenha evidenciado a ocorrência dos rótulos em pontos nodais do texto, defendendo que o encapsulamento anafórico subjacente a esta estratégia “funciona simultaneamente como um recurso coesivo e como um princípio organizador, e pode ser um poderoso meio de manipulação do leitor” (CONTE, 1996/2003:186). Essa função organizadora propiciada pelo emprego dos rótulos é também objeto de discussão para Francis ([1994]/2003:200), que atenta para o fato de que eles se posicionam, em geral, “entre as seções de Situação e de Avaliação”, evidenciando aí, tomadas de posição e expressões de pontos de vista na avaliação de conteúdos do cotexto. Apothéloz & Chanet ([1997]/2003:140) observam que na passagem de um processo específico em um processo genérico emerge um “objeto *epistêmico*”, que se caracteriza por dar suporte e servir como argumento a predicações posteriores.

Levando em conta essas trilhas apenas apontadas, o objetivo maior deste capítulo é mostrar que os rótulos articulam os tipos de discurso presentes na constituição dos textos, seja:

- atuando na “modalização” e no gerenciamento de “vozes enunciativas” detectadas em um discurso (BRONCKART, 1999);
- ou ainda, na perspectiva de Maingueneau (1996), representando “marcas de subjetividade” de um enunciador, segundo as quais se procede à avaliação de conteúdos ou porções textuais.

Assim, essas perspectivas teóricas, que têm em comum os princípios que norteiam os estudos sobre a enunciação no discurso, serão fundamentais nesta seção final do trabalho.

Desta forma, algumas teorias relacionadas à questão dos tipos de texto serão tomadas como ferramentas teóricas basilares na construção de uma proposta que busca refletir sobre a rotulação como um excepcional fenômeno que participa da construção da textualidade. Saliente-se, para começar, que as bases teóricas dessa reflexão foram buscadas em duas fontes: a obra de Benveniste (1966/1989), autor que propõe uma distinção entre “discurso” e “história”, tidos como “planos de enunciação” pelos quais se processa o discurso; e de Weinrich (1968), que, aplicando a proposta de Benveniste, aponta para a existência de textos pertencentes ao “mundo narrado” (sem índices de comprometimento), e textos pertencentes ao “mundo comentado” (com índices de comprometimento), categorias definidas pela observação da dinâmica dos tempos verbais.

4.1 Dos gêneros textuais aos tipos de discurso

Na conceituação de Bakhtin (1997:280), os gêneros do discurso são “tipos relativamente estáveis de enunciados”, que se elaboram dentro de cada “esfera de utilização da língua”. Nessa concepção, grandemente repetida e divulgada por pesquisadores da área, fica ressaltada a dimensão social dos gêneros do discurso, entendidos como eventos linguísticos elaborados em situações sociais particulares, para atender às diferentes necessidades sociointeracionais do homem.

Seguindo essa linha de pensamento, Marcuschi (2002:22/3) usa a expressão “gênero textual” para se referir aos “*textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sociocomunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica”.

Como se conclui da exposição desses dois autores, a definição de gênero não está atrelada a critérios formais. Assenta-se, sobretudo, na função sociodiscursiva dos gêneros que se materializam em textos.

Todo texto é construído baseando-se em algum modelo textual pré-conhecido. Isso porque a competência comunicativa dos usuários de uma língua pressupõe um conhecimento de estruturas textuais globais “que permite aos falantes reconhecer textos como exemplares de determinado gênero” (cf. KOCH, 2004:24). Tal competência, portanto, permite identificar, como uma receita culinária, um texto com o título ‘Torta de camarão’, seguido de uma lista de ingredientes e do modo de preparo. Ou, ainda, permite ao leitor de jornal, por exemplo, distinguir um editorial, uma notícia ou uma reportagem.

Nessa perspectiva, Bronckart (1997/1999) reconhece que todo novo texto empírico, qualquer que seja ele, “é necessariamente construído com base no modelo de um gênero, isto é, ele pertence a um gênero” (p.138). Os gêneros são, em tese, infinitos e estão disponíveis no intertexto. Daí se explica a competência comunicativa dos usuários de qualquer língua.

Na sua organização linguística, os textos são constituídos de segmentos de estatutos diferentes. Segundo o autor, “é unicamente no nível desses segmentos que podem ser identificadas regularidades de organização e de marcação linguísticas” (loc. cit.).

Benveniste (1966/1989) foi quem sugeriu a primeira classificação do que se poderia denominar, grosso modo, como uma tipologia textual ou do discurso. Partindo dos sistemas pronominal e verbal do francês, o autor observa que existem dois planos de enunciação: o discurso e a história, cada qual com traços distintos de funcionamento. Koch (1996) explica de forma bem objetiva essa diferença:

Na *história*, tem-se um relato de eventos passados, sem envolvimento do locutor: é “como se os fatos se narrassem a si mesmos”. Caracteriza a história o uso do “passé simple” (pretérito perfeito simples) e dos pronomes da não-pessoa; também

pertencem à ordem da história o *imperfecto*, o *mais-que-perfeito* e o *futuro do pretérito do indicativo*. O discurso, por sua vez, é de ordem totalmente diversa: num determinado momento, em determinado lugar, um indivíduo se “apropria” da língua, instaurando-se como “*eu*” e, concomitantemente, instaurando o outro como “*tu*”: é uma enunciação que pressupõe um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar o outro de alguma maneira. Em função do *eu*, caracterizam-se o *aquí*, o *agora* e todas as coordenadas espaço-temporais. *Eu* e *tu*, porém, são reversíveis a cada instante: no momento seguinte, o interlocutor pode passar a designar-se *eu*, passando o antigo *eu* a *tu*; e assim sucessivamente. Os tempos característicos do discurso são o *presente*, o “*passé composé*” (nosso pretérito perfeito composto), o *futuro do presente*. Comuns aos dois planos são o *imperfecto* e o *mais-que-perfeito*, tanto em formas de 1ª e 2ª, como de 3ª pessoa.¹⁹

Dessa forma, pode-se vislumbrar em Benveniste um trabalho pioneiro na formulação de uma tipologia dos discursos, embora essa não fosse sua preocupação maior: sua pesquisa estava centrada principalmente em estudar a subjetividade na língua, o que o levou a sistematizar as investigações em torno do discurso, esboçando o que ele chamou de “aparelho formal da enunciação”. Portanto, os termos “discurso” e “história” (ou “narrativa”, como preferem alguns autores) não dizem respeito a categorias de uma tipologia textual: eles nomeiam planos de enunciação que fornecem a base para a delimitação dos diferentes tipos de discurso com os quais o texto é estruturado. Afinal, narrar, mais do que uma modalidade literária, é uma característica da linguagem humana. Fundamentado nesse preceito, Weinrich (1968:67) afirma:

También se narra fuera de la literatura. El narrar es un comportamiento característico del hombre. Podemos comportarnos frente al mundo narrándolo. Narrándolo empleamos aquella parte del lenguaje que está prevista para narrar. Empleamos en particular los tiempos del relato. Su función en el lenguaje consiste en informar al que escucha una comunicación que esta comunicación es un relato.²⁰

¹⁹ Grifos em itálico da autora.

²⁰ Também se narra fora da literatura. O narrar é um comportamento característico do homem. Podemos nos comportar, em relação ao mundo, narrando-o. Com isso, empregamos aquela parte da linguagem que nos permite narrar. Empregamos em particular os tempos da história. Sua função consiste em informar ao ouvinte de uma comunicação que tal comunicação é uma história [Tradução nossa].

Outras classificações bastante contemporâneas na elaboração de novos conceitos de tipos e gêneros textuais têm, como base teórica, as obras de Bakhtin e Benveniste, ambos precursores do que se configurou como Teoria da Enunciação.

Acompanhando Bronckart, Marcuschi (2002:23) afirma que os segmentos ou sequências tipológicas são “construtos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas” e se situam “no interior dos gêneros”. Em geral, os tipos textuais são classificados em algumas categorias bem conhecidas: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.

Os tipos de sequências subjazem à organização interna do gênero, isto é, de maneira geral, os gêneros são estruturados com base em alguma sequência tipológica predominante, embora mais de um tipo possa ser observado na configuração linguística de um texto. Nesse sentido, Marcuschi lança mão do exemplo de uma carta pessoal, mostrando que sua estrutura é apta a contemplar todas as categorias tipológicas em alternância, ainda que aí predominem descrições e exposições. Por esse exemplo, o autor atesta haver “uma grande heterogeneidade tipológica nos gêneros textuais”.

De forma semelhante, Adam (1992), apoiado na proposta de “enunciados relativamente estáveis” de Bakhtin, desenvolve sua própria noção de sequências textuais, entendendo-as como esquemas em interação dentro de um gênero, na organização dos textos. Na opinião desse autor, é no nível das sequências, e não no nível dos gêneros, que algumas regularidades podem ser observadas.

A teoria das sequências elaborada por Adam e consolidada em sua obra de 1992, é proposta como uma reação contra as tipologias de texto. Para o autor, as modalidades narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal são combinações pré-formatadas de proposições (cf. ADAM, 1992). Assim, cada sequência textual que compõe um texto possui essencialmente um tipo de discurso predominante. Dessa forma, parece ser a opinião do autor

que os tipos não se aplicam aos textos, mas às diferentes sequências que os estruturam.

Ao discutir e teorizar inúmeras tensões que atravessam a relação entre texto e discurso, Adam desenvolve seus estudos a partir dos quadros teóricos da linguística textual e da análise do discurso francesa, aproximando-os ou situando a linguística textual no quadro mais amplo da análise do discurso (ADAM, 2008), conforme afirma em sua mais recente obra traduzida para o português.

Entre outros importantes aspectos, esse autor é responsável pela definição de diferentes categorias para a análise das ligações entre as unidades básicas que compõem o texto, a saber, os períodos e as sequências. Enquanto os períodos são “unidades que entram diretamente na composição de partes de um plano de texto”, as sequências constituem unidades textuais mais complexas e são formadas, segundo o autor, a partir de conjuntos de “proposições-enunciado”, às quais Adam denomina macroproposições. O autor (2008:204) define tal categoria da seguinte forma:

A macroproposição é uma espécie de período cuja propriedade principal é a de ser uma unidade ligada a outras macroproposições, ocupando posições precisas dentro do todo ordenado da sequência. Cada macroproposição adquire seu sentido em relação às outras, na unidade hierárquica complexa da sequência.

Nesse modelo de constituição da sequência como uma unidade composicional de base, na sequência narrativa, por exemplo, as macroproposições corresponderiam aos cinco momentos que basicamente estruturam uma narração: a orientação (situação inicial); o nó (complicação); a avaliação ou a re-ação; o desenlace (resolução); e a situação final. O autor atesta que essa estrutura pode ser facilmente detectada em sequências narrativas bem curtas como o exemplo a seguir, fornecido por ele:

No lago de Annecy, três jovens nadavam. Um deles, Janinetti, desapareceu. Os outros mergulharam. Eles o trouxeram de volta, mas morto.

A distribuição dos eventos poderia ser assim estabelecida:

<i>Situação inicial</i>	No lago de Annecy, três jovens nadavam.
<i>Nó</i>	Um deles, Janinetti, desapareceu.
<i>Re-ação</i>	Os outros mergulharam.
<i>Resolução</i>	Eles o trouxeram de volta,
<i>Situação final</i>	mas morto.

No intuito de propor um método de análise dos elementos que compõem a arquitetura interna dos textos, Bronckart (1999) abandona a noção de tipo textual a favor dos “tipos de discurso”, considerados pelo autor como diferentes “segmentos” ou como “*formas linguísticas* mais específicas que entram na composição dos gêneros” (p.15). Semelhantemente ao que observam outros pesquisadores, como o próprio Adam (1992), Bronckart atenta para o fato de que “é somente no nível desses segmentos específicos que podem ser identificadas configurações de unidades e de formas de organização sintática relativamente estáveis” (pp.74/5).

O autor argumenta que se os textos são unidades comunicativas, o gênero ao qual um determinado texto pertence, por ser definido mais por sua função social do que por sua configuração linguística, nunca pode ser totalmente definido por critérios linguísticos. Assim, somente os segmentos ou tipos de discurso que compõem e estruturam os exemplares de um determinado gênero podem ser observados e classificados por tais critérios.

Em suas análises, Bronckart busca apreender os processos interacionais envolvidos entre os tipos de discurso.

Partindo das considerações feitas por Bronckart, é possível verificar em um gênero como a reportagem, por exemplo, um tipo de discurso principal, no

qual o objeto de discussão é exposto, e segmentos intercalados que marcam falas de “personagens” ou comentários do autor do texto.

Nessa alternância entre diferentes tipos de discurso, verificam-se, paralelamente, diferentes vozes enunciativas, dentre as quais a do produtor do texto, isto é, da instância física responsável pela produção do texto. Usando as palavras de Bronckart (1999:95), “foi para dar conta dessa multiplicidade possível das vozes que se expressam em um texto (dessa polifonia) que Ducrot introduziu o conceito de enunciador”. O produtor do texto é classificado, nesse sentido, como “locutor”, e ocupa a posição de “enunciador” no momento em que ele se coloca no discurso. Essa atitude enunciativa do locutor é muito frequentemente identificada em segmentos do tipo comentário, ou seja, tipos de discurso em que o locutor se faz ouvir (ou se diz), com o intuito de proceder a uma avaliação do conteúdo temático de que trata o texto. Veja-se o próximo exemplo:

O cantor canadense Justin Bieber, de 16 anos, é o atual ídolo das adolescentes. Elas adoram a voz, as músicas e, principalmente, as mechas alisadinhas que lhe cobrem a testa e lhe dão um ar de príncipe pop. **O sucesso de Bieber**, evidentemente, não passa despercebido dos garotos. O que fazer para agradar às meninas que só têm olhos para ele? Imitar seu visual, é claro. O resultado, que se vê nas ruas, nos shopping centers e nas escolas das grandes cidades brasileiras, é a multiplicação dos meninos adolescentes com os cabelos lambidos na testa. A maioria deles acorre aos salões de beleza, antes freqüentados apenas por suas mães, para conseguir **o efeito Justin Bieber**. Alguns usam como referência outros artistas, como os integrantes da banda paulista Restart, também adeptos do cabelo liso escorrendo pelo rosto. **A nova manifestação de vaidade dos garotos adolescentes** tem seu preço. Nos salões de beleza, eles se submetem a tratamentos capilares antes exclusivos do público feminino. O principal deles é a chamada escova progressiva, um coquetel de produtos químicos aplicado sobre

os cabelos que os deixa lisos e escorridos. O tratamento pode ser complementado pela ação da chapinha, uma prancha quente que molda o penteado. O processo completo, precedido de um corte para deixar o cabelo no estilo apropriado, sai por quase 300 reais. Muitos compram a chapinha para fazer o serviço em casa. [...] (Veja, 16-06-2010 – Reportagem).

Esse fragmento é constituído dos dois primeiros parágrafos de uma reportagem. Note-se que o tipo de discurso predominante é o informativo. No interior de sua exposição, o locutor se coloca como “eu” e emite um juízo de valor ao avaliar alguns segmentos do texto com os rótulos **o sucesso de Bieber, o efeito Justin Bieber e a nova manifestação de vaidade dos garotos adolescentes**. Este último rótulo marca a transição entre um parágrafo que expõe a nova moda de penteado entre os garotos adolescentes e um outro parágrafo comprometido em explicar o motivo pelo qual “**a nova manifestação de vaidade dos garotos adolescentes** tem seu preço”. Não obstante o tipo de discurso ser do mesmo estatuto em ambos os parágrafos, eles expressam conteúdos distintos. Um não depende do outro para fazer sentido. No entanto, o enunciado em que se insere o rótulo em destaque parece estabelecer uma relação de interação, de “diálogo” entre as duas sequências, funcionando como uma espécie de articulador textual, ainda que seja de extensão mais complexa do que os articuladores convencionais.

Antes de prosseguir, é válido esclarecer que, nesta seção final do trabalho, os termos “tipo de discurso”, “segmento” e “sequência (textual)”, serão empregados invariavelmente para designar os mesmos elementos (as unidades tipológicas), embora a consagração dessas terminologias seja de responsabilidade de diferentes pesquisadores.²¹

²¹ Essa medida objetiva, além de evitar demasiadas repetições, mostrar que não há uma oposição entre as teorias de Adam e de Bronckart. Antes, suas ideias se complementam no enriquecedor diálogo científico, essencial para a construção do conhecimento.

4.2 Rotulação, tipos de discurso e enunciação

Neste último capítulo da presente pesquisa, o foco recai na posição ocupada pelos rótulos nos movimentos de alternância entre os tipos de discurso que organizam os textos. Já foi observado que os rótulos atuam de maneira muito peculiar e eficaz no processamento textual, visto que seu poder de condensação de partes do discurso em uma expressão nominal é fundamental para a articulação entre diferentes partes do texto. Veremos que é possível analisar a presença dos rótulos nos textos do ponto de vista dos tipos de discurso que estruturam o texto, bem como concebê-los como “mecanismos enunciativos” (cf. BRONCKART, 1999).

Em muitos textos jornalísticos, é evidente a presença de vários tipos de discurso em sua constituição, de acordo com o estatuto dos diferentes segmentos que estruturam o texto, conjunto mais amplo na hierarquia de unidades semânticas.

A seguir, serão apresentados alguns exemplos a fim de comprovar que os rótulos, com relativa frequência, atuam na transição de um tipo de discurso a outro. Ao mesmo tempo, observar-se-á que outras possíveis implicações são desencadeadas pelo emprego dessas expressões nominais.

A religião não é um tema estranho às campanhas políticas no Brasil. A cada par de eleições, o assunto emerge da vida privada e chega aos debates eleitorais em favor de um ou outro candidato, contra ou a favor de determinado partido. Em 1985, o então senador Fernando Henrique Cardoso perdeu uma eleição para prefeito de São Paulo depois de um debate na televisão em que não respondeu com clareza quando lhe perguntaram se acreditava em Deus. Seu adversário, Jânio Quadros, reverteu a seu favor uma eleição que parecia perdida. Quatro anos depois, na campanha presidencial que opôs Fernando Collor de Mello a Lula no segundo turno, a ligação do PT com a Igreja Católica, somada a

seu discurso de cores socialistas, fez com que as lideranças evangélicas passassem a recomendar o voto em Collor – que, como todos sabem, acabou vencendo a eleição.

Esses dois episódios bastariam para deixar escaldado qualquer candidato a um cargo majoritário no país. Diante de questões como a fé em Deus, a posição diante da legalização do aborto ou a eutanásia, ou o casamento gay, o candidato precisa se preparar não apenas para dizer o que pensa e o que fará em relação ao assunto se eleito – mas também para o efeito que suas palavras podem ter diante dos eleitores religiosos. [...] (Época, 11-10-2010 – Reportagem).

A expressão nominal **esses dois episódios** é um rótulo retrospectivo que retoma uma relevante porção do discurso contido no parágrafo imediatamente anterior, a saber, o trecho iniciado em “Em 1985...” até o fim do parágrafo. Um primeiro detalhe a se observar é que a dimensão da porção de texto encapsulada por uma expressão nominal rotuladora pode, por vezes, estar mais relacionada com o determinante. No exemplo acima, o numeral **dois** condiciona o rótulo a sumarizar uma grande extensão do discurso, evidenciando sua capacidade de sintetização de partes do texto para o estabelecimento da ordem coesiva e para a articulação entre unidades maiores de significação.

Em um nível mais amplo da organização do discurso, é necessário situar o rótulo no que concerne ao seu funcionamento na alternância de tipos de discurso. O enunciado no qual o rótulo **esses dois episódios** está inserido parece estar mediando uma mudança de *tom* no discurso. Vale esclarecer que o termo *tom* está sendo empregado para se referir a uma “vocalidade específica” presente em qualquer discurso escrito, conforme discute Maingueneau (2005). De acordo com o autor, é essa vocalidade que permite relacionar o discurso a uma fonte enunciativa por meio de traços estilísticos,

incluindo-se aí o “tom”, que indica quem produz determinado discurso e até qual é sua finalidade – narrar, informar, descrever, argumentar etc.

Seguindo com a análise, verifica-se que o enunciado [**Esses dois episódios** bastariam para deixar escaudado qualquer candidato a um cargo majoritário no país] marca a transição de um tipo de discurso narrativo, correspondente à porção de texto encapsulada, para um segmento de teor mais avaliativo, no qual alguns índices de avaliação como as formas verbais “bastariam” e “precisam”, de valor altamente subjetivo, evidenciam o posicionamento do locutor.

A sucessão de tipos de discurso, comum a toda estrutura textual mais complexa, diferente do nível coesivo, situa-se no nível da sequencialidade do texto que, nesta análise, permite pensar o todo como uma composição de unidades em plena interação. É como se o segmento narrativo, no exemplo em questão, constituísse uma causa favorável à conclusão apresentada na sequência seguinte. E o rótulo, de forma muito curiosa, situa-se exatamente entre essas duas unidades, funcionando como um articulador central desse esquema argumentativo.

Nesse processo argumentativo, pode-se ainda conceber os rótulos como “mecanismos enunciativos”, termo proposto por Bronckart (1999) ao considerar que um texto empírico pode ser analisado no nível da coesão (nominal e verbal), em que os elementos observados constituem “mecanismos de textualização”, e no nível enunciativo, por meio de “mecanismos enunciativos”, que nas palavras do autor,

contribuem para o estabelecimento da *coerência pragmática* do texto, explicitando, de um lado, as diversas avaliações (julgamentos, opiniões, sentimentos) que podem ser formuladas a respeito de um ou outro aspecto do conteúdo temático e, de outro, as próprias fontes dessas avaliações (BRONCKART, 1999:319).²²

²² Grifo em itálico do autor.

De acordo com Bronckart, os mecanismos enunciativos cumprem dois papéis essenciais no conjunto das operações subjacentes à organização textual: a distribuição de vozes e a marcação das modalizações. A respeito desses elementos de análise, o autor faz a seguinte explanação:

As modalizações têm como finalidade geral traduzir, a partir de qualquer voz enunciativa, os diversos comentários ou avaliações formuladas a respeito de algum elemento do conteúdo temático. Enquanto os mecanismos de textualização, que marcam a progressão e a coerência temáticas, são fundamentalmente articulados à linearidade do texto, as modalizações, por sua vez, são relativamente independentes dessa linearidade e dessa progressão; as avaliações que traduzem são, ao mesmo tempo, locais e discretas (por oposição ao caráter isotópico das marcas de textualização) e podem também insinuar-se em qualquer nível da arquitetura textual. Portanto as modalizações pertencem à dimensão configuracional do texto, contribuindo para o estabelecimento de sua coerência pragmática ou interativa e orientando o destinatário na interpretação de seu conteúdo temático (BRONCKART, 1999:330).

Nesse sentido, as rotulações parecem se enquadrar nessa categoria de modalização enunciativa, na medida que:

- procedem à avaliação do conteúdo temático disposto no cotexto;
- contribuem para o estabelecimento da coerência interativa do texto;
- podem orientar o destinatário na interpretação do conteúdo temático rotulado.

Observando o exemplo dado, nota-se que a escolha do núcleo da expressão rotuladora em destaque, o substantivo **episódios**, revela uma posição enunciativa do produtor do texto. Não se trata de uma escolha qualquer entre vários nomes inespecíficos que caberiam nesse contexto. Parece haver uma voz coletiva ou “espaço mental comum ou coletivo”²³ que

²³ Bronckart (1999:322) emprega o termo “espaço mental comum ou coletivo” para representar uma espécie de *topos* abstrato onde se efetua o “confronto das representações pessoais com as representações dos outros”.

leva o locutor a não classificar/categorizar o referente como “fatos”, “casos” ou “acontecimentos”, devido a um acordo de ordem semântica e sociointeracional que conduz esse locutor a rotular o referente como **episódios**, e o interlocutor a interpretá-lo como tal, configurando-se aí a construção colaborativa do sentido por meio da rotulação.

Análise semelhante pode ser feita a partir de outros exemplos, como este trecho de uma reportagem:

[...] Agora, Joanna virou um processo na justiça, já com mais de 200 páginas. Está em apuração se ela sofreu maus-tratos enquanto estava sob a guarda paterna, a causa da morte e de quem é a responsabilidade – entre pai, mãe e Póde Judiciário. A menina foi a parte mais fraca da briga de gente grande à sua volta. E pagou com a vida por isso. Sua curta história envolve animosidade entre os pais, boletins de ocorrência policial por espancamento entre o pai biológico e a madrasta e também da mãe contra o pai biológico por maus-tratos contra a própria filha. A menina ainda teve mais uma infelicidade: ao ser levada desacordada para a emergência do hospital RioMar, na Barra da Tijuca, no dia 19 de julho, foi atendida por um falso médico, o estudante de medicina Alex Sandro de Cunha Souza, 33 anos, atualmente foragido. Liberada, ela passou mal de novo e, quando voltou à outra emergência, de outro hospital, já mergulhara no coma que durou quase um mês.

As desavenças em torno de Joanna começaram antes de seu nascimento. Seus pais, o advogado e técnico judiciário André Rodrigues Marins, 41 anos, e a médica Cristiane, são evangélicos e se conheceram em 2003 numa Igreja Batista, no Recreio, bairro no qual ambos moravam, no Rio de Janeiro. Namoraram por aproximadamente seis meses. Quando o relacionamento acabou, Cristiane estava grávida, mas não sabia. O casal nunca chegou a viver junto. André não gostou de saber que seria pai. Cristiane resolveu que assumiria sozinha a criança. Nessa época, André mostrou seu temperamento

explosivo e pela primeira vez bateu em Cristiane. “Ele me ligou, disse que ia se matar, falou um monte de coisas, pediu para eu ir à casa dele. Fui. Quando eu cheguei lá, me surrou, apesar de eu estar grávida”. [...] (ISTOÉ, 25-08-2010 – Reportagem).

Semelhantemente ao exemplo anterior, no texto acima o rótulo **as desavenças** remete a um já-dito no parágrafo anterior. Embora a exata porção de discurso rotulada não possa ser facilmente delimitada, é possível associar o rótulo ao cotexto anterior por meio de índices e relações semânticas.

Observa-se aí que o enunciado em que o rótulo está inserido opera a mediação entre uma sequência narrativa no parágrafo anterior e outra sequência narrativa iniciada em “Seus pais...”, sendo que esta não constitui uma continuação daquela. A primeira sequência narra “as desavenças” da menina Joanna durante seus poucos anos de vida. A segunda sequência narra “as desavenças” entre os pais da menina, anteriores ao seu nascimento. O rótulo em destaque é, pois, retrospectivo e prospectivo ao mesmo tempo, operando como “um princípio de integração semântica” (CONTE:1996/2003).

O enunciado [**As desavenças** em torno de Joanna começaram antes de seu nascimento] assinala a transição de uma narração de um período de tempo recente a outra narração de um período de tempo mais afastado, o que corresponde a uma alternância de vozes enunciativas, a qual pode ser sintetizada por um esquema do tipo:

Sequência Narrativa 1 > Comentário > Sequência Narrativa 2,

em que o comentário fica a cargo do enunciado iniciado pelo rótulo, o qual marca uma espécie de comunicação ou interação entre as duas sequências narrativas.

Focando a análise nas modalizações enunciativas, é possível considerar os rótulos, de acordo com a classificação adotada por Bronckart (1999), como

exemplares de “modalizações apreciativas”. Nas palavras do autor, tais elementos “consistem em uma avaliação de alguns aspectos do conteúdo temático, procedente do *mundo subjetivo* que é a fonte desse julgamento” (p.332). Esse aspecto pode ser facilmente observado nas expressões rotuladoras. Basta constatar que não há elemento algum que estabeleça uma relação de derivação ou de correferência entre o rótulo retrospectivo **as desavenças** e o conteúdo por ele encapsulado, tal como ocorre com as nominalizações deverbais. Isso porque, como estratégia de referenciação, a rotulação implica que o produtor do texto proceda à escolha dos elementos que irão compor a expressão nominal rotuladora, de maneira que o rótulo produzido seja discursivamente coerente com a porção de texto encapsulada.

No exemplo seguinte, o rótulo aparece em uma pequena sequência colocada entre duas sequências maiores, estas, no entanto, de teor essencialmente informativo:

Passada a ressaca do primeiro turno das eleições presidenciais, o marqueteiro do PT, João Santana, encomendou pesquisas para aferir os motivos que levaram eleitoras a abandonar o barco da petista Dilma Rousseff na reta final das eleições. O mais determinante deles, concluiu, foi o peso do voto religioso. Grande parte dos eleitores que trocaram Dilma por outro candidato o fez depois de saber que ela havia se declarado favorável à descriminalização do aborto – uma posição compartilhada por apenas 11% dos brasileiros, segundo a última pesquisa do Datafolha sobre o tema. De acordo com o levantamento, de 2008, 14% da população do país acha que o aborto deveria ser permitido em mais situações, enquanto uma ampla maioria de 68% dos brasileiros se diz contrária a qualquer mudança na lei atual – que prevê punição para a interrupção artificial da gestação nos casos em que ela não foi resultado de estupro ou não põe em risco a vida da mãe. Em relação a essa questão, portanto, o eleitorado brasileiro é claramente

conservador. Confrontada com **essa realidade**, a presidenciável Dilma Rousseff se enrolou. Ou melhor, tentou enrolar o eleitor.

Há três anos, ela defendeu de forma inequívoca a descriminalização do aborto, uma bandeira petista. Reafirmou sua posição em abril de 2009 e, novamente em maio e agosto deste ano, em documentos e entrevistas a diferentes veículos de comunicação. Durante a campanha eleitoral, porém, Dilma passou a se declarar “pessoalmente contra o aborto”. Seu desdito não só se revelou insuficiente para convencer parte do eleitorado cristão, que descarregou votos nos seus adversários José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV), como somou à discussão uma questão que há tempos vem rondando a candidata do presidente Lula. Quem é e o que pensa de verdade Dilma Rousseff? [...] (Veja, 13-10-2010 – Reportagem).

Neste exemplo, o tipo de discurso predominante é o informativo. Caminhando para o fim do primeiro parágrafo, o locutor deixa claro que está concluindo uma parte de sua exposição no enunciado [Em relação a essa questão, portanto, o eleitorado brasileiro é claramente conservador]. Logo em seguida, em uma sequência intermediária, o rótulo **essa realidade** encapsula grande parte do cotexto anterior. Simultaneamente, essa sequência intermediária [Confrontada com **essa realidade**, a presidenciável Dilma Rousseff se enrolou. Ou melhor, tentou enrolar o eleitor] opera a ligação entre o cotexto anterior e o cotexto subsequente, e mais: pelo seu conteúdo, é possível prever que o parágrafo seguinte esclarecerá as ideias expostas no primeiro, particularmente os predicados “se enrolou” e “tentou enrolar o eleitor”.

Uma observação relevante quanto ao rótulo **essa realidade** é que ele, tal qual **esses dois episódios** (primeiro exemplo), parece possibilitar, pelo uso do determinante demonstrativo, uma delimitação mais precisa da porção de texto encapsulada. Nestes e em outros exemplos expostos no decorrer do trabalho é possível observar que os rótulos com determinação demonstrativa surgem imediatamente para encapsular uma extensão de texto que acaba de

ser discursivizada, tornando a referência menos difusa se comparados aos rótulos com determinação definida. No entanto, o objetivo desta análise, vale ressaltar, é mostrar como as expressões rotuladoras por vezes aparecem em pontos nodais dos textos, não importando, por vezes, a porção de texto encapsulada, mas muito mais o direcionamento apontado pelo rótulo (ou por sua predicação), bem como a função organizadora que ele cumpre dentro do enunciado em que aparece. Nos exemplos apresentados até aqui, ele quase sempre aparece em pontos de articulação entre duas unidades mais complexas dos textos.

Em cada evento discursivo aqui analisado, observa-se a dinamicidade própria das expressões rotuladoras. Veja-se outro exemplo:

Sequestrada aos dez anos quando caminhava sozinha para a escola por um psicopata que a manteve presa por oito anos no porão de sua casa, em Viena, na Áustria, Natascha Kampusch, 22 anos, finalmente revela ao mundo detalhes desconcertantes de sua história. Há quatro anos, ela conseguiu fugir de seu algoz, o engenheiro Wolfgang Priklopil, que se suicidou aos 44 anos, logo após sua fuga. Na semana passada lançou, na Áustria, a autobiografia “3.096 Dias” na qual conta como foram os anos de cativeiro e fala de sua relação com Priklopil. Durante a clausura, ela se relacionou apenas com seu sequestrador e tentou diversas vezes o suicídio. Natascha apanhou (ela conta que teve épocas que sofria agressões cerca de 200 vezes por semana, conforme anotou em um caderno que guarda até hoje), foi escravizada (ela a obrigava a fazer serviços domésticos) e era forçada a chamar seu algoz de “senhor”. Além das agressões físicas, sofreu forte pressão psicológica. Teve de escolher um novo nome (Bibiane), foi proibida de falar de sua família e não tinha permissão para chorar nem mesmo quando era golpeada nas costas por um pé de cabra.

Depois de viver **tamanho trauma**, por tanto tempo, **a dúvida** que fica é: será que um dia ela terá condições de levar uma vida normal? Desde

que deixou o cativo, Natascha luta para superar o seu passado e encarar o seu presente, mas ainda teme o futuro. É uma sobrevivente que tenta se readaptar a uma nova realidade. Tem dificuldades de se relacionar com a mãe, que estranha, e com o pai, com quem não fala há dois anos. Trabalhar, casar e formar família são verbos que a apavoram. Em entrevista recente, ela tremia toda vez que lhe questionavam sobre isso. “Antes de ter uma família, um filho, preciso descobrir quem eu sou”, disse. Ao jornal inglês “Daily Mail”, ela diz que não tem um emprego porque tem dificuldade de aceitar ordens. [...] (ISTOÉ, 15-09-2010 – Notícia).

O rótulo **tamanho trauma**, igualmente aos anteriores, aparece em posição intermediária. O enunciado [Depois de viver **tamanho trauma**, por tanto tempo, **a dúvida que fica** é: será que um dia ela terá condições de levar uma vida normal?] fica na fronteira entre uma exposição da vida passada de Natascha, quando do sequestro e do cativo, e uma sequência textual em que o cotidiano atual dela após a fuga é descrito/comentado, numa tentativa de responder **a dúvida** (rótulo prospectivo metadiscursivo) aí formulada.

Curiosamente, o primeiro e o segundo segmentos parecem estar articulados por meio de uma relação de causa e consequência. E nessa articulação, o enunciado intermediário opera a ligação entre uma e outra. Enquanto o rótulo **tamanho trauma** cumpre sua função anafórica e sumarizadora, retomando uma porção antecedente do discurso, **a dúvida que fica** (rótulo com função catafórica) aponta para a progressão temática do texto.

Em textos de menor extensão, o comportamento dos rótulos quanto à posição ocupada é distinta, o que é possível de se verificar nos seguintes exemplos, ambos exemplares do gênero nota:

O Ministério Público Federal criou um comitê para estudar responsabilidades sobre a memória da ditadura militar. Formado pelos procuradores Ivan Marx, Inês Soares e Marlon Weichert, o grupo tem

autonomia para propor ações civis públicas contra quem atentou contra os direitos humanos. Mas permanece impedido de processar na esfera criminal qualquer brasileiro, em função da Lei da Anistia. **A iniciativa** é inédita no MPF (ISTOÉ, 6-10-2010 – Nota).

Hora do adeus

Começou a contagem regressiva para o desaparecimento da marca Sendas, que já foi uma das líderes do setor supermercadista. O empresário Abílio Diniz, que comprou a rede há dois anos, está rebatizando suas 54 lojas, todas no estado do Rio, com as bandeiras Pão de Açúcar e Extra, das quais também é dono. **O processo** estará concluído até julho de 2011 (ISTOÉ, 08-09-2010 – Nota).

A característica basilar da nota é a síntese, ou seja, ela é um relato ou uma exposição abreviada e objetiva de um fato ou um fenômeno a se noticiar. Nesses textos, é muito comum que os rótulos retrospectivos se posicionem ao final, a fim de encapsular o conteúdo maior anteriormente expresso e, assim, finalizar o texto. Pode-se dizer, então, que, nesses casos, os rótulos cumprem a função de sumarizar o conteúdo ou informação essencial da nota.

Embora esses textos primem pela objetividade e pela imparcialidade, os enunciados

- “**a iniciativa** é inédita no MPF”;
- “**o processo** estará concluído até julho de 2011”.

cumprem mais do que um simples papel informativo. Os rótulos retrospectivos em destaque ajudam a organizar o discurso, fornecendo a ligação entre uma parte maior do discurso (a informação-suporte) e o enunciado que marca o fim do texto.

O que se observa de comum nesses exemplos é que os nomes nucleares das expressões rotuladoras “**a iniciativa**” e “**o processo**” são essencialmente neutros. Além disso, quando os rótulos aparecem em posição de sujeito, os verbos que introduzem os sintagmas verbais das orações são frequentemente verbos de ligação (“**a iniciativa** é inédita”; “**o processo** estará concluído”) como ser, estar etc., conforme também atestam exemplos já mencionados em capítulos anteriores e retomados a seguir:

Primeira-ministra se casa com uma mulher

A primeira-ministra da Islândia, Johanna Sigurdardottir (foto), casou-se com a escritora Jonina Leosdottir – ela se tornou em todo o mundo a primeira chefe de governo nacional a oficializar uma união homossexual. Johanna e Jonina estavam juntas há anos. Elas inauguraram no país a lei recém-aprovada que define casamento como união consensual entre duas pessoas, independentemente do sexo. **A notícia foi** divulgada na terça-feira 29. Johanna já foi hetero e tem filho do casamento anterior. (ISTOÉ, 7/7/2010 – Nota)

“Afirma-se que o ‘Sistema S’ não deveria cobrar dos técnicos (o que ocorre em alguns estados), e sim oferecer-lhes ensino gratuito, uma vez que recebe verbas públicas. **Esse argumento é** tolo”. [...] (VEJA, 02/7/2008 – Artigo de opinião).

Foi preso no Maranhão o lavrador José de Ribamar Brito. Abusou sexualmente das filhas e manteve uma delas (hoje com 29 anos) por mais de uma década em cárcere privado. Engravidou-a sete vezes, teve sete filhos. Um deles, com cinco anos, também foi violentado. **O caso tornou-se** público após uma denúncia anônima (ISTOÉ, 16/6/2010 - Nota).

Diferentemente do que antecipam Apothélos e Chanet ([1997]/2003:142) ao constatar “uma nítida propensão para uma determinação demonstrativa” no uso das nominalizações, a maior parte dos exemplos colocados acima é constituída por rótulos com determinação definida. Por outro lado, a ideia de que “se pode praticamente sempre substituir uma nomeação definida por uma demonstrativa” (p.142), defendida pelos autores, pode ser observada e atestada nesses exemplos. Basta substituir “**a iniciativa**”, “**o processo**”, “**a notícia**” e “**o caso**” por “**essa iniciativa**”, “**esse processo**”, “**essa notícia**” e “**esse caso**”, respectivamente. A mudança não afeta a proposta do sentido a ser construído.

Assim, mesmo em textos curtos, tais como os transcritos acima, os rótulos cumprem também um importante papel organizador, sendo capazes de estabelecer a ligação entre o conteúdo essencial e a síntese desse conteúdo. Fica patente, então, a função sumarizadora, própria dessas expressões.

Veja-se mais um exemplo, desta vez, uma crônica jornalística:

Era uma vez Rafael Mascarenhas. Um rapaz de 18 anos que tocava guitarra, queria ser músico como o pai, estudava engenharia e vivia com a mãe, a atriz Cissa Guimarães, no Rio de Janeiro. Bonito, alegre, talentoso e popular. Um atropelamento brutal num túnel fechado ao trânsito para manutenção, tirou sua vida, quando praticava skate com dois amigos. Seu corpo foi jogado a quase 60 metros de distância. O atropelador é outro Rafael, de sobrenome Bussamra, estudante e lutador de jiu-jítsu, de 25 anos.

Pela violência e estupidez, **o drama** comoveu o Rio e estilhaçou a vida de quem mais o amava. Sua mãe é descrita como alegre. Para quem a conhece, essa é uma meia verdade. Cissa é esfuziante. Transborda com seu riso o espaço da praia ou de uma festa. Rafael era seu caçula. [...] (Época, 26-07-2010 – Crônica).

Neste fragmento, uma sequência narrativa introduz o texto para relatar a vida e a trágica morte de Rafael. O rótulo retrospectivo e metadiscursivo **o drama** sintetiza a pequena narrativa introdutória e orienta o discurso para uma sequência que consiste em traçar o perfil da mãe da vítima. Novamente o rótulo está situado no interior de um enunciado que opera a ligação entre duas unidades maiores do texto.

A mudança de “tom” no discurso é claramente observada, justamente porque o locutor enuncia o seu ponto de vista em relação ao que é narrado no parágrafo anterior. O enunciado [Pela violência e estupidez, **o drama** comoveu o Rio e estilhaçou a vida de quem mais o amava] é nitidamente um “comentário” do locutor, que se coloca como enunciador. Ao se posicionar, esse locutor emprega elementos da língua que constituem índices de avaliação facilmente detectáveis, tais como:

- o rótulo **o drama**, que estabelece uma relação semântica tal com o conteúdo encapsulado que parece ficar na fronteira entre os rótulos de conteúdo e os rótulos metadiscursivos. Afinal, drama é o nome dado a uma das categorias do gênero teatral, e é também conhecido popularmente como “tragédia”. Aliás, substituir **o drama** por **a tragédia**, neste exemplo, não implicaria em relevantes mudanças de sentido;
- os substantivos **violência** e **estupidez**, que também contribuem para uma categorização subjetiva do conteúdo narrado;
- as formas verbais **comoveu** [o Rio] e **estilhaçou** [a vida de quem mais o amava], que tornam o discurso mais “emotivo”, no sentido proposto por Jakobson com sua *função emotiva* da linguagem, a qual é sempre caracterizada por uma marca subjetiva de quem fala, no modo como fala.

Para Charaudeau (2008:82/3), essa atitude do locutor ao se posicionar é um traço do “modo de organização” do discurso que o autor classifica como enunciativo. Trata-se de uma “categoria de discurso que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação”, refletindo um “comportamento elocutivo”, isto é, o ponto de vista que especifica de que maneira o sujeito conhece, julga ou está engajado (com) o conteúdo a que faz referência.

Embora menos frequentes do que os rótulos retrospectivos, os rótulos prospectivos (catafóricos) também participam da sequencialidade e da textualidade. Também cumprem o papel de estabelecer relações semânticas e/ou pragmático-discursivas, à medida que se dá a progressão textual. Além disso, eles são também responsáveis pela introdução (ativação) de referentes no texto, como mostra o exemplo a seguir:

Às vésperas da votação do segundo turno, é possível, não raro, perceber sinais de cansaço físico dos candidatos em suas aparições públicas. José Serra e Dilma Rousseff estão há 109 dias – desde 6 de julho, quando começou oficialmente a corrida presidencial, até a última sexta-feira, dia 22, quando esta edição de VEJA foi fechada – **numa prova** que é também de resistência física. Números levantados pela reportagem do site de VEJA informam, por exemplo, que o candidato tucano percorreu dezenove estados, participou de sete comícios e concedeu doze entrevistas previamente agendadas. Dilma Rousseff percorreu 49 cidades, fez 27 comícios e concedeu treze entrevistas previamente agendadas. Infográfico no site mostra os números da disputa para o cargo de presidente (VEJA, 27-10-2010 – Nota).

O rótulo **uma prova** permite ao leitor/interlocutor predizer a informação encapsulada, gerando-se a expectativa de que o conteúdo subsequente seja plenamente compatível com a semântica do nome **prova**. Aliás, no primeiro

enunciado do texto, já se nota um indício dessa relação semântica por meio da expressão “sinais de cansaço”. Tais evidências assinalam a coerência do texto e, mais precisamente, a competência linguístico-discursiva do locutor, que, ao se posicionar como enunciador, deseja orientar o leitor a interpretar que a bateria de viagens, comícios e entrevistas vivenciadas pelos candidatos à presidência constitui, de fato, **uma prova**. Este rótulo, além de chamar a atenção para a disputa eleitoral, aponta para um teste individual “de resistência física”.

Ao abordar os rótulos prospectivos, Francis ([1994]/2003) retoma as três metafunções hallidayanas:²⁴ ideacional, interpessoal e textual. De acordo com esses conceitos, o rótulo **uma prova** possui um significado ideacional, à medida que contribui para a acumulação de significado no discurso, atribuindo ao conteúdo encapsulado um *status* particular para o argumento pretendido. Além disso, o significado é também interpessoal por exprimir um ponto de vista do locutor em relação ao conteúdo rotulado. De acordo com Francis, rótulos dessa categoria possuem um significado textual, pois se localizam no rema da oração e são parte do foco da informação nova. Somente essa informação, apresentada como nova, pode ser progressiva.

Embora Francis ([1994]/2003) opere uma abordagem essencialmente textual das rotulações, as metafunções ideacional e interpessoal que ela retoma evidenciam claramente questões de ordem discursivo-enunciativa: os rótulos marcam o grau de engajamento, de comprometimento do locutor em relação ao conteúdo rotulado, pois tanto o rótulo quanto o enunciado em que ele se insere são de responsabilidade do locutor.

Obviamente, quando um rótulo prospectivo é inserido em um texto, o posicionamento do locutor é anterior ao segmento de discurso encapsulado. Se o rótulo possuir um modificador em sua configuração, a subjetividade do locutor torna-se mais patente, e a “expectativa referencial”, exclusividade dos

²⁴ Essas três metafunções são propostas por Halliday & Hasan (1976) em sua clássica obra *Cohesion in English*.

mecanismos catafóricos, é claramente intensificada. Antecipar perspectivas e criar expectativas são, portanto, funções próprias dos rótulos prospectivos, como podem demonstrar os exemplos seguintes:

De todas as palhaçadas que infestam as eleições 2010, Tiririca é a mais suave. A ministra-chefe da Casa Civil, quase um alter ego de Dilma Rousseff, é fulminada por um escândalo às portas da votação, e surge **o diagnóstico chocante**: o que atrapalhou Dilma foi o aborto. Só cobrindo tudo com uma grande lona e distribuindo marmelada ao respeitável público. [...] (Época, 11-10-2010 – Artigo de opinião).

Um cenário bucólico. As águas do rio Paraíba do Sul serpenteiam por entre as pedras, caem em cachoeiras e colorem a paisagem das estradas sinuosas e cheias de obstáculos, com trechos íngremes, enlameados, esburacados, por vezes ocupados por gado e repletos de ribanceiras. Por elas, carros 4x4 passam de minuto em minuto e alteram a rotina das fazendas de Mar de Espanha e Santana do Deserto, em Minas Gerais. Na beira da pista, crianças em polvorosa saúdam os heróis indômitos, capazes de domar todas as dificuldades do caminho. Mal sabem elas que os vidros adesivados escondem várias mulheres. Dos 440 participantes da sexta etapa do Mitsubishi MotorSports 2010, realizado no mês passado, a participação feminina já representava 21%. Um avanço, se comparado aos anos anteriores. [...] (ISTOÉ, 6-10-2010 - Reportagem).

O locutor antecipa sua opinião em relação ao conteúdo subsequente por meio dos rótulos **o diagnóstico chocante** e **um cenário bucólico**. Essa atitude leva o interlocutor a prosseguir na leitura do texto e, em seguida, a concordar ou não com a forma como determinada parte do texto é rotulada. A possibilidade de assimilar o nome nuclear é bem maior do que a de aceitar o modificador: o locutor pode, sem problemas, aceitar o enunciado [o que

atrapalhou Dilma foi o aborto] como um **diagnóstico**, mas pode não concordar que o diagnóstico seja **chocante**.

Seja como for, os rótulos prospectivos tendem a aparecer na fronteira entre uma sequência avaliativa e um tipo de discurso narrativo, explicativo ou descritivo, como é o caso do último exemplo, em que o rótulo **um cenário bucólico** prediz uma série de enunciados que se inicia em “As água do Rio Paraíba do Sul...” e se estende até “... capazes de domar todas as dificuldades do caminho”.

Como se vê, os rótulos, com acentuada frequência, se posicionam em enunciados do tipo comentário²⁵, cumprindo os papéis de: a) encapsular o conteúdo expresso em um segmento anterior, direcionando o discurso para uma avaliação do produtor do texto em relação ao que é rotulado – no caso dos rótulos retrospectivos; e b) avaliar uma porção de discurso subsequente de forma a anunciar ao leitor/interlocutor como tal porção do discurso deve ser interpretada – no caso dos prospectivos.

O estatuto que o segmento encapsulado adquire pode ser mais geral, sendo o rótulo, nesse caso, não acompanhado de modificador. Este, por sua vez, é que vai especificar o segmento rotulado, deixando ainda mais evidente o ponto de vista do locutor-enunciador: não se trata simplesmente de **um diagnóstico** ou de **um cenário**, mas de um “diagnóstico **chocante**” e um “cenário **bucólico**”. Maingueneau (1996) fala de uma “subjetividade enunciativa”, que fica muito mais evidente quando do uso de elementos qualificadores – e que passam a atuar como modalizadores – tal como é o caso dos adjetivos, dos advérbios e de certos substantivos.

O próximo exemplo – um texto na íntegra – revela, de forma curiosa, a presença de rótulos no início (mas não necessariamente em posição inicial) de quase todos os parágrafos:

²⁵ É válido esclarecer que o que se está denominado como “enunciados do tipo comentário” são, geralmente, orações curtas que se localizam entre partes maiores do texto (sequências textuais/tipos de discurso). São, na verdade, enunciações da ordem do comentar, em oposição às da ordem do narrar, conforme propõe Weinrich (1968).

PAU NA DEMOCRACIA

(Fábio Portela)

Na quinta-feira passada, **uma discussão bizarra** tomou conta do Brasil: teria sido uma bolinha de papel ou um rolo de fita adesiva o objeto que atingiu a cabeça do candidato tucano à Presidência, José Serra, durante uma caminhada eleitoral no Rio? **O debate** movimentou a internet, imagens **do episódio** foram exibidas e reexibidas na TV por ângulos diversos e até especialistas em áudio e vídeo foram consultados para opinar sobre **a questão**. Por fim, a Rede Globo, recorrendo às normas do bom jornalismo, repôs a verdade que o mau jornalismo do SBT surrupiara ao colocar no ar cenas **do ocorrido flagrante** e maliciosamente editadas. Eis **a verdade**: durante a caminhada que tentou fazer com a sua comitiva de campanha em um calçadão de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio, Serra foi atingido duas vezes na cabeça: a primeira por uma bola de papel amassado; quinze minutos depois, por um rolo de fita adesiva. Com **o segundo ataque**, chegou a sentir-se “grogue”, segundo relatou o deputado federal Fernando Gabeira, que estava ao lado do candidato e ouviu-o comentar o mal-estar. Serra, então, entrou na van da campanha, recebeu uma bolsa de gelo para diminuir o galo que havia surgido no lugar da pancada e, em seguida, procurou um médico para examiná-lo. **Conclusão**: o tucano foi atingido, sim, a ponto de sentir-se tonto, e o objeto que provocou o seu mal-estar foi um rolo de fita adesiva, e não uma bolinha de papel.

Para além da **agressão física ao candidato do PSDB**, o que chama a atenção **no episódio de Campo Grande** é o fato de que dezenas de pessoas, vestindo camisetas do PT e empunhando bandeiras do partido, tentaram – aos gritos, empurrões e ameaças de quebra-quebra – impedir um adversário de fazer campanha. Trata-se de algo absolutamente inaceitável numa sociedade democrática. Também é espantoso como a candidata petista Dilma Rousseff e o presidente da

República reagiram ao **ocorrido**. Eles não só negaram a **agressão sofrida por Serra**, como tentaram criminalizar a vítima - e continuam a fazê-lo, apesar de todas as evidências em contrário, na esperança de que uma mentira dita 1.000 vezes ganhe as tintas de verdade.

Era de se esperar que o supremo mandatário da nação fosse o primeiro a condenar o **ocorrido**. No entanto, em vez de solidarizar-se com Serra e indignar-se com a **atitude de seus correligionários**, o presidente da República vociferou contra o tucano, acusando-o de ter simulado o **ataque**. Baseado na reportagem desonesta do SBT, comparou o candidato à sua sucessão ao goleiro chileno Roberto Rojas, que, em 1989, fingiu ter sido atingido por um rojão durante um jogo no Maracanã. **A leviandade presidencial** não parou por aí. Disse Lula: “A mentira que foi produzida ontem pela equipe de publicidade do candidato Serra é uma coisa vergonhosa. Ontem deveria ser denominado o dia da farsa, o dia da mentira”.

O episódio de Campo Grande não foi a primeira demonstração da fúria petista. Em 2000, um ano antes de sua morte, o então governador Mário Covas foi atacado no ABC Paulista por um homem ligado ao sindicato dos professores, controlado pelo PT. Levou uma bandeirada na cabeça. Duas semanas depois, no centro de São Paulo, enfrentou dezenas de professores e sindicalistas que atiraram sobre eles cadeiras de plástico, pedras, latas, garrafas e laranjas. Atingido, Covas sofreu um corte no rosto. Nas eleições presidenciais de 1989, Fernando Collor de Mello (que hoje apoia Dilma) foi atacado a pedradas por um grupo de militantes de esquerda no Rio – até hoje há discussões se eram brizolistas ou lulistas.

Da mesma forma que é inútil esperar dos esquadrões petistas civilidade, parece igualmente vão cobrar do presidente a compostura que seu cargo exige. Desta vez, no entanto, é diferente. O presidente acusou Serra de ter protagonizado uma farsa e foi desmentido minutos depois por imagens gravadas e inequívocas. Deve desculpas não só ao

candidato adversário, mas a todos os brasileiros (VEJA, 27-10-2010 – Reportagem de opinião).

De maneira geral, as reportagens se enquadram na categoria de gêneros informativos, cuja função primeira é a de levar a informação ao consumidor-leitor sem que sua opinião pessoal transpareça, sob o risco de quebrar todas as regras do que se conhece como “contrato de informação”. O autor do texto transcrito acima parece extrapolar em seus posicionamentos diante do incidente ocorrido com o candidato José Serra, mote de sua reportagem que mais se assemelha a um artigo de opinião. Entre os tipos de discurso narrativo, informativo e argumentativo, o locutor se instaura como enunciador, posicionando-se como um avaliador do conteúdo temático ao longo de todo o texto. As marcas mais evidentes da subjetividade do locutor, além dos rótulos em negrito, variam entre adjetivos, advérbios e verbos de opinião, como se pode observar pelos trechos abaixo:

- “... a Rede Globo, recorrendo às normas do **bom** jornalismo, repôs a verdade que o **mau** jornalismo do SBT **surrupiara** ao colocar no ar cenas do ocorrido flagrante e **maliciosamente** editadas...”.
- “Trata-se de algo **absolutamente inaceitável** numa sociedade democrática. Também **é espantoso** como a candidata petista Dilma Rousseff e o presidente da República reagiram ao ocorrido”.
- “Baseado na reportagem **desonesta** do SBT...”.
- “... o presidente da República **vociferou** contra o tucano...”.

Além desses índices de subjetividade ou de avaliação, o locutor recorre a mecanismos intertextuais, como um dito popular, para legitimar seu argumento:

- “... na esperança de que uma mentira dita 1.000 vezes ganhe as tintas de verdade”.

O discurso também oscila entre rotulações menos avaliativas – **o debate, o episódio, a questão, o ocorrido** – e mais avaliativas – **uma discussão bizarra, a agressão física ao candidato do PSDB, o ataque, a leviandade presidencial**. Num comparativo com outras reportagens, transcritas anteriormente, o que ocorre no texto em questão é uma nítida propensão para a ocorrência de rótulos mais avaliativos. Essa constatação evidencia que os índices de avaliação aparecem com maior objetividade em textos de teor opinativo. Para os textos de teor mais informativo, a verificação desses índices torna-se mais exaustiva, uma vez que nem sempre é possível observar marcas linguísticas que explicitem com clareza traços de subjetividade.

É válido observar que grande parte dos rótulos empregados nesse texto contribui para a manutenção do tema ou continuidade temática, o que pode ser evidenciado pelo uso de termos pertencentes a um mesmo campo lexical, tais como: **ataque e agressão; ocorrido, episódio e atitude**, termos que se repetem ao longo do texto, e que por vezes são modificados (**a agressão física ao candidato do PSDB; o episódio de Campo Grande; a atitude de seus correligionários**) a fim de que em cada enunciado sejam acrescentadas novas informações ao tema em questão, a saber, o fato de o candidato José Serra ter sido atingido por um objeto arremessado em sua cabeça, o que lhe teria causado tonteira e lhe provocado “mal-estar”.

Duas expressões no texto, uma no segundo e outra no terceiro parágrafo, merecem comentários, pois revelam os aspectos interacional e enunciativo marcados no texto: Seguem-se, então, os dois parágrafos, novamente transcritos:

Para além da **agressão física ao candidato do PSDB**, o que *chama a atenção no episódio de Campo Grande* é o fato de que dezenas de pessoas, vestindo camisetas do PT e empunhando bandeiras do partido, tentaram – aos gritos, empurrões e ameaças de quebra-quebra – impedir um adversário de fazer campanha. Trata-se de algo absolutamente inaceitável numa sociedade democrática. Também é espantoso como a candidata petista Dilma Rousseff e o presidente da República reagiram **ao ocorrido**. Eles não só negaram **a agressão sofrida por Serra**, como tentaram criminalizar a vítima - e continuam a fazê-lo, apesar de todas as evidências em contrário, na esperança de que uma mentira dita 1.000 vezes ganhe as tintas de verdade.

Era de se esperar que o supremo mandatário da nação fosse o primeiro a condenar **o ocorrido**. No entanto, em vez de solidarizar-se com Serra e indignar-se com **a atitude de seus correligionários**, o presidente da República vociferou contra o tucano, acusando-o de ter simulado **o ataque**. Baseado na reportagem desonesta do SBT, comparou o candidato à sua sucessão ao goleiro chileno Roberto Rojas, que, em 1989, fingiu ter sido atingido por um rojão durante um jogo no Maracanã. **A leviandade presidencial** não parou por aí. Disse Lula: “A mentira que foi produzida ontem pela equipe de publicidade do candidato Serra é uma coisa vergonhosa. Ontem deveria ser denominado o dia da farsa, o dia da mentira”.

As expressões “*chama a atenção*” (1º parágrafo) e “*era de se esperar*” (2º parágrafo) indicam, ainda que de forma implícita, a presença de um *Eu* se dirigindo a um *Tu*, e parecem sugerir que o locutor divide a responsabilidade do enunciado com seu(s) interlocutor(es). Maingueneau (1996:51) afirma que expressões desse tipo supõem “um sujeito que esteja na origem das modalizações e do julgamento” Com essa atitude ele acaba por se colocar como porta-voz de uma coletividade (os analistas do discurso empregariam as terminologias *pathos* ou *auditório*), pois seria desconexo com a visada

comunicativa empregar as expressões em itálico sem se importar com a opinião de quem lê o texto. Portanto, o que “*chama a atenção*” e o que “*era de se esperar*” são fatos e opiniões que o jornalista crê partilhar com um público comprometido com a opinião séria e coerente expressa no texto. Tais expressões são muito semelhantes ao que Bronckart (1999:332) classifica como “modalizações pragmáticas”, que

contribuem para a explicitação de alguns aspectos da responsabilidade de um entidade constitutiva do conteúdo temático (personagem, grupo, instituição etc.) em relação às ações de que é o agente, e atribuem a esse agente intenções, razões (causas, restrições etc.).

No penúltimo parágrafo, o enunciado inicial [**O episódio de Campo Grande** não foi a primeira demonstração da fúria petista] retoma o conteúdo de um já dito no texto, por meio do rótulo **o episódio de Campo Grande**, ao mesmo tempo em que marca o início de um segmento narrativo inserido dentro de um esquema argumentativo maior, o que leva a crer que o tipo de discurso predominante é essencialmente argumentativo, embora mais de um tipo de discurso ou segmento apareçam em sua configuração.

Com base na distinção entre “discurso” e “história”, feita por Benveniste (1966/1989), seria difícil dizer em qual dessas tipologias, tidas como “planos de enunciação”, o texto acima se enquadra. Observando mais atentamente alguns enunciados, percebe-se que as formas verbais empregadas são características do plano da “história”, embora tais enunciados revelem uma atitude enunciativa do locutor, isto é, são da ordem do “discurso”. É o caso em:

- “... uma discussão bizarra *tomou* conta do Brasil”.
- “A leviandade presidencial não *parou* por aí”.
- “O episódio de Campo Grande não *foi* a primeira demonstração da fúria petista”.

Nessas passagens, o emprego do pretérito perfeito simples, verificado nas formas verbais em destaque, é da ordem do narrar. No entanto, esses enunciados são claramente comentários do locutor em relação ao que ele próprio narra.

Ocorre que certos textos não podem ser classificados como discurso ou história apenas com base nos tempos verbais, uma vez que a presença do locutor no discurso se faz perceber por meio de outras marcas, como os índices de avaliação descritos acima. A esse respeito, Weinrich (1968:70) afirma que “no es posible mostrar la peculiaridad de la actitud del comentario en un protótipo de comentarista tal como había sido posible en el narrador. La escala de las situaciones comunicativas es muy amplia”.²⁶

Nesse sentido, trabalhar com a noção de tipos de discurso torna-se muito mais produtivo para as análises textuais. Observe-se este exemplo:

O esboço do capítulo final dos oito anos de mandato do presidente Lula foi escrito com antecedência. No dia 1º de janeiro de 2011, o político mais popular da história recente do Brasil desceria a rampa do Planalto para ir ao encontro de Dilma Rousseff e passar-lhe a faixa presidencial. Seria a continuação por outros meios de um projeto político vitorioso, bem avaliado dentro e fora do Brasil. **Esse desenho** não considerava certas vicissitudes da vida política, como a mudança de humor da vontade popular. Foi um enorme susto para o comando petista quando 54 milhões de eleitores brasileiros estabeleceram que o pleito presidencial teria de ser decidido em votação de segundo turno. [...] (Veja, 20-10-2010 – Reportagem).

Numa análise que levasse em conta a proposta benvenistiana, este fragmento de texto seria tipicamente uma “história”. Evidências para essa

²⁶ Não é possível mostrar a peculiaridade da atitude do comentário em um protótipo de comentarista, tal como havia sido possível com relação ao narrador. A escala de situações comunicativas é muito ampla [tradução nossa].

conclusão são o emprego dos tempos futuro do pretérito (característico do plano da história) e pretérito imperfeito do indicativo (comum ao “discurso” e à “história”) e dos pronomes da não-pessoa (3ª pessoa).

No entanto, de acordo com as observações de Benveniste, uma outra característica do plano da história é a ausência do envolvimento do locutor. A partir do ponto em que o rótulo é introduzido, algumas marcas de subjetividade (ou índices de avaliação) podem ser observadas, tais como o próprio rótulo **esse desenho**, e outras expressões como **certas vicissitudes da vida política, mudança de humor da vontade popular, enorme susto para o comando petista**.

O rótulo **esse desenho** se situa exatamente no início dessa série de expressões avaliativas, operando a articulação entre um tipo de discurso mais objetivo, sem envolvimento do locutor, e que, portanto, poderia se enquadrar no plano da “história”, nos termos de Benveniste, e um tipo de discurso mais subjetivo, de tom mais pessoal. O discurso, então, oscila entre movimentos de “embreagem” e “debreagem”²⁷, que dizem respeito à tomada de posição: a debreagem realiza a passagem da posição original a uma outra posição; a embreagem busca retornar à posição original.

Voltando-se para a observação do posicionamento dos rótulos em início de parágrafos, é possível afirmar que se trata de um fenômeno muito recorrente. No exemplo a seguir, essa regularidade é mais uma vez confirmada:

A pedofilia é quase endêmica em regiões do Norte e Nordeste do país. Ainda assim, o drama vivido por Sandra Maria Monteiro, de 29 anos, assombrou a cidade maranhense de Pinheiro, a 340 quilômetros de São Luís. Aos doze anos, Sandra começou a ser abusada sexualmente por

²⁷ A “teoria das embreagens e debreagens”, elaborada por Agirdas Julien Greimas, teve a preocupação com essas marcas subjetivas, tomando como ponto de partida “o conceito de *shifters* que, em Jakobson, designava os elementos da língua que podiam manifestar a presença da enunciação” (In: FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. São Paulo: Contexto, 2007).

seu pai, o lavrador e pescador José Agostinho Bispo Pereira, de 54 anos. Aos 17, engravidou dele pela primeira vez. Ao todo, teve sete filhos com Pereira. O mais novo nasceu há dois meses. Todos foram registrados apenas com o nome da mãe. Os médicos constataram que a quarta filha, de 5 anos, foi molestada. O hímen da garota foi rompido parcialmente e há ferimentos e inflamações no interior de sua vagina – indicadores de que ela sofreu um ataque recente. Os legistas acreditam que as lesões podem ter sido causadas por dedos ou objetos. Arredia, a menina chora muito e nega as agressões, uma reação comum em crianças vítimas de crimes sexuais. Sua irmã mais velha, de 8 anos, contou à polícia que o pai/avô também “mexia” nela própria. Como essa menina continua virgem, a polícia concluiu que ela era bolinada por Pereira. Sandra, irmã e mãe das crianças, diz que não sabia que suas filhas também eram atacadas.

Os abusos ocorriam em um casebre de pau a pique onde a família vivia isolada, a uma hora e meia de viagem da cidade de Pinheiro. Com o vizinho mais próximo a 1 quilômetro de distância, Pereira perpetrava **suas monstruosidades** com liberdade absoluta, desde que sua mulher o deixou só com os quatro filhos, para se juntar a outro homem, em São Luís. Sandra saía pouco de casa e só o fazia quando o pai autorizava. A cada nova gestação, inventava um namorado fictício, que dizia aos dois irmãos e à irmã mais velha ser o pai do bebê. Seis anos mais novo que Sandra, José Inácio Monteiro desconfiava das mentiras, mas nada fez. A primogênita Maria Sandra Monteiro, de 31 anos, disse que tem um filho de 14 anos com o pai e que foi violentada até fugir de casa. O outro irmão ainda não foi identificado pela polícia e, por isso, não forneceu o seu depoimento.

O horror foi revelado depois que um dos vizinhos mais próximos denunciou a um político local as condições em que os Pereira viviam. Ele suspeitava não só de abuso sexual, como também de que Sandra e seus filhos viviam presos. As crianças foram encontradas seminuas e desnutridas – alimentavam-se apenas de peixe e farinha de mandioca.

Nunca haviam escovado os dentes. [...] (Veja, 16-06-2010 – Reportagem).

Novamente, neste exemplo, a presença de rótulos retrospectivos em marcação de parágrafo ressalta a função organizadora dessas expressões. Neste caso, ele não assinala uma mudança de tópico, mas uma alteração ou uma mudança de foco dentro de um tópico, fato que se confirma pela construção da cadeia referencial **os abusos > suas monstruosidades > o horror**, em que o mesmo objeto de discurso é recategorizado de acordo com a orientação argumentativa que o locutor pretende imprimir ao seu discurso.

O teor do fragmento é essencialmente informativo. Ao contrário de muitos exemplos mostrados até aqui, no texto acima, os enunciados em que os rótulos são inseridos não possuem outras marcas de subjetividade a não ser o próprio rótulo e outros poucos índices linguísticos como o verbo “perpetrar” em [Pereira perpetrava **suas monstruosidades**]. Este fato evidencia a existência de alguma pessoalidade, mesmo em se tratando de um exemplar de um gênero que prime pela objetividade e pela imparcialidade.

Diferentemente do exemplo acima, em que os rótulos **os abusos e o horror** marcam ortograficamente o início de parágrafos, em outros casos, tais expressões podem efetuar essa marcação de forma distinta. Nas palavras de Koch & Elias (2007:140), “não se trata aqui de parágrafo no sentido tipográfico, mas **no sentido cognitivo do termo**, embora, evidentemente, as duas coisas muitas vezes possam coincidir”.²⁸ O exemplo seguinte é um editorial transcrito em sua íntegra e que demonstra com muita propriedade esse funcionamento relativo à organização estrutural do texto. Uma vez que os textos pertencentes ao gênero editorial são relativamente curtos, não ultrapassando um ou dois parágrafos, o emprego de rótulos na marcação “cognitiva” dos “parágrafos” (ou segmentos textuais) acaba por se constituir tão eficaz quanto necessário.

²⁸ Grifo em negrito das autoras.

EM CAUSA PRÓPRIA

(Carlos José Marques, diretor editorial)

Para ajustar eventuais perdas de poder aquisitivo, premiar o esforço concentrado exigido pela Câmara ou pela simples ideia de que eles merecem mais do que os outros, parlamentares federais decidiram aumentar seus salários no exorbitante valor de mais de 60%? “É que trabalhamos muito e dedicamos nossas vidas a servir o público”, disse um deles. “O aumento é correto, fico 200 horas por ano nos aviões!”, completou o outro. “Ainda não é o aumento ideal, está incompatível com as nossas necessidades”, alegou um dos mais convictos **da medida. Essas singelas respostas dos deputados** soam como uma bofetada na cara de milhões de brasileiros que, também eles, dedicam boa parte de suas vidas a extenuantes expedientes de trabalho, sem que com isso tenham que advogar em causa própria, majorando o sagrado soldo de cada mês. Não há, **nesses casos**, generosos reajustes de pró-labores ou qualquer chance de ignorar a vontade do distinto pagador. Os deputados, sem nenhum constrangimento, dando de ombros para os anseios do contribuinte – que é, em última instância, quem banca a farra –, meteram a mão na folha e reviram, bem para o alto, seus ganhos. Os trabalhadores comuns, em muitos casos, varam a noite até três ou quatro atividades para cobrir as despesas e não conseguem hoje sequer um décimo dessa remarcação em campanhas salariais. Seguem com o mirrado rendimento e assistem resignados **ao espetáculo brasileiro**. Indigna a qualquer cidadão comum, cumpridor de deveres, ouvir o despautério de representantes do Legislativo – como Sérgio Moraes (PTB-RS), Nelson Lima (PR-SC) ou Celso Maldaner (PMDB-SC), autores de lamentáveis explicações para **o inaceitável. A aberração do reajuste** só é possível porque são os deputados uma das poucas categorias com poder de decidir e escolher quanto desejam receber. Nesta conta dos 62% de aumento, cada parlamentar brasileiro passou a custar aos cofres públicos mais do que seus pares em outras partes do mundo. A nova remuneração,

anualizada em dólar, alcança US\$ 204 mil, o que é mais do que se paga nos EUA, Japão e em toda a União Europeia. E representa quase 20 vezes a renda por habitante do País. Agora imagine você, caro leitor, que um belo dia lhe é outorgada a dádiva de escolher quanto almeja ganhar por sua atividade. Naturalmente, deliberar sobre **um assunto desses** com o dinheiro dos outros é muito melhor. Difícil resistir à tentação? A maioria dos políticos, à revelia de qualquer princípio ou pruridos pelo prejuízo coletivo, acha que sim. E por isso mesmo resolveram conceder **tamanho presente de Papai Noel** para eles mesmos (ISTOÉ, 29-12-2010 – Editorial).

Dentre os rótulos empregados neste texto, as expressões **essas singelas respostas dos deputados** e **a aberração do reajuste** marcam de forma significativa a estrutura do texto: a primeira, metadiscursiva, encapsula as falas de três deputados, ao mesmo tempo em que introduz uma série de argumentos que, em favor da massa de trabalhadores brasileiros (que “dedicam boa parte de suas vidas a extenuantes expedientes de trabalho, sem que com isso tenham que advogar em causa própria, majorando o sagrado soldo de cada mês”), denunciam o aumento abusivo do salário dos parlamentares ou, nas palavras do autor do texto, **a aberração do reajuste**. Este rótulo, aliás, introduz uma sequência dedicada a informar o motivo pelo qual é possível o destoante reajuste: “porque são os deputados uma das poucas categorias com poder de decidir e escolher quanto desejam receber [...] E por isso mesmo resolveram conceder **tamanho presente de Papai Noel** para eles mesmos”.

O texto, altamente opinativo, é composto de diversas marcas de subjetividade que determinam um locutor-enunciador que se responsabiliza pelo que é enunciado, embora sua fala represente a opinião de milhões de co-enunciadores ou expresse “vozes sociais”, procedentes de grupos sociais que “não intervêm como agentes no percurso temático de um segmento de texto,

mas que são mencionados [ou sugeridos]²⁹ como instâncias externas de avaliação de alguns aspectos desse conteúdo” (cf. BRONCKART, 1999:327). Evidências dessa maneira pela qual ocorre o gerenciamento de “outras” vozes enunciativas pelo locutor são os trechos:

- “**Essas singelas respostas dos deputados** soam como uma bofetada na cara de milhões de brasileiros...”.
- “Indigna a qualquer cidadão comum, cumpridor de deveres, ouvir o despautério de representantes do Legislativo...”.

Bronckart (1999), mencionando Gérard Genette³⁰, aponta que as diferentes vozes que se fazem ouvir no discurso (sejam vozes sociais ou a voz do autor) podem ser diretas ou indiretas. O autor especifica cada um desses modos de expressão das vozes:

As **vozes diretas** estão presentes nos discursos interativos dialogados, constituídos de (ou que reproduzem os) *turnos de fala*; portanto, sempre explícitas. As **vozes indiretas** podem estar presentes em qualquer tipo de discurso, quer sejam inferíveis apenas a partir do efeito de significação global produzido por um segmento, quer sejam explicitadas por fórmulas do tipo *segundo x, alguns pensam que* (p.329).³¹

Enquanto os dois trechos mencionados a pouco representam, a nosso ver, casos de vozes indiretas – as expressões “milhões de brasileiros” e “qualquer cidadão comum” sugerem um interlocutor idealizado, para quem o discurso é construído –, outros segmentos como:

- “É que trabalhamos muito e dedicamos nossas vidas a servir o público”, disse um deles.

²⁹ Inserção entre colchetes nossa.

³⁰ Renomado teórico da literatura e semiótico francês, autor de *Introduction à l'architexte* (1979).

³¹ Grifos do autor.

- “O aumento é correto, fico 200 horas por ano nos aviões!”, completou o outro.
- “Ainda não é o aumento ideal, está incompatível com as nossas necessidades”, alegou um dos mais convictos **da medida**.

são claros exemplos de vozes diretas, bem como o segmento

“Agora imagine você, caro leitor, que um belo dia lhe é outorgada a dádiva de escolher quanto almeja ganhar por sua atividade...”

Neste caso, o autor se dirige diretamente ao “caro leitor”. É, pois, muito evidente a presença de um *Eu* que se dirige a um *Tu*. Enunciados desse tipo explicitam claramente o caráter interacional da linguagem e comprovam que o texto é o espaço em que efetivamente ocorrem as atividades discursivas.

Vale lembrar que essa articulação de diferentes vozes expressas em um texto foi tema para alguns conhecidos teóricos da enunciação tais como Bakhtin, que atribuiu o termo *polifonia* ao conjunto de vozes implícitas (isto é, vozes expressas indiretamente no texto); e Ducrot, que, aplicando o termo cunhado por Bakhtin no interior seus estudos sobre pressuposição, focou suas análises em uma polifonia explícita (expressa diretamente no texto). Apesar de as duas pesquisas serem distintas, é evidente que a polifonia explícita e a implícita podem coexistir, ou seja, ambas podem ser observadas em um mesmo evento discursivo.

Nessa perspectiva, os rótulos, ao lado de outras marcas linguísticas, acabam por constituírem marcas de enunciação (ou modalizações enunciativas, como já foi abordado neste capítulo), uma vez que eles expressam vozes sociais, principalmente e mais explicitamente, quando são empregados em textos que expressem opinião fortemente marcada, opinião que é de responsabilidade textual do locutor, ainda que seja assimilada e aceita socialmente pela comunidade de leitores (co-enunciadores). Assim, a responsabilidade pelo valor avaliativo produzido por rótulos como **o espetáculo**

brasiliense, o inaceitável, a aberração do reajuste e tamanho presente de Papai Noel é dividida entre a voz de um locutor que se coloca como enunciador e as vozes das instâncias ou grupos sociais a quem, na maior parte das ocasiões, este locutor-enunciador se dirige.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, com este trabalho, pesquisar sobre o processo discursivo da rotulação, bem como seu funcionamento na dinâmica textual. Ao mesmo tempo, foram alvos das análises propostas algumas questões que, a nosso ver, foram pouco exploradas em pesquisas anteriores sobre o tema.

No primeiro capítulo, foram apresentados os fatores que favoreceram o abandono da noção de referência a fim de se trabalhar com a noção de referenciação. Estabelece-se, pois, uma concepção de linguagem focada nos processos de construção do sentido, em detrimento da clássica visão referencialista, caracterizada pelo falso conceito de que as palavras operam “em estado de dicionário”. De acordo com os autores responsáveis pelo estabelecimento teórico dessa mudança, inexistente uma relação direta entre as palavras e os objetos do mundo. Assim, o sentido de uma palavra e de um texto é resultado da construção colaborativa de sujeitos que agem sobre a língua a fim de atingir seus propósitos comunicativos. Nesse quadro, estão envolvidos processos sociais e inferenciais (cognitivos), e o sentido é construído e definido a partir dos contextos socioculturais de interação.

No segundo capítulo, ganhou destaque o contraste observado entre os processos de rotulação e nominalização, à primeira vista, tidos como processos distintos. Comum aos dois fenômenos é a função de encapsulamento que desempenham. Dessa forma, excluindo-se o fato de que a nominalização – sobretudo pela forma como é abordada por autores como Apothélos e Chanet – é sempre ancorada em algum item específico da informação-suporte, configurando-se como um processo derivacional, concluiu-se que há uma linha tênue distinguindo os dois processos, uma vez que a dinâmica de organização do discurso é fundamentalmente a mesma: consiste em encapsular a

informação-suporte lexicalizada no cotexto ou rotular/nomear conteúdos inferíveis a partir da memória discursiva dos interlocutores. Ainda assim, na rotulação as possibilidades de escolhas lexicais e, portanto, de categorizações, são bem maiores e o funcionamento encapsulador, neste caso, subordina-se mais ao discurso do que à materialidade linguística.

A discussão do terceiro capítulo centrou-se em “Questões Recorrentes” sobre a temática da rotulação. Nesse ponto, foram retomados autores nacionais e estrangeiros que se ocuparam em estudar essa estratégia, bem como os temas centrais sobre o assunto, tais como a configuração formal das expressões rotuladoras, os tipos de rótulos e o seu funcionamento na dinâmica do texto.

As análises desenvolvidas no quarto e último capítulo assinalam inúmeras possibilidades de abordagem que os estudos em torno da referenciação, ancorados no campo mais amplo da *enunciação*, em suas diferentes perspectivas, podem oferecer aos estudos sobre texto e discurso. No último capítulo, a recorrência a autores como Benveniste, Weinrich, Ducrot, Maingueneau e Bronckart permitiu demonstrar como os rótulos, de alguma forma:

- estão relacionados com os tipos de discurso que estruturam o texto, situado-se, geralmente, entre dois segmentos de estatuto discursivo complexo. Os rótulos cumprem, então, essencial papel na articulação tópica, controlando o fluxo e o direcionamento das informações por meio dos movimentos de progressão e retomada do tópico;
- estão, dentre outras marcas linguísticas, entre aquelas mais subjetivas, que expressam a opinião/apreciação/crítica do locutor a respeito de algum conteúdo do cotexto, ao mesmo tempo em que expressam vozes sociais;

- expressam diferentes vozes enunciativas e são capazes de recuperar/atualizar discursos anteriores em um novo evento discursivo configurando-se, em ambos os casos, como índices de polifonia.

É possível, então, concluir que, além de atuar como estratégia de referenciação – e como já discutido, a que representa de forma mais patente o ideário da referenciação textual – os rótulos constituem elementos de textualização, na medida em que possibilitam o diálogo interdiscursivo ao retomar e atualizar outros discursos, possibilitando um *continuum* discursivo; e de modalização, na medida em que traduzem as avaliações formuladas a respeito de conteúdos expressos [no] ou sugeridos pelo cotexto, instaurando expressões de subjetividade.

Além disso, as análises do último capítulo mostram que o papel organizador textual-discursivo dos rótulos fica ainda mais evidente quando se observa o estatuto dos diferentes tipos de discurso que compõem a estrutura textual, e como os rótulos operam a ligação entre um tipo de discurso e outro. Vale destacar que essa função organizadora acaba por desencadear uma mudança de nível, por exemplo, quando uma expressão rotuladora fica na fronteira entre um segmento narrativo e um segmento avaliativo. Assim, embora não se apresentem dados quantitativos acerca dos resultados, as análises desenvolvidas comprovam que os rótulos cumprem funções que vão além das restrições geralmente atribuídas a mecanismos de coesão, no que diz respeito ao seu papel organizador.

Destaca-se ainda que além de constituírem pistas para a interpretação do conteúdo encapsulado, os rótulos consistem em modalizações, na medida em que revelam a atitude enunciativa do produtor do texto em relação ao conteúdo encapsulado.

Ainda que não se tenham focado aqui as relações entre rotulação e gêneros textuais, foi possível constatar que, em gêneros tidos como informativos, tais como a reportagem, a notícia e a nota, o comportamento dos

rótulos é nitidamente mais discreto do que nos gêneros opinativos (carta ao leitor, artigo de opinião, crônica, resenha crítica). Nestes, a tendência é para a ocorrência de rótulos mais avaliativos, compostos, com grande frequência, por modificadores (adjetivos, advérbios) que deixam ainda mais evidente o caráter apreciativo e subjetivo dessas expressões. Mesmo sem a presença de modificadores, a propensão para nomes nucleares avaliativos também se mostra maior.

Tal constatação deixa claro não apenas o fato de que os gêneros podem determinar a configuração formal e o conteúdo semântico dos rótulos, mas também de que o produtor do texto busca respeitar as limitações impostas pelos gêneros textuais, uma vez que eles são determinados por suas funções sociocomunicativas (neste caso, de informar e de opinar).

Esta pesquisa trilhou por uma via de análise que contempla a articulação entre a enunciação e as modalidades anafóricas ditas ancoradas, buscando oferecer alguma contribuição, particularmente ao estudo do processo de rotulação.

Assim, é possível contemplar o estudo dos processos de referenciação no âmbito do que se tem denominado como perspectivas discursivo-enunciativas de abordagem do texto, em conjunto, obviamente, com as perspectivas interacionais do discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Vários tradutores. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Les Texts**: types et prototypes. Paris: Nathan, 2001 (1992).

ALVES Jr., Mário Acrísio. O processo de rotulação em textos de teor informativo. In: LINS, Maria da Penha Pereira. **O que sabe e o que pode a linguística textual**. Vitória: Edufes: 2010, pp.156-65.

APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; Ciulla, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003 [1995], p. 53-84.

_____. Nominalisations, référents clandestins et anaphores atypiques. In: BERRENDONNER, Alain & REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. **Du syntagme nominal aux objets-de-discours**. Nêuchatel: Université de Nêuchatel, 1995, pp. 143-173.

APOTHÉLOZ, Denis. CHANET, Catherine. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; Ciulla, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003 [1997], pp. 131-76.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1953].

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. Tradução brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 1989 [Trad. do original francês 1966].

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo: Cultrix, 2003 [1985].

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. Tradução Anna Rachel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

CARVALHO, Maria Angélica Freire de. **O funcionamento textual-discursivo dos rótulos em artigos de opinião**. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem/Universidade Estadual de Campinas – IEL/UNICAMP, Campinas, 2005.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, Ingedore G. V. MORATO, Edwiges M. BENTES, Anna C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 125-149.

_____. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. In: **Cadernos de estudos linguísticos**, n.44. Campinas: IEL/UNICAMP, jan./jun. 2003, pp. 105-18.

_____. As nomeações em diferentes gêneros textuais. In: **Cadernos de estudos linguísticos**, n.41. Campinas: IEL/UNICAMP, jul./dez. 2001a, pp. 127-40.

_____. Expressões rotuladoras. In: <http://www.gelne.ufc.br/revista> - **Revista do GELNE**, nº 01. 2001b, pp. 01-04.

CAVALCANTE, Mônica M. [et. al.]. Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. In: BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli

Quadros (orgs.). **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 225-61.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Vários tradutores. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Discurso das mídias**. Tradução Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Langage et discours**: éléments de sémiolinguistique. Paris: Hachette, 1983.

CONSTEN, Manfred. [et. al.]. The function of complex anaphors in texts. In: SCHWARZ-FRIESEL, Monika. CONSTEN, Manfred. KNEES, Mareile (eds.). **Anaphors in texts**: cognitive, formal and applied approaches to anaphoric reference. Philadelphia: John Benjamins, 2007, pp. 81-102.

CONTE, Maria-Elizabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; Ciulla, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 177-90.

CUNHA-LIMA, Maria Luiza. Artigo indefinido e anáfora. In: **Cadernos de estudos lingüísticos**, nº 44. Campinas: IEL/Unicamp, jan./jun. 2003, pp. 133-41.

DITTRICH, Ivo José. **Descrições definidas**: referência, informação e argumentação na reportagem sobre economia em magazines de informação geral. Tese de Doutorado, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2001.

DUCROT, Oswald. **Polifonia y Argumentacion**. Conferencias del Seminario Teoria de la Argumentacion y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1990.

_____. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987. Trad. de Le dire et le dit, de 1984.

_____. **Les mots du discours**. Paris: Minuit, 1980.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Villaça. **Linguística textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 1994.

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; Ciulla, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 191-228.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu S. O discurso como objeto-de-discurso em expressões nominais anafóricas. **Cadernos de estudos linguísticos** (homenagem a Ingedore Koch), nº 44. Campinas: IEL/Unicamp, jan./jun. 2003, pp. 93-104.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Como se constroem e reconstroem os objetos-de-discurso. In: www.ufpe.br/pgletras/Investigacoes/Volumes/Vol.21.2/Ingedore_Koch.pdf. Acessado em julho/2010, 2008a, pp. 99-114.

_____. Rotulação: uma estratégia textual de construção do sentido. In: **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008b, pp. 61-72.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore G. V. MORATO, Edwiges M. BENTES, Anna C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 33-52.

_____. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. **Cadernos de estudos lingüísticos**, nº 41. Campinas: IEL/Unicamp, jul./dez. 2001, pp. 75-89.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 2.ed. - São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1996.

KOCH, Ingedore G. Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCH, Ingedore G. Villaça; CUNHA-LIMA, Maria Luiza. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIN, F. & BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**, v.3. São Paulo, Cortez, 2007, pp. 251-300.

KOCH, Ingedore G. Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. **Revista DELTA**, nº 14, 1998, pp. 169-190.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Traduzido por vários autores. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 69-92.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Elementos de linguística para o texto literário**. Tradução Maria A. Bastos de Matos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. In: **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007a, pp. 82-103.

_____. A ação dos verbos introdutórios de opinião. In: **Fenômenos da linguagem**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b, pp. 147-168.

_____. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. **Cadernos de estudos lingüísticos**, nº 48. Campinas: IEL/Unicamp, jan./jun. 2006, pp. 07-22.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore G. V. MORATO, Edwiges M. BENTES, Anna C. **Referenciação e discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 53-101.

_____. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: NEGRI, Lúcia (org.) [et al]. **Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2004, pp. 263-284.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, pp.19-36.

MONDADA, Lorenza. Gestion du topic et organisation de la conversation. **Cadernos de estudos lingüísticos**, nº 41. Campinas: IEL/Unicamp, jul./dez. 2001, pp. 7-36.

MONDADA, Lorenza. DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; Ciulla, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003 [1995], pp. 17-52.

MORATO, Edwiges Maria. O interacionismo no campo lingüístico. In: MUSSALIN, F. & BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**, v.3. São Paulo, Cortez, 2007, pp. 311-351.

OLÍMPIO, Hilda de Oliveira. **Nominalização, argumentação e polifonia**. Relatório de pesquisa apresentado à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como conclusão do estágio de Pós-Doutoramento em Linguística, 2006, mimeo.

PERELMAN, C. **Tratado de argumentação**: a nova retórica. Tradução Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WEINRICH, Harald. **Estructura y función de los tiempos en el language**. Tradução espanhola de Federico Latorre. Madrid: Editorial Gredos, 1968.

ZAMPONI, Graziela. **Processos de referenciação**: anáforas associativas e nominalizações. Tese de Doutorado/Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas – IEL/UNICAMP, Campinas, 2003.

_____. O determinante demonstrativo em sintagmas nominais. In: **Cadernos de estudos lingüísticos**, nº 41. Campinas: IEL/Unicamp, jul./dez. 2001, pp. 141-47.